PROTOCOLO GERAL NUP 65306.001984/2022-71	MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA	ASSUNTO Dispensa de Licitação nº 27/2022 Contratação de serviço de Reparo de Telhado 000723

SEÇÃO: SALC – Seção de aquisição, Licitações e Contratos do Comando Militar da Amazônia

VOLUME: I	PÁGINAS: 01 à 161

ASSUNTO: Dispensa de licitação Eletrônica Nr 27/2022 – Contratação de empresa para executar reparação do telhado (Pavilhão de uma Cia) do 1º Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica de Selva (1º B Com GE Sl), em Manaus/AM.

MOVIMENTO DO PROCESSO

DESTINO

DESTINO	DATA			DESTINO	DATA		
1				18			
2				19			
3				20			
4				21			
5				22			
6				23			
7				24			
8				25			
9				26			
10				27			
11				28			
12				29			
13				30			
14				31			
15				32			
16				33			
17				34			

FL 05
GCALC CMA

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CAMARA NACIONAL DE MODELOS DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CNMLC/DECOR/CGU

LISTAS DE VERIFICAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Notas Explicativas

As seções e/ou listas específicas que não forem aplicáveis ao presente caso deverão ser removidas.

A coluna "Atende plenamente a exigência?" deverá ser preenchida apenas com as respostas pré-definidas no formulário, sendo:

Sim: atende plenamente a exigência
Não: não atende plenamente a exigência
Não se aplica: a exigência não é feita para o caso analisado

Na utilização das listas deverão ser analisadas as consequências para cada negativa, se pode ser suprida mediante justificativa ou enquadramentos específicos, ou se deve haver complementação da instrução.

A utilização dessa Lista pressupõe a utilização dos modelos de Edital, de Termo de Referência e de Contrato da AGU, pois esses modelos trazem os requisitos mínimos necessários para tais documentos, além de trazer alertas importantes sobre cautelas a serem adotadas. A preocupação maior dessa Lista é com a instrução do processo.

Eventuais sugestões de alteração de texto desta lista poderão ser encaminhadas ao e-mail: cgu.modeloscontratacao@agu.gov.br

LISTA DE VERIFICAÇÃO 1 - COMUM A TODAS AS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
1. Houve abertura de processo administrativo devidamente autuado e numerado, quando processo físico, ou registrado quando processo eletrônico, nos termos da ON-AGU nº 2/2009?[1]	Resposta	SIM

FL 02
GCALC CMA

2. Consta o documento de formalização da demanda, elaborado pelo setor requisitante do serviço, nos termos do modelo do Anexo II, IN SEGES/MP n.º 05/2017?	Resposta	SIM
3. A contratação NÃO incide nas hipóteses vedadas pelo art. 9º da IN SEGES/MP n.º 05/2017?	Resposta	NÃO
4. Há manifestação sobre o alinhamento do objeto da contratação ao Planejamento Estratégico do órgão ou entidade, quando houver?[2]	Resposta	NÃO
5. O objeto requisitado está contemplado no Plano de Contratações Anual, de acordo com o Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022?[3]	Resposta	NÃO
6. Foi instituída Equipe de Planejamento da Contratação pela autoridade competente do setor de licitação?[4]	Resposta	SIM
7. Foram produzidos no Sistema ETP digital e juntados ao processo os Estudos Técnicos Preliminares - ETP, conforme as diretrizes constantes da IN SEGES/ME nº 40/2020?[5] [6]	Resposta	SIM
7.1 Os Estudos Técnicos Preliminares desenvolvidos atenderam a todas as exigências do art. 7º da IN SEGES/ME n.º 40/2020?	Resposta	SIM
7.2 A não previsão, nos Estudos Técnicos Preliminares, de qualquer dos conteúdos do art. 7º da IN SEGES/ME nº 40/2020 foi devidamente justificada no próprio documento?[7]	Resposta	SIM
7.3 Consta a aprovação do Estudo Técnico Preliminar pela autoridade competente?[8]	Resposta	SIM
8. Foi elaborado e juntado aos autos o Mapa de Riscos previsto no art. 26, §1º, incisos I e II, de acordo com o modelo do Anexo IV da IN SEGES/MP n.º 5/2017?[9] [10]	Resposta	SIM
8.1 O mapa confeccionado atende às exigências do art. 25 da IN SEGES/MP n.º 05/2017?	Resposta	SIM
9. No caso de serviços de engenharia com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, foi contemplado, no mapa de riscos, o risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS da contratada?[11]	Resposta	SIM
9.1 Optou-se por uma das formas de controle interno previstas no §1º do art. 18 da IN SEGES/MP n.º 05/2017 (conta-depósito vinculada ou pagamento pelo fato gerador)?	Resposta	SIM
9.2 Foi justificada a opção na forma do §2º do mesmo art. 18?	Resposta	NÃO
10. O Termo de Referência ou Projeto Básico elaborado pelo setor requisitante basearam-se nos Estudos Técnicos Preliminares, no Gerenciamento de Riscos e nas diretrizes constantes do Anexo V, da IN SEGES/MP n.º 05/2017?[12]	Resposta	SIM
10.1 Foi utilizado o modelo de minuta padronizada de Termo de Referência ou Projeto Básico da Advocacia-Geral da União, observadas as diretrizes dispostas no Anexo V da IN SEGES/MP n.º 05/2017?[13]	Resposta	SIM
10.2 Foram justificadas e destacadas visualmente, no processo, eventuais alterações ou não utilização do modelo da AGU?	Resposta	SIM

FL 03
GCALC CMA

10.3 Houve manifestação acerca da adoção de práticas e/ou critérios de sustentabilidade economicamente viáveis na contratação, mediante consulta ao "Guia Nacional de Contratações Sustentáveis" da CGU/AGU?[14]	Resposta	SIM
10.4 Consta a aprovação do Termo de Referência ou Projeto Básico pela autoridade competente?[15]	Resposta	SIM
11. Consta do Termo de Referência ou Projeto Básico o orçamento de referência, contendo o detalhamento do preço global de referência, que expressa a descrição, quantidades e custos unitários de todos os serviços[16]?	Resposta	SIM
11.1 Consta dos autos manifestação formal do setor competente contendo a análise e as justificativas acerca da metodologia de obtenção dos custos global e unitários de referência da licitação?	Resposta	SIM
11.2 Houve a especificação das composições dos custos unitários previstos no Termo de Referência ou Projeto Básico para obtenção do custo global dos serviços?[17]	Resposta	SIM
11.3 O custo global da obra foi obtido a partir de custos unitários de insumos ou serviços constantes do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi), no caso de construção civil em geral, ou na tabela do Sistema de Custos de Obras Rodoviárias (Sicro), no caso de serviços rodoviários?[18]	Resposta	SIM
11.3.1 Caso a estimativa de custo global do serviço tenha sido apurada por meio da utilização de dados contidos em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal, em publicações técnicas especializadas, em sistema específico instituído para o setor ou por meio de pesquisa de mercado, consta dos autos a justificativa de inviabilidade de utilização preferencial do Sinapi ou Sicro?[19]	Resposta	SIM
11.3.2 Nesse caso, consta estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, observado o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços?[20] [21]	Resposta	SIM
11.3.3 Consta manifestação da área técnica com análise crítica dos preços obtidos na pesquisa de preços?	Resposta	SIM
11.4 Houve a especificação dos percentuais de Bonificações e Despesas Indiretas - BDI e dos Encargos Sociais – ES?[22] [23]	Resposta	SIM
11.4.1 Houve a especificação de BDI diferenciado e reduzido para itens de fornecimento de materiais e equipamentos de natureza específica, que possam ser fornecidos por empresas com especialidades próprias e diversas e que representem percentual significativo do preço global do serviço de engenharia, se for o caso?[24].	Resposta	SIM

11.4.2 No caso do fornecimento de equipamentos, sistemas e materiais em que o contratado não atue como intermediário entre o fabricante e a administração pública ou que tenham projetos, fabricação e logísticas não padronizados e não enquadrados como itens de fabricação regular e contínua nos mercados nacional ou internacional, houve o cálculo do BDI com base na complexidade da aquisição, de forma justificada, em exceção à regra prevista no § 1º, do art. 9º do Decreto n.º 7.983/2013?	Resposta	SIM
11.5 O orçamento considerou tratamentos tributários diferenciados disponíveis para o serviço, em especial a possibilidade de incidência de desoneração tributária?	Resposta	SIM
11.6 Caso o serviço de engenharia envolva a disponibilização de mão-de-obra em regime de dedicação exclusiva, consta planilha de custos e formação de preços nos termos do subitem 2.9, "b" do Anexo V, da IN SEGES/MP nº 5/2017?	Resposta	SIM
12. Foram definidos critérios de aceitabilidade dos preços unitários e global?[25]	Resposta	SIM
13. Os documentos técnicos foram elaborados por profissional da área de engenharia ou arquitetura competente, devidamente identificado?[26]	Resposta	SIM
14. Houve juntada de ART ou RRT relativa aos elementos e/ou peças técnicas de arquitetura e/ou engenharia que instruem os autos, inclusive das planilhas orçamentárias?[27]	Resposta	SIM
15. Foram obtidas as aprovações e os licenciamentos pertinentes junto às autoridades competentes, se for o caso?[28]	Resposta	SIM
16. Foi elaborado o Projeto Executivo (art. 6º, inciso X, da Lei n.º 8.666/1993), ou previsto no Termo de Referência ou Projeto Básico que esse documento técnico será desenvolvido concomitantemente com a execução dos serviços?[29]	Resposta	SIM
17. Tratando-se de atividade de custeio, foi observado o art. 3º do Decreto 10.193/2019?	Resposta	SIM
18. Consta indicação do recurso orçamentário próprio para a despesa e da respectiva rubrica, caso não se trate de licitação processada pelo SRP?[30]	Resposta	SIM
18.1 Se for o caso, constam a estimativa do impacto orçamentário-financeiro da despesa no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes e a declaração de adequação orçamentária e financeira do ordenador da despesa, previstas, respectivamente, nos incisos I e II, do art. 16, da Lei Complementar 101/2000?[31]	Resposta	SIM
19. Foram utilizados os modelos padronizados de instrumentos contratuais da Advocacia-Geral da União, observadas as diretrizes dispostas no Anexo VII-F da IN SEGES/MP n.º 05/2017?[32].	Resposta	SIM

FL 05
GCALC CMA

19.1 Eventuais alterações nos modelos ou sua não utilização foram devidamente justificadas no processo?	Resposta	N/A

LISTA DE VERIFICAÇÃO 2 - ESPECÍFICA PARA CONTRATAÇÃO PRECEDIDA DE LICITAÇÃO	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
20. Houve justificativa do enquadramento ou não do objeto como sendo serviço comum de engenharia?[33] [34]	Resposta	
21. Sendo enquadrado o objeto como serviço comum, foi adotado o pregão? [35] [36]	Resposta	
22. Sendo adotado o pregão, a autoridade competente designou o pregoeiro e a respectiva equipe de apoio?[37]	Resposta	
23. No caso de realizada a licitação por pregão presencial, consta a justificativa válida quanto à inviabilidade de utilizar-se o formato eletrônico?[38]	Resposta	
24. Sendo enquadrado o objeto como serviço especial, foi adotada modalidade de licitação diversa do pregão?[39]	Resposta	
24.1 Consta designação da Comissão de Licitação?[40]	Resposta	
25. Há autorização da autoridade competente permitindo o início do procedimento licitatório?[41]	Resposta	
26. Há minuta de edital?[42]	Resposta	
26.1 Foi utilizado o modelo padronizado de instrumento convocatório da Advocacia-Geral União?[43]	Resposta	
26.2 Eventuais alterações no modelo, ou a sua não utilização, foram devidamente justificadas no processo?	Resposta	
26.3 A minuta de contrato ou de instrumento assemelhado constitui anexo à minuta do edital?[44] [45]	Resposta	
27. Tratando-se de modalidade diversa do pregão, o orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários está anexo ao edital?[46]	Resposta	
28. Os responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos foram devidamente identificados no processo?[47]	Resposta	

LISTA DE VERIFICAÇÃO 3 - ESPECÍFICA PARA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)

29. Autoridade competente justificou a utilização do SRP com base em alguma das hipóteses previstas no artigo 3º do Decreto 7.892/2013?	Resposta	
30. Foi realizado procedimento de Intenção de Registro de Preços – IRP, visando o registro e a divulgação dos itens a serem licitados?[48]	Resposta	
30.1 No caso de dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços – IRP, há justificativa do órgão gerenciador?[49]	Resposta	
30.2 Foram adotadas pelo órgão gerenciador as medidas do §3º do art. 4º do Decreto 7.892/2013?	Resposta	
30.3 No caso de existir órgãos ou entidades participantes, o órgão gerenciador consolidou as informações relativas à estimativa individual e total de consumo?[50]	Resposta	
30.4 Foram consolidados os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes, inclusive nas hipóteses previstas nos §§ 2º e 3º do art. 6º do Decreto 7.892/13?[51]	Resposta	
30.5 O órgão gerenciador confirmou junto aos órgãos ou entidades participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e termo de referência?[52]	Resposta	
31. Foi utilizado o modelo padronizado de ata de registro de preços da Advocacia-Geral da União? (Enunciado nº 6 do Manual de Boas Práticas Consultivas)	Resposta	
31.1 Eventuais alterações no modelo ou sua não utilização foram devidamente justificadas no processo?	Resposta	
32. O Edital permite a adesão a não participantes?[53]	Resposta	
32.1 Houve justificativa para a permissão de futura adesão de interessados não-participantes?[54]	Resposta	
32.2 Havendo possibilidade de adesão, há previsão de quantitativos para máximos por adesão e totais, nos termos do art. 22, §§ 3º, 4º e 4º-A do Decreto nº 7.892/13?	Resposta	
33. A licitação adota o critério de adjudicação por item?	Resposta	
34. Caso utilizado critério de adjudicação por preço global de grupo de itens, foi apresentada justificativa?[55]	Resposta	

LISTA DE VERIFICAÇÃO 4 - ESPECÍFICA PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO[56]	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
35. Houve justificativa do enquadramento ou não do objeto dentro das hipóteses do art. 24 da Lei nº 8.666/93 ou de legislação	Resposta	S.M

específica pertinente, com indicação expressa do fundamento legal utilizado?[57]		
36. Nas hipóteses do art. 24, incisos IV e XXXV, houve demonstração da caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa, conforme o caso, nos termos do art. 26, parágrafo único, inciso I da Lei nº 8.666/93?	Resposta	SIM
37. Constam dos autos as razões para escolha do executante a ser contratado?	Resposta	SIM
38. Consta dos autos prova: a) de regularidade fiscal federal; b) de regularidade com a Seguridade Social; c) de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; d) de regularidade trabalhista; e) declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal; e f) ausência de penalidade que vede a contratação com o órgão (artigo 27 e seguintes da Lei 8.666/1993)?[58]	Resposta	SIM
39. Foi juntada aos autos consulta ao CADIN?[59] [60]	Resposta	SIM
40. Houve o reconhecimento da dispensa de licitação e a sua ratificação, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93, com a publicação do respectivo extrato, no prazo de 5 (cinco) dias?[61]	Resposta	SIM

[1] Obs.: Dispõe a ON-AGU 2/2009: "os instrumentos dos contratos, convênios e demais ajustes, bem como os respectivos aditivos, devem integrar um único processo administrativo, devidamente autuado em sequência cronológica, numerado, rubricado, contendo cada volume os respectivos termos de abertura e encerramento."

[2] Art. 7º, IX da IN SEGES/ME nº 40/2020 e Decreto n.º 9.203/2017

[3] Obs.1: Atentar para as exceções à obrigatoriedade de registro no Plano anual previstas no art. 7º do Decreto. Considerando que o art. 22 estende a aplicação dos seus termos às contratações do regime da Lei nº 8.666/93, muito embora sejam citados dispositivos da Lei nº 14.133/21, também estão incluídas as contratações enquadradas nos dispositivos correlatos das Leis nº 8.666/93, 10.520/02 e 12.462/11, onde aplicável.

[4] art. 21, inciso III, IN SEGES/MP n.º 05/2017

[5] arts. 20 e 24 da IN SEGES/MP nº 05/2017 e IN SEGES/ME nº 40/2020

[6] Obs.1: O art. 8º, inciso I, da IN SEGES/ME nº 40/2020, estabelece que é facultada a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares nas hipóteses dos incisos I, II, III, IV e XI do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

[7] art. 7º, §2º, da IN SEGES/ME nº 40/2020

[8] art. 14, inciso II, do Decreto n.º 10.024/19

[9] arts. 20 e 26 da IN SEGES/MP n.º 05/2017

[10] Obs.: O §2º do artigo 20 da IN 05/2017 estabelece que ficam dispensadas da elaboração do mapa de riscos, na fase de planejamento da contratação, as contratações de serviços cujos valores se enquadrem nos limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993.

[11] art. 18, §1º, IN SEGES/MP n.º 05/2017

[12] art. 3º, XI do Decreto 10.024/19, art. 27 e 28, §2º, IN SEGES/MP n.º 05/2017

[13] Art. 29 da IN SEGES/MP n.º 05/2017

[14] art. 5º, IN SLTI/MP nº 1/2010

[15] art. 14, inciso II, do Decreto n.º 10.024/19; art. 7º, §2º, inciso I da Lei n.º 8.666/93

[16] art. 2º, inciso VIII, do Decreto n.º 7.983/2013

[17] art. 2º, inciso II, do Decreto n.º 7.983/2013

[18] art. 3º do Decreto n.º 7.983/2013

[19] arts. 5º e 6º do Decreto n.º 7.983/2013

[20] art. 3º, III, da Lei nº 10.520/02, art. 3º, XI, "a", "2" do Decreto 10.024/19 e arts. 15, III, 43, IV da Lei nº 8.666/93, art. 7º, inc. V e VI da IN SEGES/ME nº 40/2020, e art. 30, inc. X, da IN SEGES/MP nº 5/2017

[21] Obs.1: No caso de realização de pesquisa de preços, recomenda-se a utilização, como uma boa prática, dos procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2020.

Obs.2: Segundo o Manual de obras e serviços de engenharia: da CGU/AGU (item 2.5.4), "Especificamente em relação aos insumos, deve-se notar que a escolha de materiais, profissionais ou atividades não relacionadas nos sistemas existentes recomenda a devida motivação e aprovação por parte do ordenador de despesas do órgão promotor do procedimento de licitação ou de contratação direta. Nesses casos, a discriminação dos itens componentes do projeto básico deverá ser feita de forma objetiva, sem especificações ou variações inúteis, desnecessárias ou que permitam apreciação subjetiva por parte dos licitantes. [...]. Demais disso, a utilização da mão de obra de profissionais não discriminados na tabela Sinapi, além da justificativa da necessidade específica do tipo de profissional, o projeto básico deverá apresentar a respectiva composição do custo unitário que deverá estar acompanhada da discriminação analítica de todos os tributos e encargos sociais incidentes sobre cada profissional. [...]". (Brasil. Advocacia-Geral da União – AGU. Consultoria-Geral da União. Manual de obras e serviços de engenharia: fundamentos da licitação e contratação / Manoel Paz e Silva Filho. Brasília: AGU, 2014. p. 28-29).

[22] art. 9º, incisos I a IV, do Decreto n.º 7.983/2013

[23] Obs.1: Recomenda-se a consulta ao Acórdão TCU nº 2.622/2013-Plenário para obtenção de percentuais de referência para o BDI.

[24] art. 9º, § 1º, do Decreto n.º 7.983/2013; Súmula TCU n.º 253

[25] art. 11 do Decreto n.º 7.983/2013, Orientação Normativa AGU Nº 5/2009, Súmula TCU n.º 258

[26] arts. 1º e 2º da Lei 6.496/1977, art. 45 da Lei 12.378/2010 e Súmula/TCU nº 260

[27] arts. 1º e 2º da Lei 6.496/1977, art. 45 da Lei n.º 12378/2010 e art. 10 do Decreto nº 7.983/13, Súmula TCU nº 260

[28]Obs 1: Quanto ao licenciamento ambiental, cf. Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 001/1986 e nº 237/1997, e Lei nº 6.938/1981. Tratando-se de atividade prevista no Anexo I da Resolução CONAMA nº 237/1997, pode ser necessário o licenciamento prévio.

Obs 2: Deve ser aprovado pela autoridade competente o projeto de extensão de rede, reforço ou modificação da rede existente, se for o caso. (Resolução Normativa ANEEL n. 414/2010, art. 414).

Obs. 3. Não se pode perder de vista, por exemplo, que alguns serviços exigem apresentação de projeto e obtenção de alvará junto ao órgão municipal.

Obs. 4. Conforme a natureza dos serviços, podem ser exigidas aprovações do projeto junto ao Corpo de Bombeiros, IPHAN, concessionárias de água, entre outros, competindo ao órgão verificar quais seriam as autorizações pertinentes (Acórdão nº 312/2006 – 2ª Câmara e Acórdão nº 2.352/2006- Plenário)

Obs 5. Mais que um procedimento burocrático, o contato com concessionárias de serviço público ou órgãos públicos, resolvendo eventuais pendências, pode evitar atrasos na execução do contrato, principalmente na sua etapa final.

[29] art. 7º, inciso II e § 1°, da Lei n.º 8.666/1993

[30] art. 8º, IV, do Decreto 10.024/19, e arts. 7º, § 2º, III, e 38, caput, da Lei 8.666/93

[31] Obs. 1: ON AGU 52: "As despesas ordinárias e rotineiras da administração, já previstas no orçamento e destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes, dispensam as exigências previstas nos incisos I e II do art. 16 da Lei Complementar 101, de 2000."

[32] Art. 35 da IN SEGES/MP nº 5/2017

[33] art. 3º, inciso VIII, do Decreto n.º 10.024/2019; ON AGU nº 54/2014)

[34] Obs.1: O art. 3º, inciso VIII, do Decreto n.º 10.024/2019 define serviço comum de engenharia como a "atividade ou conjunto de atividades que necessitam da participação e do acompanhamento de profissional engenheiro habilitado, nos termos do disposto na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e cujos padrões

de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pela administração pública, mediante especificações usuais de mercado;".

ON AGU nº 54/2014: Compete ao agente ou setor técnico da Administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum para efeito de utilização da modalidade pregão e definir se o objeto corresponde a obra ou serviço de engenharia, sendo atribuição do órgão jurídico analisar o devido enquadramento da modalidade licitatória aplicável.

[35] art. 1º da Lei 10.520/02; art. 1º, caput, do Decreto 10.024/2019; ON AGU n.º 67/2020

[36] ON AGU nº 67/2020: Não há óbice jurídico para adoção da modalidade pregão para contração de serviços de engenharia caso o objeto seja tecnicamente caracterizado como serviço de natureza comum, na forma do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520, de 2002.

[37] art. 3º, IV, §§1º e 2º da Lei 10.520/02, art. 8º, VI do Decreto 10.024/19

[38] art. 1º, §4º, do Decreto 10.024/2019

[39] art. 3º, inciso III, c/c o art. 4º, inciso III, do Decreto n.º 10.024/2019

[40] art. 38, III, da Lei 8.666/93

[41] art. 38, caput, da Lei 8.666/93 e art. 8º, V do Decreto nº 10.024/19

[42] art. 4º, III, da Lei 10.520/02, art. 40 da Lei 8.666/93 e art. 8º, VII, do Decreto nº 10.024/19

[43] Art. 35 da IN SEGES/MP nº 5/2017

[44] art. 40, §2º, III, da Lei 8.666/93

[45] Obs. 1: Se a Administração Pública desejar substituir o contrato por outros instrumentos hábeis na forma do art. 62 da Lei 8.666/93, deverá justificar a decisão.

[46] art. 40 , §2º, II, da Lei 8.666/93

[47] art. 21, VI, da IN Conjunta MP/CGU n.º 01/2016

[48] art. 4º e 5º, I, do Decreto 7.892/13

[49] art. 4º, §1º, do Decreto 7.892/13

[50] art. 5º, II, do Decreto 7.892/13

[51] art. 5º, IV, do Decreto 7.892/13

[52] art. 5º, V, do Decreto 7.892/13

[53] Art. 22 do Decreto nº 7.892/13

[54] Acórdão nº 757/2015 – Plenário do TCU

[55] Atentar para a recomendação do TCU, emanada no acórdão 2037/2019-Plenário, nos seguintes termos:

9.6. determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo desta Corte que, em reforço ao constante do item 9.3 do Acórdão 757/2015-Plenário, oriente suas unidades sobre a necessidade de sempre avaliar os seguintes aspectos em processos envolvendo pregões para registro de preços: [...]

9.6.3. obrigatoriedade da adjudicação por item como regra geral, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes e a seleção das propostas mais vantajosas, sendo a adjudicação por preço global medida excepcional que precisa ser devidamente justificada, além de incompatível com a aquisição futura por itens - arts. 3º, § 1º, inciso I, 15, inciso IV, e 23, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/1993, e Acórdãos 529, 1.592, 1.913, 2.695 e 2.796/2013, todos do Plenário.

[56] OBS: Nos termos da Orientação Normativa AGU nº 46, de 26/02/2014, a manifestação jurídica nas contratações diretas pelo pequeno valor (fundadas no art. 24, I e II da Lei nº 8.666/93) é dispensável quando inexistir dúvida jurídica e forem usadas minutas padronizadas (como as minutas da AGU).

[57] OBS 1: Orientação Normativa AGU n. 12, de 01/04/2009: Não se dispensa licitação, com fundamento nos incs. V e VII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, caso a licitação fracassada ou deserta tenha sido realizada na modalidade convite.

OBS 2: Orientação Normativa n. 13, de 01/04/2009: empresa pública ou sociedade de economia mista que exerça atividade econômica não se enquadra como órgão ou entidade que integra a administração pública, para os fins de dispensa de licitação com fundamento no inc. VIII do art. 24 da lei nº 8.666, de 1993.

OBS 3: Orientação Normativa n. 14, de 01/04/2009: Os contratos firmados com as fundações de apoio com base na dispensa de licitação prevista no inciso XIII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, devem estar diretamente vinculados a projetos com definição clara do objeto e com prazo determinado, sendo

vedadas a subcontratação; a contratação de serviços contínuos ou de manutenção; e a contratação de serviços destinados a atender as necessidades permanentes da instituição.

[58] OBS: A consulta deve ser feita nos seguintes endereços:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS);

OBS 2: Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/)

[59] art. 6º, III da Lei nº 10.522/02

[60] OBS: Atente-se que o cadastro do CADIN é meramente informativo, de modo que a existência de pendências não impede a contratação.

[61] OBS: Registre-se que a Orientação Normativa AGU n. 33, de 13/12/2011, dispensa a publicação do extrato contratual caso seja publicado o ato de autorização/ratificação da contratação direta.

OBS 2: Nos termos da Orientação Normativa AGU n. 34, de 13/12/2011, as contratações diretas fundadas no art. 24, I e II, da Lei nº 8.666/93 dispensam inclusive a publicação do ato que autoriza/ratifica a contratação direta, sem prejuízo de outros meios de publicidade do ato.

FL 33
GCALC CMA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
(Comando de Elementos de Fronteira – 1948)

TERMO DE AUTUAÇÃO

Dispensa de Licitação nº 27 /2022 - Cmdo CMA

Em conformidade com o disposto no art. 38 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, autuo, nesta data, o Processo Administrativo referente à licitação acima indicada, cujos objeto e recursos estão definidos no despacho do Ordenador de Despesas ao Documento de Formalização de Demanda – 1º B COM GE SL, de 8 de novembro de 2022.

Manaus, 26 de abril de 2022.

MARCIO BASTOS NUNES – 3º Sgt
Auxiliar Almoxarifado

FL 18
GCALC CMA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
(Comando de Elementos de Fronteira – 1948)

TERMO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação nº 27/2022 - Cmdo CMA

Em conformidade com o disposto no art. 38 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, autuo, nesta data, o Processo Administrativo referente à licitação acima indicada, cujos objeto e recursos estão definidos no despacho do Ordenador de Despesas, ao Documento de Formalização de Demanda – 1º B COM GE SL, de 8 de novembro de 2022

Manaus-AM, 26 de abril de 2022.

SANDRO ROGÉRIO FERREIRA GOMES – Cel Veterano R/1
Ordenador de Despesas do Cmdo CMA

FL 13
GCALC CMA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
1º BATALHÃO DE COMUNICAÇÕES E GUERRA ELETRÔNICA DE SELVA

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA (DFD)

Setor Requisitante (Seção/Divisão/Assessoria):
Seção de Projetos
Responsável pela Demanda:
MARCO AURÉLIO **KLEM** CERQUEIRA - Maj
Matrícula SIAPE:
-
E-mail: almoxarifado@1bcomgesl.eb.mil.br
Telefone: (92) 98199-2772

Objeto:
( ) Serviço não continuado
( ) Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra
( ) Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra
( ) Material de consumo
( ) Material permanente/ equipamento
Forma de Contratação sugerida:
( ) Modalidades da Lei n.º 8.666/93: *(especificar a modalidade)*
( ) Pregão (especificar se Pregão próprio ou como partícipe em Pregão de outro Órgão, com o uso do SRP)
( ) Dispensa/ Inexigibilidade
( ) Adesão à IRP de outro Órgão

1. Justificativa da necessidade da contratação da solução, considerando o Planejamento Estratégico, se for o caso
Substituir o telhado do pavilhão da Cia Com Sl levando em consideração que o local acometido com o vendaval teve sua construção finalizada no primeiro bimestre de 1970 e que já apresentava o desgaste natural pelo tempo de utilização, que na ocasião da tempestade, apenas incrementou prioridade na obra a ser realizada.

2. Quantidade de material/serviço da solução a ser contratada
a. Mobilização e desmobilização;
b. Telha de fibrocimento;
c. Capote de fibrocimento;
d. Gancho parafuso para telha de fibrocimento;

FL 14
GCALC/CMA

e. Aluguel de andaimes;
f. Veda Telha Manta;
g. Serviço de solda;
h. Tinta zarcão; e
i. Retirada de entulho.

3. Previsão de data em que deve ser <u>iniciada</u> a aquisição do material/ serviço
- Maio de 2022.

Submeto Documento de Formalização da Demanda para avaliação.

MARCO AURÉLIO KLEM CERQUEIRA - Maj
Chefe da Seção de Projetos

De acordo. Encaminhe-se à SALC para ciência, autorização de abertura de processo e designação da equipe de planejamento de contratação, se aplicável.

PAUL ANDERSON MARIANO PEREIRA - TC
Fiscal Administrativo do Comando Militar da Amazônia

Autorizo a abertura deste processo.

SANDRO ROGÉRIO FERREIRA GOMES - Cel Veterano (R1)
Ordenador de Despesas do Comando Militar da Amazônia

FL 15
GCALC/CMA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1º BATALHÃO DE COMUNICAÇÕES
E GUERRA ELETRONICA DE SELVA

Nota nº_____, de ___ de abril de 2022, da(o) Cmt
Para o BOLETIM INTERNO

Publique-se
Em____/_____/____

WALACE PAYSAN GOMES – Cel
Cmt 1º B Com GE Sl

DIVERSOS
Equipe de Planejamento da Contratação - Designação

Designo os militares abaixo discriminados para compor a Equipe de Planejamento da Contratação para reconstrução do telhado do pavilhão da Cia Com Sl, em solução ao DIEx (Requisitorio), nº 156, de 26 de abril 2022 do Aux S4/S4/EM, para auxiliarem o Ordenador de Despesas na tomada de decisão, conforme prevê a InstruçãoNormativa nº 5/2017 – ME (Inciso III, Art. 21º).

3º Sgt **LUÍS RICARDO DE CASTRO FERREIRA**
(Integrante técnico)

Maj **MARCO AURÉLIO KLEM CERQUEIRA**
(Integrante Requisitante)

Em consequência:
- aos Integrantes da Equipe caberão as atribuições relativas à fase de planejamento da contratação e suas etapas de Estudos Preliminares, de Gerenciamento de Riscos e de elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico, às quais lhes foram dadas ciência expressa, conforme § 1º, do Art. 24º, da referidaInstrução Normativa.
- os militares designados e os demais interessados tomem conhecimento e as providências decorrentes.

WALACE PAYSAN GOMES – Cel
Comandante do 1º Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica de Selva

Publicado no BOLETIM INTERNO nº_____, de____/_____/____, item _____

Referência: Nota para BI/_____ de ____/_____/2022

FL. 16
GCALC CMA

Estudo Técnico Preliminar (ETP)

FL 17
GCALC CMA

1. Informações Básicas

Número do processo: **65306.001984/2022-71**

2. Descrição da necessidade

- Urgência dos reparos no pavilhão da Cia Com Sl, SU desta OM, que após intenso temporal e vendaval na cidade de Manaus/AM sofreu danos patrimoniais, consideráveis, que estão pondo em risco a integridade física do seu pessoal e dos materiais acondicionados nesta dependência.
- Levando em consideração que o pavilhão acometido com o vendaval teve sua construção finalizada no primeiro bimestre de 1970 e que o seu telhado já apresentava o desgaste natural pelo tempo de utilização, identifica-se que a tempestade apenas incrementou prioridade na obra a ser realizada. Dessa forma, o que seria serviço de engenharia a ser contratado por meio de licitação, passou a ter fator adicional. Uma vez que a Cia Com Sl detém de material rádio empregado no Comando e Controle das operações de todo o Comando Militar da Amazônia e que o teto da sala rádio está com infiltrações por causa do problema no telhado, reveste-se de importância que tal contratação seja pela modalidade de dispensa de licitação. Tudo com o objetivo de dar celeridade à solução definitiva do problema.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Chefe da Seção de Projetos do 1º Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica de Selva	MARCO AURÉLIO **KLEM** CERQUEIRA - **Maj**

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- Ser do ramo do objeto da licitação;
- Possuir mão de obra capacitada e qualificada, em quantidade necessária, para o desempenho eficiente das diversas tarefas;
- Estar em dia com as obrigações trabalhistas e previdenciárias;
- Preservação do meio ambiente de forma a atender os critérios e práticas de sustentabilidade na execução dos serviços;
- Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.
- As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas no Termo de Referência.

5. Levantamento de Mercado

- Tal valor foi obtido a partir de ampla pesquisa de preços de mercado do objeto da licitação a fim de servir de balizamento para a análise das propostas dos licitantes, em conformidade com o disposto no art. 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993.

- Na realização da pesquisa de preços foram observados os procedimentos administrativos básicos previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05, de 27/06/14; sendo que a aplicação dos parâmetros estabelecidos no seu art. 2º retornou os seguintes resultados, de acordo com a fonte consultada:
- FONTE I – Tabela SINAPI; e

  FONTE IV – pesquisa com fornecedores:

FL 58
GCALC CMA

- Foram recebidas cotações de preços apresentadas por empresas do ramo pertinente ao objeto licitado, cuja média foi usada como preço máximo estimado.
- Assim, tendo por referência os preços de mercado e as especificidades do objeto, foram estabelecidos os preços máximos aceitáveis para a contratação, conforme constam no Termo de Referência, a fim de que seja verificada a conformidade de cada proposta com os preços correntes de mercado, de acordo com o disposto no art. 40, inciso X, da Lei nº 8.666/1993.

6. Descrição da solução como um todo

Os valores de referência apresentados no presente foram oriundos de cotação ampla, detalhada, transparente, cuidadosa, de modo a se configurar um juízo seguro de que os preços orçados estão compatíveis com os que são praticados comumente no mercado, sendo observados, inclusive, a utilização de forma combinada ou não dos parâmetros, atento ainda as prioridades elencadas na Instrução Normativa Nº 05, SLT/MPOG, de 27 de junho de 2014.

7. Estimativa das Quantidades a serem adquiridas

A demanda inicial da Administração está em conformidade com o item 1.2 do Termo de Referência, podendo-se variar conforme a disponibilidade de créditos. A especificação detalhada do serviço encontra-se no Termo de Referência.

8. Estimativa do Valor da Contratação

O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 Na definição da composição dos itens que constituem o objeto, foi observada que a decisão de dividir em dispensas de licitações distintas não seria viável, uma vez que a instalação do objeto se trata de serviço especializado, sendo preferencialmente viável o fornecimento em sua totalidade para que não haja prejuízo, ao conjunto da aquisição, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e solução do objeto.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

O Comando Militar da Amazônia não possui contratações correlatas e/ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

- O Comando Militar da Amazônia tem por missão principal a defesa da Pátria. Tem por atribuição coordenar os trabalhos em tempo de paz, participar na dissuasão de ameaças aos interesses nacionais e em situação de guerra ou conflito externo. Se constituído em Comando do Teatro de Operações, conduzir, em sua área de responsabilidade, a campanha

militar para derrotar o inimigo que agredir ou ameaçar a soberania, a integridade territorial, o patrimônio e os interesses vitais do Brasil. Dentre os diversos vetores de atuação desta Unidade Gestora, em geral todos dependem de um ambiente de trabalho salubre, haja vista que constantemente ocorrem recepções às mais diversas autoridades civis e militares em visita ao Comando Militar da Amazônia, bem como as diversas formatura e eventos de confraternizações.

12. Resultados Pretendidos

FL 19

- A execução do serviço em tela visa reparar o telhado do pavilhão Cia Com Sl, considerando a urgência referente aos fatos já mencionados e ao agravo das infiltrações na Sala Rádio, local onde fica a maior parte do material CL VII da OM.
- O serviço atenderá às necessidades da Cia Com Sl do 1º Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica de Selva.

13. Providências a serem adotadas

- A empresa especializada somente pode funcionar depois de devidamente licenciada junto à autoridade competente.
- A contratação de prestação de serviço de reparo do telhado da Cia Com Sl somente podem ser efetuadas com empresa especializada.
- Para a prestação de serviço de reparo do telhado da Cia Com Sl a empresa deverá dispor de um local adequado, de todas as ferramentas, equipamentos, acessórios e EPI's necessários à sua perfeita execução.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A consideração de critérios de sustentabilidade nos procedimentos de contratação é uma obrigação imposta a todos os órgãos e entidades da Administração Pública e está associada à conjugação de, no mínimo, três esforços primordiais:

a. bem-estar social (direitos sociais, trabalhistas, humanos, etc);

b. desenvolvimento econômico (geração e distribuição de renda); e

c. preservação do meio ambiente.

Nos termos do Decreto nº 7.746/2012, a inserção de critérios e práticas de sustentabilidade em aquisições contratadas pela Administração Pública pode se dá:

a. **Alternativa 1** - pelas especificações técnicas detalhadas do objeto da licitação em si (características especiais dos bens; ou forma específica de execução dos serviços), ou, ainda;

b. **Alternativa 2** - pela exigência de determinados requisitos de HABILITAÇÃO (jurídica e/ou técnica), sobretudo habilitação jurídica e qualificação técnica, tais como, registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão ambiental competente (art. 28, V, da Lei nº 8.666/93); **registro ou inscrição** na entidade profissional (art. 30, I); presença de membros da equipe técnica com dada formação profissional (art. 30, II, e parágrafos); atendimento a requisitos previstos em leis especiais (art. 30, IV); e/ou

c. **Alternativa 3** - pela imposição de obrigações à contratada (condições em que o serviço é prestado ou em que os bens são produzidos, embalados, distribuídos, transportados, armazenados e entregues).

FL 20
GCALC CMA

Considerada a **alternativa 1**, na elaboração das especificações detalhadas do objeto a ser contratado foi levada em consideração a possibilidade de existência de critérios e exigências relativos à promoção do desenvolvimento nacional sustentável, conforme previsto no art. 3° da Lei nº 8.666/1993, na redação dada pela Lei nº 12.349/2010.

a. Consideradas a natureza e as características do objeto, não foram encontrados critérios relevantes alcançados pela legislação incidente em vigor, em especial o Decreto nº 7.746/2012, que regulamentou o caput do art. 3° da Lei nº 8.666/1993, a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/10.

b. Além disso, consultada a lista de atividades abrangidas por disposições normativas de caráter ambiental, constante do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis 2016, da AGU, não se encontrou relação DIRETA entre o objeto licitado e aqueles ali descritos.

Manaus-AM, 26 de abril de 2022

LUÍS RICARDO DE CASTRO FERREIRA – 3º Sargento
Integrante Técnico da Equipe de Planejamento da Contratação (EPC)

MARCO AURÉLIO KLEM CERQUEIRA - Maj
Integrante Requisitante da Equipe de Planejamento da Contratação (EPC)

APROVAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS

SANDRO ROGÉRIO FERREIRA GOMES - Cel Veterano (R1)
Ordenador de Despesas do Comando Militar da Amazônia

GCALC GU MANAUS
FL 03

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
1º BATALHÃO DE COMUNICAÇÕES E GUERRA ELETRÔNICA DE SELVA

MAPA DE RISCOS

(art. 26 da IN SEGES/MP nº 5/2017)

Órgão: 1º Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica de Selva	
Setor Requisitante: Seção de Projetos	
Responsável pela Demanda: MARCO AURÉLIO KLEM CERQUEIRA - Maj	**CPF:** [redacted]
E-mail: almoxarifado@1bcomgesl.eb.mil.br	**Telefone:** (92) 98199-2772
Objeto: Substituição do telhado do pavilhão da Cia Com Sl levando em consideração que o local acometido com o vendaval teve sua construção finalizada no primeiro bimestre de 1970 e que já apresentava o desgaste natural pelo tempo de utilização, que na ocasião da tempestade, apenas incrementou prioridade na obra a ser realizada).	

FASE DE ANÁLISE

(x) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor

( ) Gestão do Contrato

RISCO 01 - Falência da contratada antes da execução do serviço			
Probabilidade:	**(x)** Baixa **( )** Média **( )** Alta	**Impacto:**	**( )** Baixo **(x)** Médio **( )** Alto

Ord	**Dano**	
1	Inexecução total ou parcial do serviço	
2	Atraso no atendimento à necessidade que motivou a contratação	
Ord	**Ação Preventiva**	**Responsável**
1	Obtenção da Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica	SLC
Ord	**Ação de Contingência**	**Responsável**
1	Realização de novo processo de contratação	SLC

RISCO 02 - Proximidade inadequada entre a equipe de planejamento da contratação e empresa(s) do mercado, levando à quebra da imparcialidade da equipe, resultando no direcionamento da contratação			
Probabilidade:	**(x)** Baixa **( )** Média **( )** Alta	**Impacto:**	**( )** Baixo **( )** Médio **(x)** Alto

Ord	**Dano**
1	Descrédito do processo
2	Desgaste da imagem do Órgão

FL 28
GCAL/CMA

RISCO 02 - Proximidade inadequada entre a equipe de planejamento da contratação e empresa(s) do mercado, levando à quebra da imparcialidade da equipe, resultando no direcionamento da contratação		
Ord	**Ação Preventiva**	**Responsável**
1	Interagir com os fornecedores de forma cautelosa. Uma boa prática é enviar correspondência oficial a cada potencial fornecedor identificado, contendo elementos essenciais da contratação (p. ex. necessidade, requisitos, quantidades), para que ele possa informar se tem condições de entregar solução que atenda aos requisitos e qual é o preço estimado dessa solução. Outra forma de interagir com os fornecedores é utilizar o portal do órgão na internet para efetuar o levantamento de mercado. As interações citadas devem constar dos autos do processo de contratação	Equipe Plj Contratação
2	Ao reunir com empresas, ou em demonstrações de produtos ou serviços, contar com pelo menos 2 outros servidores e documentar nos autos do processo de contratação. Adicionalmente, justificar por que as interações ocorreram com somente essas empresas, garantindo a transparência desses eventos	Equipe Plj Contratação
3	Se for necessário conhecer as instalações de empresas que sejam potenciais fornecedoras da solução, justificar essa necessidade nos autos do processo de contratação e identificar quais são essas empresas e agendar visitas a cada uma delas, devidamente planejadas (p. ex. elaborar lista de itens a verificar nas visitas), com o custo a cargo do órgão, e não das empresas	Equipe Plj Contratação
Ord	**Ação de Contingência**	**Responsável**
1	Substituir os membros envolvidos na proximidade inadequada	Chefia do Órgão

RISCO 03 - Contratação de solução incompleta, de forma a não atender à necessidade				
Probabilidade:	( ) Baixa (x) Média ( ) Alta	**Impacto:**	( ) Baixo ( ) Médio (x) Alto	
Ord	**Dano**			
1	Desperdício de recursos públicos			
Ord	**Ação Preventiva**			**Responsável**
1	Garantir que o levantamento de mercado seja criterioso e, no caso de soluções complexas, verificar junto a outros órgãos e a fornecedores se a solução definida é devidamente abrangente para gerar os resultados pretendidos, de modo a atender à necessidade alvo			Equipe Plj Contratação
Ord	**Ação de Contingência**			**Responsável**
1	Realização de novo processo de contratação com estudo preliminar mais abrangente			SLC

RISCO 04 - Não adequação do ambiente da organização para que a contratação surta seus efeitos				
Probabilidade:	(x) Baixa ( ) Média ( ) Alta	**Impacto:**	( ) Baixo (x) Médio ( ) Alto	
Ord	**Dano**			
1	Atraso no atendimento à necessidade que motivou a contratação			
Ord	**Ação Preventiva**			**Responsável**
1	Quando necessário, adequar o ambiente organizacional às necessidades da contratação			Área Requisitante
Ord	**Ação de Contingência**			**Responsável**
1	Adequar emergencialmente o ambiente			Área Requisitante

GCALC GU MANAUS
Fl 23

RISCO 05 - Contratação de duas ou mais soluções em um mesmo objeto contratual (contrariando a jurisprudência do TCU)			
Probabilidade:	( ) Baixa (x) Média ( ) Alta	**Impacto:**	( ) Baixo ( ) Médio (x) Alto

Ord	Dano	
1	Dependência excessiva da contratada, de forma que, se ela deixar de existir, o órgão fica sem o atendimento a diversas necessidades simultaneamente	
2	Adoção de modelos de execução do objeto e de gestão do contrato vagos e ineficazes (p. ex, multas genéricas, com pouca eficácia)	
3	Diminuição da competitividade na licitação, por não permitir que empresas especializadas em alguma das soluções participem, uma vez que não fornecem o conjunto completo de soluções. Adicionalmente, os requisitos de habilitação (p. ex. atestados de capacidade Téc) tendem a permitir somente a habilitação de grandes empresas, pois as menores terão dificuldade de apresentar comprovação da prestação de serviços referentes a todas as soluções	
Ord	**Ação Preventiva**	**Responsável**
1	Contratar soluções distintas separadamente, verificando, para cada solução, se é possível dividi-la	Equipe Plj Contratação
Ord	**Ação de Contingência**	**Responsável**
1	Realização de novo processo de contratação com estudo preliminar mais abrangente	SLC

RISCO 06 - Falta de instrumentos formais para trazer o contrato à normalidade no caso de desconformidades na execução do objeto (p. ex. qualidade dos produtos/serviços abaixo do definido no contrato, atraso na entrega/execução)			
Probabilidade:	( ) Baixa (x) Média ( ) Alta	**Impacto:**	( ) Baixo ( ) Médio (x) Alto

Ord	Dano	
1	Não atendimento à necessidade que motivou a contratação	
Ord	**Ação Preventiva**	**Responsável**
1	Definir claramente os critérios de qualidade a serem verificados nos produtos e serviços entregues	Equipe Plj Contratação
2	Prever os procedimentos de recusa dos produtos e serviços, caso não atendam aos critérios estabelecidos	Equipe Plj Contratação
3	Especificar cuidadosamente as sanções e glosas passíveis de serem aplicadas à contratada	Equipe Plj Contratação
Ord	**Ação de Contingência**	**Responsável**
1	Realização de novo processo de contratação com estudo preliminar mais abrangente	SLC

RISCO 07 - Conluio entre as licitantes em licitações presenciais			
Probabilidade:	(x) Baixa ( ) Média ( ) Alta	**Impacto:**	( ) Baixo ( ) Médio (x) Alto

Ord	Dano	
1	Aceitação de preços acima da faixa de preços que poderia ser obtido sem o conluio	
Ord	**Ação Preventiva**	**Responsável**
1	Se a solução for constituída de bens e serviços comuns, deve ser usada a modalidade de licitação pregão (eletrônico)	Equipe Plj Contratação
Ord	**Ação de Contingência**	**Responsável**
1	Realização de novo processo de contratação	SLC

RISCO 08 - Coleta insuficiente de preços, levando a estimativas de preços sem o devido embasamento				
Probabilidade:	( ) Baixa (x) Média ( ) Alta	**Impacto:**	( ) Baixo ( ) Médio (x) Alto	
Ord	**Dano**			
1	Aceitação de preços acima da faixa de preços praticada no mercado (sobrepreço), especialmente em processo de contratação direta ou de adesão a uma ata de registro de preço			
Ord	**Ação Preventiva**			**Responsável**
1	Consultar diversas fontes para obter os preços			Equipe Plj Contratação
2	Utilizar deflatores para ajustar os preços obtidos diretamente com os fornecedores			Equipe Plj Contratação
3	Estimar os preços unitários, bem como os valores máximo e mínimo (inexequível)			Equipe Plj Contratação
4	Elaborar memória de cálculo das estimativas de preço, isto é, os procedimentos adotados para se obter os preços coletados, bem como anexar as evidências das pesquisas, inclusive os ofícios do órgão solicitando as propostas de preços			Equipe Plj Contratação
5	Observar a Orientação Técnica 1/2010 - TI Controle (www.ticontrole.gov.br/portal/pls/portal/docs/1412832.PDF)			Equipe Plj Contratação
6	Cumprir a Instrução Normativa 5-SLTI/MPOG, de 27/06/14, que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços			Equipe Plj Contratação
Ord	**Ação de Contingência**			**Responsável**
1	Estabelecer a obrigação da revisão dos artefatos produzidos no planejamento das contratações por servidor sênior, de modo a verificar se os preços dos itens a contratar foram estimados adequadamente			Chefia do Órgão

RISCO 09 - Elaboração dos artefatos de planejamento da contratação por empresa do mercado da solução a contratar				
Probabilidade:	(x) Baixa ( ) Média ( ) Alta	**Impacto:**	( ) Baixo ( ) Médio (x) Alto	
Ord	**Dano**			
1	Direcionamento da licitação em favor da empresa envolvida			
Ord	**Ação Preventiva**			**Responsável**
1	Garantir que haja servidores qualificados em quantidade suficiente para elaborar os artefatos de planejamento de todas as contratações do órgão			Chefia do Órgão
Ord	**Ação de Contingência**			**Responsável**
1	Supervisionar adequadamente a elaboração dos artefatos por terceiros			Equipe Plj Contratação

RISCO 10 - Estabelecimento de prazo curto demais para a apresentação de proposta relativa a uma solução complexa em licitação do tipo pregão				
Probabilidade:	( ) Baixa ( ) Média (x) Alta	**Impacto:**	( ) Baixo ( ) Médio (x) Alto	
Ord	**Dano**			
1	Limitação do número de licitantes			
2	Recebimento de propostas mal elaboradas			
Ord	**Ação Preventiva**			**Responsável**

GCALC GU MANAUS
Fl. 25

RISCO 10 - Estabelecimento de prazo curto demais para a apresentação de proposta relativa a uma solução complexa em licitação do tipo pregão		
1	Encaminhar à equipe responsável pela condução da licitação o prazo adequado para que as licitantes formulem propostas na etapa de seleção do fornecedor	Equipe Plj Contratação
Ord	**Ação de Contingência**	**Responsável**
1	Aumentar o rigor no julgamento das propostas	Pregoeiro

RISCO 11 - Contratação por Sistema de Registro de Preços (SRP) sem o enquadramento em uma das hipóteses previstas no Decreto nº 7.892/2013			
Probabilidade:	( ) Baixa **(x)** Média ( ) Alta	**Impacto:**	( ) Baixo **(x)** Médio ( ) Alto
Ord	**Dano**		
1	Prática de ilegalidade		
Ord	**Ação Preventiva**		**Responsável**
1	Estabelecer a necessidade de embasar as contratações efetuadas pelo SRP à luz do Decreto nº 7.892/2013		SLC
Ord	**Ação de Contingência**		**Responsável**
1	Aumentar o rigor na avaliação dos pressupostos nas contratações seguintes		SLC

RISCO 12 - Custo para aquisição/adaptação de solução contratada maior que a previsão orçamentária			
Probabilidade:	( ) Baixa **(x)** Média ( ) Alta	**Impacto:**	( ) Baixo ( ) Médio (x) Alto
Ord	**Dano**		
1	Implantação de solução incompleta		
Ord	**Ação Preventiva**		**Responsável**
1	Implantar a solução de maneira incremental ou por etapas		Área Requisitante
2	Ajustar os requisitos institucionais para minimizar a necessidade de aquisição/customização		Área Requisitante
Ord	**Ação de Contingência**		**Responsável**
1	Fazer gestões para complementação/suplementação orçamentária		Chefia do Órgão

RISCO 13 - Contratação de solução que não atenda à necessidade, não alcançando os resultados pretendidos			
Probabilidade:	( ) Baixa **(x)** Média ( ) Alta	**Impacto:**	( ) Baixo ( ) Médio (x) Alto
Ord	**Dano**		
1	Ocorrência de muitos ajustes		
2	Abandono da solução		
Ord	**Ação Preventiva**		**Responsável**
1	Obrigar a área requisitante a participar ativamente de todo o processo de planejamento da contratação e da gestão do contrato		Chefia do Órgão
2	Obrigar a aprovação dos artefatos das principais contratações (de maior importância ou materialidade) pela alta administração ou estrutura de governança específica, verificando a adequação da definição da necessidade		Chefia do Órgão
Ord	**Ação de Contingência**		**Responsável**

FL 26
GCAL - SMA

RISCO 13 - Contratação de solução que não atenda à necessidade, não alcançando os resultados pretendidos		
1	Realização de novo processo de contratação com estudo preliminar mais rigoroso	SLC

RISCO 14 - Manutenção de solução em atividade que não atenda mais à necessidade, ou porque a solução não consiga mais atender à necessidade, ou porque a necessidade deixou de existir			
Probabilidade:	( ) Baixa (x) Média ( ) Alta	**Impacto:**	( ) Baixo ( ) Médio (x) Alto
Ord	**Dano**		
1	Desperdício de recursos públicos		
Ord	**Ação Preventiva**		**Responsável**
1	Incluir entre as obrigações da área gestora da solução ou do fiscal de contrato a verificação da pertinência da solução em termos de negócio a cada prorrogação do contrato ou repactuação, observando aspectos como economicidade, eficácia e eficiência.		Chefia do Órgão
Ord	**Ação de Contingência**		**Responsável**
1	Rescindir a contratação		SLC

RISCO 15 - Execução de contratações desalinhadas dos objetivos estabelecidos nos planos do escalão superior, deixando-se de investir em iniciativas que contribuam para o alcance destes objetivos			
Probabilidade:	( ) Baixa (x) Média ( ) Alta	**Impacto:**	( ) Baixo ( ) Médio (x) Alto
Ord	**Dano**		
1	Desperdício de recursos públicos		
2	Frustração dos objetivos estabelecidos nos planos do escalão superior		
Ord	**Ação Preventiva**		**Responsável**
1	Garantir a existência dos planos do órgão		Chefia do Órgão
2	Aprovar o resultado do planejamento conjunto das contratações e do orçamento, verificando o alinhamento das contratações previstas com os objetivos que constam dos planos do escalão superior		Chefia do Órgão
3	Obrigar a aprovação dos artefatos das principais contratações (de maior importância ou materialidade) pela alta administração ou estrutura de governança específica, de modo que a alta administração verifique se foi estabelecido o alinhamento entre cada uma dessas contratações e os planos do escalão superior		Chefia do Órgão
Ord	**Ação de Contingência**		**Responsável**
1	Revisar o alinhamento das contratações em andamento		Chefia do Órgão

RISCO 16 - Estabelecimento de requisitos desconectados da necessidade da contratação			
Probabilidade:	( ) Baixa (x) Média ( ) Alta	**Impacto:**	( ) Baixo ( ) Médio (x) Alto
Ord	**Dano**		
1	Desperdício de recursos públicos		
Ord	**Ação Preventiva**		**Responsável**
1	Estabelecer a obrigação da revisão dos artefatos produzidos no planejamento das contratações por servidor sênior, de modo a verificar se somente foram definidos os requisitos mínimos para o atendimento à necessidade da contratação		Chefia do Órgão

GCALC GU MANAUS FI 27

RISCO 16 - Estabelecimento de requisitos desconectados da necessidade da contratação		
Ord	**Ação de Contingência**	**Responsável**
1	Revisar os requisitos estabelecidos nas contratações em andamento	Equipe Plj Contratação

RISCO 17 - Sobra ou falta de produtos ou serviços contratados			
Probabilidade:	( ) Baixa (x) Média ( ) Alta	**Impacto:**	( ) Baixo (x) Médio ( ) Alto

Ord	**Dano**
1	Não atendimento à necessidade que motivou a contratação
2	Desperdício de recursos financeiros ou utilização de orçamento superior ao previsto
3	Quebra da padronização

Ord	**Ação Preventiva**	**Responsável**
1	Definir método para estimar as quantidades necessárias. Se preciso, buscar métodos e técnicas para estimar as quantidades dos itens da solução em outros órgãos	Equipe Plj Contratação
2	Fazer levantamento exaustivo da necessidade, de modo a evitar a celebração de aditivos ou novas contratações	Equipe Plj Contratação
3	Documentar a aplicação do método adotado para o cálculo das estimativas das quantidades dos itens a contratar nos autos do processo de contratação, explicitando como os cálculos foram feitos (memorial de cálculo)	Equipe Plj Contratação
4	Armazenar dados da execução contratual, de modo que a equipe de planejamento da contratação que elaborar os artefatos da próxima licitação da mesma solução ou de solução similar conte com informações de contratos anteriores	Fiscal do Contrato

Ord	**Ação de Contingência**	**Responsável**
1	Celebração de aditivos contratuais ou realização de novas contratações	SLC

RISCO 18 - Utilização de somente uma solução do mercado como base para a definição de requisitos			
Probabilidade:	( ) Baixa (x) Média ( ) Alta	**Impacto:**	( ) Baixo (x) Médio ( ) Alto

Ord	**Dano**
1	Direcionamento da licitação

Ord	**Ação Preventiva**	**Responsável**
1	Garantir que o levantamento de soluções do mercado seja feito junto ao maior número de fontes possível	Equipe Plj Contratação
2	Efetuar o levantamento de contratações similares feitas por outros órgãos, ou disponíveis na internet, em feiras, em publicações especializadas e pesquisa junto a fornecedores	Equipe Plj Contratação

Ord	**Ação de Contingência**	**Responsável**
1	Acompanhar com mais rigor os resultados da contratação	Fiscal do Contrato

RISCO 19 - Adoção de solução que siga predominantemente padrões proprietários			
Probabilidade:	( ) Baixa (x) Média ( ) Alta	**Impacto:**	( ) Baixo ( ) Médio (x) Alto

Ord	**Dano**
1	Dependência excessiva com relação à solução

FL 28
GCALC/CMA

RISCO 19 - Adoção de solução que siga predominantemente padrões proprietários		
Ord	**Ação Preventiva**	**Responsável**
1	Buscar contratar solução que siga padrões de mercado que permitam a migração para outras soluções (p. ex. exigir que a solução ofereça facilidades de exportação dos dados em padrão que permita a importação desses dados por outras soluções)	Equipe Plj Contratação
Ord	**Ação de Contingência**	**Responsável**
1	Rescindir a contratação e fazer uma nova, com estudo preliminar mais abrangente, optando por soluções com padrões de mercado	Equipe Plj Contratação

RISCO 20 - Adoção de solução imatura			
Probabilidade:	( ) Baixa **(x)** Média ( ) Alta	**Impacto:**	( ) Baixo ( ) Médio (x) Alto
Ord	**Dano**		
1	Problemas na implantação ou descontinuidade da solução antes do desfrute do investimento feito		
Ord	**Ação Preventiva**		**Responsável**
1	Verificar se cada tipo de solução em análise conta com base instalada significativa, se muitos fornecedores do mercado oferecem soluções desse tipo e se apresenta perspectiva de amadurecimento, descartadas aquelas consideradas imaturas, com as devidas justificativas explicitadas nos autos do processo de contratação		Equipe Plj Contratação
Ord	**Ação de Contingência**		**Responsável**
1	Rescindir a contratação e fazer uma nova, com estudo preliminar mais abrangente, optando por soluções maduras no mercado		Equipe Plj Contratação

RISCO 21 - Adoção de solução obsoleta ou próxima da obsolescência			
Probabilidade:	( ) Baixa **(x)** Média ( ) Alta	**Impacto:**	( ) Baixo ( ) Médio (x) Alto
Ord	**Dano**		
1	Descontinuidade da solução antes do desfrute do investimento feito		
Ord	**Ação Preventiva**		**Responsável**
1	Verificar a perspectiva de amadurecimento de cada tipo de solução em análise, descartando aquelas consideradas obsoletas ou próximas da obsolescência, com as devidas justificativas explicitadas nos autos do processo de contratação		Equipe Plj Contratação
Ord	**Ação de Contingência**		**Responsável**
1	Rescindir a contratação e fazer uma nova, com estudo preliminar mais abrangente, optando por soluções não obsoletas ou próximas da obsolescência		Equipe Plj Contratação

RISCO 22 - Contratação de solução incompleta, de forma a não atender à necessidade			
Probabilidade:	( ) Baixa **(x)** Média ( ) Alta	**Impacto:**	( ) Baixo ( ) Médio (x) Alto
Ord	**Dano**		
1	Não atendimento à necessidade que motivou a contratação		
Ord	**Ação Preventiva**		**Responsável**
1	Garantir que o levantamento de mercado seja criterioso e, no caso de soluções complexas, verificar junto a outros órgãos e a fornecedores se a solução definida é devidamente abrangente para gerar os resultados pretendidos, de modo a atender à necessidade alvo		Equipe Plj Contratação
Ord	**Ação de Contingência**		**Responsável**

GCALC GU MANAUS
Fl. 29

RISCO 22 - Contratação de solução incompleta, de forma a não atender à necessidade		
1	Rescindir a contratação e fazer uma nova, com estudo preliminar mais abrangente, optando por soluções completas	Equipe Plj Contratação

RISCO 23 - Paralisação da solução pouco tempo depois de sua instalação por falta de consumíveis			
Probabilidade:	( ) Baixa (x) Média ( ) Alta	**Impacto:**	( ) Baixo ( ) Médio (x) Alto
Ord	**Dano**		
1	Não atendimento à necessidade que motivou a contratação		
Ord	**Ação Preventiva**		**Responsável**
1	Estabelecer que a solução a ser contratada inclua todos os consumíveis necessários para que funcione por período pré-determinado, de maneira que o órgão tenha tempo para planejar, executar licitação e receber novos materiais de consumo		Equipe Plj Contratação
Ord	**Ação de Contingência**		**Responsável**
1	Fornecer os consumíveis necessários para funcionamento da solução		Área Requisitante

RISCO 24 - Definição de resultados não realistas, gerando frustração na área requisitante e em outros interessados			
Probabilidade:	( ) Baixa (x) Média ( ) Alta	**Impacto:**	( ) Baixo (x) Médio ( ) Alto
Ord	**Dano**		
1	Definição de outros serviços dependentes, em bases infundadas		
Ord	**Ação Preventiva**		**Responsável**
1	Avaliar a possibilidade da solução alcançar os resultados esperados definidos pela área requisitante. Se considerar os resultados irrealistas, deve negociar com a área requisitante para ajustar as expectativas. Caso a negociação não se mostre eficaz, levar o caso às instâncias superiores		Equipe Plj Contratação
Ord	**Ação de Contingência**		**Responsável**
1	Ajustar o planejamento para reestabelecer os resultados esperados em bases realistas		Área Requisitante

RISCO 25 - Falta de participação da área requisitante da solução, especialmente com relação à construção e à manutenção da solução			
Probabilidade:	( ) Baixa (x) Média ( ) Alta	**Impacto:**	( ) Baixo ( ) Médio (x) Alto
Ord	**Dano**		
1	Execução inadequada do objeto		
Ord	**Ação Preventiva**		**Responsável**
1	Publicar normativo definindo qual é a unidade gestora de cada solução, que normalmente é a área requisitante da solução, e quais são as obrigações dessa unidade com relação à solução. Entre essas obrigações deve estar incluída a participação na: a) elaboração das ordens de serviço para construção e para a manutenção da solução; b) avaliação dos serviços e artefatos entregues, sob a perspectiva de atendimento à necessidade de negócio, com base nas ordens de serviço.		Chefia do Órgão
2	Conscientizar os gestores das soluções a respeito da importância da participação deles na construção, manutenção e operação das mesmas		Chefia do Órgão
Ord	**Ação de Contingência**		**Responsável**

FL 30
GCAI C CMA

RISCO 25 - Falta de participação da área requisitante da solução, especialmente com relação à construção e à manutenção da solução		
1	Definir qual é a unidade gestora da solução e quais são as obrigações dessa unidade com relação à solução	Área Requisitante

RISCO 26 - Imprecisão da solução, de modo que a natureza, as quantidades ou o prazo não fiquem claros			
Probabilidade:	( ) Baixa (x) Média ( ) Alta	**Impacto:**	( ) Baixo ( ) Médio (x) Alto

Ord	Dano	
1	Não atendimento à necessidade que motivou a contratação	
Ord	**Ação Preventiva**	**Responsável**
1	Estabelecer a obrigação da revisão dos artefatos produzidos no planejamento das contratações por servidor sênior, de modo a verificar a consistência da definição do objeto da contratação	Chefia do Órgão
Ord	**Ação de Contingência**	**Responsável**
1	Revisar os requisitos estabelecidos nas contratações em andamento	Equipe Plj Contratação

Manaus-AM, 26 de ABRIL de 2022.

LUÍS RICARDO DE CASTRO FERREIRA – 3º Sargento
Membro da Equipe de Planejamento da Contratação (EPC)

MARCO AURÉLIO KLEM CERQUEIRA - Maj
Membro da Equipe de Planejamento da Contratação (EPC)

FL 33
GCA/C CMA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
1º BATALHÃO DE COMUNICAÇÕES E GUERRA ELETRÔNICA DE SELVA

TERMO DE REFERÊNCIA Nº ____/2022
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 27/2022
(Processo Administrativo nº 65306.001984/2022-71)

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa para executar reparação do telhado (Pavilhão de uma Cia) do 1º Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica de Selva (1º B Com GE Sl), em Manaus/AM.

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados no anexo doTermo de Referência.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada Integral.

1.5. O contrato terá vigência pelo período de 120 (cento e vinte) dias, não sendo prorrogável na forma do art. 57, II, da Lei de Licitações.

1.6. O prazo de execução do objeto é de 30 (trinta) dias corridos.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. No dia 15 de abril de 2022 o Comandante do 1º Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica de Selva, fez contato telefônico com o Chefe da Comissão Regional de Obras da 12ª Região Militar para narrar situação que acabara de acontecer. Após intenso temporal e vendaval na cidade de Manaus/AM a Cia Com Sl, SU desta OM, sofreu danos patrimoniais, consideráveis, que estão pondo em risco a integridade física do seu pessoal e dos materiais acondicionados nesta dependência.

2.2. Com o propósito de levantar dados para tomada de decisão, o Comandante do 1º B Com GE Sl fez contato com uma empresa para comparecer ao local e levantar a gravidade da situação, bem como confeccionar o orçamento dos serviços necessários para a reparação. Avaliada a real necessidade de contratação e a urgência dos reparos, a Comissão Regional de Obras prestou apoio para a elaboração dos documentos técnicos necessários para a contratação de urgência. Fotos da situação do local segue como anexo específico a este Termo de Referência.

2.3. Levando em consideração que o pavilhão acometido com o vendaval teve sua construção finalizada no primeiro bimestre de 1970 e que o seu telhado já apresentava o desgaste natural pelo tempo de utilização, identifica-se que a tempestade apenas incrementou prioridade na obra a ser realizada. Dessa forma, o que seria serviço de engenharia a ser contratado por meio de licitação, passou a ter fator adicional. Além disso, há previsão de que na semana seguinte, de 02 a 06 de maio, se inicie o Curso de Formação de Cabos (CFC). Este curso irá possuir militares de todas as Organizações Militares da guarnição de Manaus e a revitalização do telhado é de

fundamental importância para que suas atividades possam ser desenvolvidas com o menor transtorno possível. Destaco que o planejamento do CFC está aprovado pelas Diretrizes de Instrução Militar do Comando Militar da Amazônia.

2.4. Levando em consideração que a Cia Com Sl detém o material rádio empregado no Comando e Controle das operações de todo o Comando Militar da Amazônia e que o teto da sala rádio está com infiltrações por causa do problema no telhado, reveste-se de importância que tal contratação seja pela modalidade de dispensa de licitação. Tudo com o objetivo de dar celeridade à solução definitiva do problema.

2.5. Assim sendo, o Comando Militar da Amazônia irá contratar empresa com objetivo de reparar o telhado do pavilhão Cia Com Sl, considerando a urgência referente aos fatos já mencionados e ao agravo das infiltrações na Sala Rádio, local onde fica a maior parte do material CL VII da OM.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A descrição da solução como um todo é a reparação do telhado da Cia afetada, conforme lista de serviços apresentados, anexa a este documento.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, a ser contratado diretamente mediante dispensa de licitação, com fulcro no inciso IV do Art. 24 da Lei nº 8.666/1993, dada a urgência de atendimento da situação anteriormente exposta.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A execução do contrato não gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Serão atendidas todas as normativas técnicas da ABNT pertinentes à execução do objeto.

5.1.2. O objeto deste serviço será tratado como contrato de escopo no qual a contratada se compromete a entregar o objeto proposto por este termo de referência nos moldes estabelecidos pela administração, o que é denominado de contrato de escopo. Sendo assim, serão discernidos os prazos de vigência e de execução do ajuste, de modo que será flexibilizado seu prazo final, exclusivamente em prestígio ao interesse público relacionado à entrega do objeto, sem descuidar das prerrogativas administrativas de fiscalização e de aplicação de eventuais sanções à contratada.

5.1.3. Nos termos do art. 12 da Lei nº 8.666, de 1993, as especificações e demais exigências do projeto básico ou executivo, para contratação de serviços de engenharia, devem ser elaborados visando à economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, tais como:

5.1.3.1. Utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção;

5.1.3.2. Comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução da obra ou serviço.

5.1.3.3. Deve ser priorizado o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação das obras públicas.

5.1.3.4. Devem ser observadas as normas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO e as normas ISO nº 14.000 da Organização Internacional para a Padronização (InternationalOrganization for Standardization), relativas a sistemas de gestão ambiental.

5.1.3.5. Deve ser exigido o uso obrigatório de agregados reciclados nas obras contratadas, sempre que existir a oferta de agregados reciclados, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais.

5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para o cumprimento do contrato.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Não incidem critérios de sustentabilidade na presente licitação, conforme justificativa abaixo:

6.1.1. O serviço consiste de simples reparação de telhas, não gerando impactos significativos ao meio ambiente. No entanto, a contratada deverá dispor de meios adequados para descarte dos materiais a serem descartados.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1. A execução dos serviços será iniciada a partir da assinatura do contrato, ou documento equivalente.

7.1.2. O prazo máximo para a execução do objeto será de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data de assinatura do contrato; e

7.1.3. Prazo de vigência do Contrato será de 120 (cento e vinte) dias corridos, a contar da assinatura do contrato.

8. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

8.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários ao fiel cumprimento dos serviços definidos no Anexo III.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;

9.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;

9.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

9.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto;
9.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
9.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
9.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

9.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

9.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

9.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

9.10. Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

9.10.1. certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

9.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

9.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Executar o contrato conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

10.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços/obras efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida neste Termo de Referência, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

FL 35
GCAL CMA

10.3.1. A responsabilidade de que trata o subitem anterior inclui a reparação por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo, em qualquer caso, a contratada ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade;

10.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7° do Decreto n° 7.203, de 2010;

10.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual/Distrital **OU** Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

10.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

10.7.1. A Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

10.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.9. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

10.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.11. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

10.13. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

10.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.15. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

10.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

10.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

10.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

10.22. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

10.23. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

10.23.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

10.23.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

10.24. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;

10.25. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;

10.26. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

10.27. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

10.28. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

10.29. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;

10.30. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

10.31. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

10.32. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;

10.33. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

10.33.1. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);

10.34. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

10.35. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

10.36. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referênciae seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

10.37. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto n° 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

10.38. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4°, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP n° 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

10.38.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

10.38.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo

IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 5, de 15/03/2014, e legislação correlata;

10.38.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

10.38.3.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

10.39. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

10.39.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

10.39.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

10.39.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

10.39.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

10.39.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

10.39.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

10.39.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d´água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

10.39.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte

FL 39
GCAL/CMA

de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

10.40. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

10.40.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n° 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

10.40.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n° 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

10.40.3. Nos termos do artigo 4°, § 3°, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

10.41. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

10.42. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referênciae demais documentos anexos;

10.43. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.);

10.44. No caso de execução de obras:

10.44.1. Apresentar a comprovação, conforme solicitado pela contratada, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato;

10.44.1.1. Em caso de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, haverá retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada e não havendo quitação das obrigações por parte da contratada no prazo de quinze dias, aceitar que contratante efetue o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato;

10.44.2. Subcontratar somente empresas que aceitem expressamente as obrigações estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018.

FL 40
CCAJC/CM

10.44.3. Inscrever a Obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1845, de 22 de novembro de 2018.

10.45. Em se tratando do regime empreitada por preço global ou empreitada integral a participação na licitação ou a assinatura do contrato implica a concordância do licitante ou contratado com a adequação de todos osserviçosestimados em planilha da administração, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

13.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

13.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referênciae na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

FL 45
COAL SMA

13.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

13.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

13.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

13.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

13.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

13.13. No caso de obras, cumpre, ainda, à fiscalização:

13.13.1. solicitar, mensalmente, por amostragem, que a contratada apresente os documentos comprobatórios das obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados alocados na execução da obra, em especial, quanto:

13.13.1.1. ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

13.13.1.2. à concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional;

13.13.1.3. à concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

13.13.1.4. aos depósitos do FGTS; e

13.13.1.5. ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

13.13.2. solicitar, por amostragem, aos empregados da contratada, que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão ou não sendo recolhidas em seus nomes, por meio da apresentação de extratos, de forma que todos os empregados tenham tido seus extratos avaliados ao final de um ano da contratação, o que não impedirá que a análise de extratos possa ser realizada mais de uma vez em relação a um mesmo empregado;

13.13.3. oficiar os órgãos responsáveis pela fiscalização em caso de indício de irregularidade no cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS;

13.13.4. somente autorizar a subcontratação se as obrigações estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018 forem expressamente aceitas pela subcontratada.

13.14. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

FL 48

13.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

14.1. A avaliação da execução do objeto utilizará a planilha de medição dos serviços executados, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.1.1. A utilização daplanilha de medição não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

14.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

14.2.1. Após finalizada a execução dos serviços como um todo, por se tratar de empreitada integral, o fiscal de contrato será acionado para verificar, in loco, a execução do objeto em conformidade com os serviços previstos em anexo específico.

14.2.2. Após aprovados ou glosados os serviços eventualmente não executados, o fiscal de contrato irá autorizar emissão de nota fiscal no prazo máximo de 5 dias úteis a contar da data da visita ao local dos serviços.

14.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

14.3.1. não produziu os resultados acordados;

14.3.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

14.3.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15. DO RECEBIMENTO DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura em relação a cada etapa de execução prevista no cronograma físico-financeiro deve ser precedida do recebimento provisório e definitivo da respectiva etapa, nos termos abaixo:

15.1.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

15.1.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

15.1.3. A Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

15.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal de contratoapós a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

15.2.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

15.2.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

15.2.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

15.2.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

15.2.1.4. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

15.2.2. No prazo de até 15 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

15.2.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.2.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.2.2.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

15.3. No prazo de até 10 (dez) dias corridosa partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

15.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

15.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

15.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização,com base na planilha de medição atestada pelo fiscal de contrato.

FL 44
GCALC/MA

15.4. Nos contratos de escopo O recebimento da última etapa de execução equivale ao recebimento do objeto como um todo, e será realizado da seguinte forma:

15.4.1. provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

15.4.2. definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93;

15.4.3. O prazo para recebimento definitivo será de 90 (noventa) dias.

15.4.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento.

15.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

15.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

16. DO PAGAMENTO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

16.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

16.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de ..... (....) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

16.3.1. Ospagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

16.5.1. o prazo de validade;

16.5.2. a data da emissão;

16.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

FL 45
GCALC CM4

16.5.4. o período de prestação dos serviços;

16.5.5. o valor a pagar; e

16.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

16.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas neste Termo de Referência.

16.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

16.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

16.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

16.16. No caso de obras, caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações de que trata a IN SEGES/MP nº 6, de 2018, a contratante comunicará o fato à contratada e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

FL 46

16.16.1. Na hipótese prevista no subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da contratada no prazo de quinze dias, a contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

16.16.2. O contrato poderá ser rescindido por ato unilateral e escrito da contratante e a aplicação das penalidades cabíveis para os casos do não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato.

16.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data da liquidação da nota fiscal até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365}$$

17. REAJUSTE

17.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento a que a proposta se referir.

17.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice INCC exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, seguindo a seguinte fórmula:

$R = V (I - I^o) / I^o$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^o = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

17.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

17.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

18. GARANTIA DA EXECUÇÃO

18.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixojustificadas:

18.1.1. O serviço é de simples execução e etapa única, não constituindo complexidade suficiente que implique riscos à não conclusão do objeto.

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993,a CONTRATADA que:

19.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

19.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

19.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

19.1.5. cometer fraude fiscal.

19.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

i. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii. **Multa de**:

(1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

(2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

(3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O

FL 48
GCALC CMA

atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

iii. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iv. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

19.3. As sanções previstas nos subitens "i", "iii", e "iv" poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

19.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com a tabelas 2:

Tabela 1

INFRAÇÃO		
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**GRAU**
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		

6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens deste Termo de Referênciae seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos neste Termo de Referência;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

19.5. Também fica sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

19.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

19.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

19.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

19.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

19.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

FL 507
GCALC

19.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

19.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO E HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR (CONTRATAÇÃO DIRETA).

20.1. A Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;
b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

20.1.1. Para a consulta de pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/)

20.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa proponente e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

20.1.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

20.1.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

20.1.5. O proponente será convocado para manifestação previamente à uma eventual negativa de contratação.

20.2. No decorrer da execução contratual, deverá a contratada comprovar o preenchimento dos seguintes requisitos de habilitação:

20.2.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

20.2.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

20.2.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

20.2.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

20.2.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do contratado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

20.2.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do contratado, relativa à atividade em cujo exercício contrata;

20.2.7. caso o contratado seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

20.3. Poderá a autoridade competente, na forma do art. 4º-F da Lei nº 13.979/20, dispensar a apresentação de documentação de regularidade fiscal ou trabalhista (salvo a comprobatória de regularidade com a Seguridade Social), de forma excepcional e justificada, no caso de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviços

20.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

20.4.1. Valor Global: R$310.748,41 (trezentos e dez mil, setecentos e quarenta e oito reais e quarenta e um centavos).

20.4.2. Valores unitários: não se aplica, por se tratar de contratação por empreitada integral e, portanto, sem que haja medições unitárias ou termos aditivos.

20.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

21. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

21.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo.

22. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

22.1. O recurso orçamentário destinado a este Termo de Referência será disponibilizado conforme previsto na PRO nº _____/2022.

FL 58
GCALC 0716

Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes **Anexos**:

- Anexo I – Termo de justificativas técnicas relevantes;
- Anexo II – Solicitação de obra cadastrada no OPUS;
- Anexo III – Planilha estimativa de custos e formação de preços;
- Anexo IV – Planilha estimativa de composição de BDI;
- Anexo V – Mapa comparativo de preços;
- Anexo VI - Documentos referentes à responsabilidade técnica (ART/RRT referentes à totalidade das peças técnicas produzidas por profissional habilitado, consoante previsão do art. 10 do Decreto n. 7983/2013);
- Anexo VII – Minuta do termo de contrato; e
- Anexo VIII – DIEx 156-Aux S4/S4/EM, de 26 de abril de 2022.

Município de Manaus/AM, 26 de abril de 2022.

LUÍS RICARDO DE CASTRO FERREIRA – 3º Sargento
Integrante Técnico da Equipe de Planejamento da Contratação (EPC)

MARCO AURÉLIO KLEM CERQUEIRA - Maj
Integrante Requisitante da Equipe de Planejamento da Contratação (EPC)

Aprovo:

SANDRO ROGÉRIO FERREIRA GOMES - Cel Veterano (R1)
OD Cmdo CMA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª REGIÃO MILITAR

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES

OBJETO: Reparação do telhado (Pavilhão 1ª CIA) do 1º Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica de Selva (1º B Com GE Sl), em Manaus/AM.

1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia

O art. 6º, incisos I e II da Lei nº 8.666, de 1993, estabelece as definições de obras e serviços e o Manual de Obras e Serviços de Engenharia - Advocacia-Geral da União, assim explicita:

> "O Parecer n. 075/2010/DECOR/CGU/AGU segue o mesmo raciocínio e propõe a seguinte solução (Item 83.4):
>
> a) em se tratando de alteração significativa, autônoma e independente, estar-se-á adiante de obra de engenharia, vedada a adoção do pregão;
>
> b) em se tratando de alteração não significativa, autônoma e independente, estar-se-á adiante de serviço de engenharia, cabível a adoção do pregão;
>
> Nesse ponto, há semelhança com o conceito formulado pelo Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – IBRAOP, para o qual reforma consiste em alterar as características de partes de uma obra ou de seu todo, desde que mantendo as características de volume ou área sem acréscimos e a função de sua utilização atual (Orientação Técnica IBR n. 02/2009).
>
> Consequentemente, serviço de engenharia é a atividade destinada a garantir a fruição de utilidade já existente ou a proporcionar a utilização de funcionalidade nova em coisa/bem material já existente. Não se cria coisa nova. Pelo contrário, o serviço consiste no conserto, na conservação, operação, reparação, adaptação ou manutenção de um bem material específico já construído ou fabricado. Ou, ainda, na instalação ou montagem de objeto em algo já existente. Objetiva-se, assim, manter-se ou aumentar-se a eficiência da utilidade a que se destina ou pode se destinar um bem perfeito e acabado.
>
> A distinção é relevante para a escolha da modalidade licitatória cabível, vez que apenas os serviços comuns de engenharia podem e devem ser obrigatoriamente licitados por meio de pregão, de modo que o órgão técnico deverá analisar cuidadosamente as características da atividade a ser contratada a fim de corretamente caracterizá-la como obra ou serviço de engenharia e fundamentar convincentemente a decisão adotada".

Assim, compete ao setor técnico definir a natureza do objeto, sendo certo que as modalidades licitatórias previstas na Lei nº 8.666/93 deverão ser utilizadas sempre que o mesmo for passível de enquadramento como obra ou serviço não comum de engenharia.

FL. 54
GCALC/CM

JUSTIFICATIVA: O objeto da presente licitação é SERVIÇO DE ENGENHARIA, de acordo com as diretrizes acima.

1.2. Serviço de engenharia: classificação como serviço comum ou especial

Segundo Marçal Justen Filho, "bem ou serviço comum é aquele que se apresenta sob identidade e características padronizadas e que se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio" (Pregão – Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico. Editora Dialética, São Paulo, 2005, pág. 30).

No entendimento do TCU, "a complexidade do objeto pretendido não é o fator decisivo para inseri-lo, ou não, no conceito de bem comum, mas, sim, o domínio do mercado sobre o objeto licitado. Assim, caso o objeto apresente características padronizadas (de desempenho e de qualidade) e o mercado domine as técnicas de sua realização, esse deverá ser classificado como bem ou serviço comum e ser utilizada de forma cogente a modalidade do pregão eletrônico" (Acórdão nº 2.806/2014 – 1ª Câmara).

Portanto, o foco da definição de serviço comum são as "características padronizadas".

Tanto que o Decreto nº 10.024/2019, ao definir o que seriam serviços especiais (não comuns) de engenharia, traz o conceito de "alta heterogeneidade", aliado à alta complexidade técnica:

> II - bens e serviços comuns - bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;
>
> III - bens e serviços especiais - bens que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade técnica, não podem ser considerados bens e serviços comuns, nos termos do inciso II;

No âmbito da AGU, o PARECER nº 51/2019/DECOR/CGU/AGU trouxe a seguinte orientação:

> EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. RESOLUÇÃO Nº 1.116/2019 DO CONFEA. OBRAS E SERVIÇOS NO ÂMBITO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA. SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS. ANÁLISE JURÍDICA.
>
> I – É possível a licitação de serviços de engenharia através da modalidade pregão, quando tais serviços são caracterizáveis como serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520/2002.
>
> II - A Resolução nº 1.116, de 26/04/2019, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA não deve nem pode produzir efeitos restritivos em relação à compreensão do agente público competente acerca do enquadramento de um determinado serviço de engenharia como serviço comum.
>
> III - Diante do dilema decisório acerca da caracterização de um determinado serviço de engenharia como comum, o agente público federal deve agir de forma técnica, lastreado nos elementos apresentados pela Lei nº 10.520/2002 e na pertinente regulamentação dos competentes órgãos do Poder Executivo Federal.

Portanto, prevalece o enquadramento técnico e individual do objeto como serviços comuns de engenharia - para os quais é acertada (e obrigatória) a adoção da modalidade licitatória pregão.

JUSTIFICATIVA: O objeto da presente licitação é SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA, de acordo com as diretrizes acima. Tratando-se simples reparação, espera-

se a substituição do telhado danificado de modo que, ao final, a cobertura da edificação retome as características originais de antes do sinistro.

2. ELABORAÇÃO DE PROJETO E DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO DE ENGENHARIA

Para a licitação relacionada a obras e serviços de engenharia, e em conformidade com a determinação do art. 7°, § 2°, I, da Lei n° 8.666/93, é obrigatória a elaboração e aprovação prévia de Projeto Básico, como também deixa clara a Súmula TCU n° 261/2010:

> "Em licitações de obras e serviços de engenharia, é necessária a elaboração de projeto básico adequado e atualizado, assim considerado aquele aprovado com todos os elementos descritos no art. 6°, inciso IX, da Lei n.° 8.666, de 21 de junho de 1993, constituindo prática ilegal a revisão de projeto básico ou a elaboração de projeto executivo que transfigure o objeto originalmente contratado em outro de natureza e propósito diversos."

O projeto e demais documentos técnicos (tais como plantas, caderno de especificações, memoriais descritivos etc.) devem ser elaborados por profissional competente de engenharia, conforme as modalidades pertinentes ao objeto (civil, mecânico, agrônomo, naval, minas, químico, eletricista, eletrônico ou de comunicação, florestal, geólogo etc.), de arquitetura ou de técnico industrial, com a correspondente Anotação, Registro ou Termo de Responsabilidade Técnica – ART/RRT/TRT, como deixa claro a Súmula TCU n° 260/2010.

A elaboração do Projeto Básico caberá:

> (a) à própria Administração, por meio de responsável técnico pertencente a seus quadros, inscrito no órgão de fiscalização da atividade (CREA/CAU-BR/CFT), que deverão providenciar a Anotação, Registro ou Termo de Responsabilidade Técnica – ART/RRT/TRT referente aos projetos;
>
> (b) a profissional (pessoa física ou jurídica) especializado, habilitado pelo CREA/CAU-BR/CFT, contratado pela Administração mediante licitação ou diretamente, cujos trabalhos serão baseados em anteprojeto desenvolvido pela Administração.

Na licitação na modalidade pregão, é o Termo de Referência que faz as vezes do Projeto Básico. Porém, independentemente da nomenclatura adotada, o conteúdo deve ser equivalente, justamente para permitir o adequado nível de detalhamento e caracterização do objeto licitado, sem prejuízo de ser elaborado outro ou outros documentos técnicos.

JUSTIFICATIVA: No presente feito, o Termo de Referência foi elaborado por profissional habilitado de engenharia de fortificação e construção com a emissão da ART/RRT juntada aos autos.

3. REGIME DE EXECUÇÃO DA OBRA OU SERVIÇO

Os regimes de execução são elencados no art. 6°, inciso VIII, da Lei n° 8.666, de 1993:

> a) empreitada por preço global - quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total;
>
> b) empreitada por preço unitário - quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas;
>
> d) tarefa - quando se ajusta mão-de-obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais;

e) empreitada integral - quando se contrata um empreendimento em sua integralidade, compreendendo todas as etapas das obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade da contratada até a sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização em condições de segurança estrutural e operacional e com as características adequadas às finalidades para que foi contratada;

Nas obras e serviços de engenharia, os regimes mais utilizados são as empreitadas por preço global ou por preço unitário.

A empreitada por preço global é aquela em que se contrata a execução da obra ou serviço por preço certo e total. Em tese, cada parte assume o risco de eventuais distorções nos quantitativos a serem executados, que podem ser superiores ou inferiores àqueles originalmente previstos na planilha orçamentária da contratação. Se, ao final da obra, a contratada tiver fornecido ou executado quantitativos superiores aos estimados, arcará com o prejuízo financeiro (não poderá cobrar a Administração pelos custos adicionais, até certo limite). Na situação oposta, a lógica é a mesma: a Administração não poderá realizar descontos proporcionais aos quantitativos não fornecidos ou executados, se ao final forem inferiores aos estimados (até certo limite).

É por isso que a adoção de tal regime pressupõe um projeto básico de boa qualidade, que estime com adequado nível de precisão as especificações e quantitativos da obra ou serviço, fornecendo aos licitantes todos os elementos e informações necessários para o total e completo conhecimento do objeto e a elaboração de proposta fidedigna (art. 47 da Lei nº 8.666/93), justamente para evitar distorções relevantes no decorrer da execução contratual, em prejuízo seja da Administração, seja da contratada.

Já a empreitada por preço unitário é aquela em que o preço é fixado por unidade determinada. Os pagamentos correspondem à medição dos serviços efetivamente executados, de modo que os contratantes não assumem riscos em relação às diferenças de estimativas de quantitativos. Tal regime é mais apropriado para os casos em que não se conhecem de antemão, com adequado nível de precisão, os quantitativos totais da obra: a execução das "unidades" se dará de acordo com a necessidade observada, com a realização de medições periódicas a fim de quantificar os serviços efetivamente executados e a correspondente remuneração devida.

Não se exige o mesmo nível de precisão da empreitada por preço global, em razão da imprecisão inerente à própria natureza do objeto contratado que está sujeito a variações, especialmente nos quantitativos, por fatores supervenientes ou que não são totalmente conhecidos na fase de planejamento. São exemplos: execução de fundações; serviços de terraplanagem; desmontes de rochas; implantação, pavimentação ou restauração de rodovias; construção de canais, barragens, adutoras, perímetros de irrigação, obras de saneamento, infraestrutura urbana; obras portuárias, dragagem e derrocamento; reforma de edificações; e construção de poço artesiano. Assim, pode-se afirmar que a conveniência de se adotar o regime de empreitada por preço global diminui à medida que se eleva o nível de incerteza sobre o objeto a ser contratado (TCU, Acórdão nº 1.977/2013 - Plenário).

Considerando que a escolha entre os regimes de empreitada terá impacto significativo no curso do contrato, no que diz respeito aos critérios de aceitabilidade dos preços unitário e global, às medições e ao regime de pagamento, às modificações contratuais qualitativas/quantitativas, incluindo a margem de tolerância para as alegadas falhas estruturais e de dimensionamento do projeto básico, dentre outros aspectos, é dever do gestor escolher o regime que melhor atende ao interesse público diante das possíveis eventualidades que venham a incidir no contrato, de modo que se pode afirmar que a discricionariedade na adoção de um ou outro regime é consideravelmente mitigada, porquanto a autoridade estará vinculada às opções decorrentes dos estudos e levantamentos preliminares que definirão os modos possíveis de contratação do empreendimento, tendo em vista, principalmente, os parâmetros da eficiência e economicidade.

FL 57
GOALCOM

Prossegue o TCU no mesmo Acórdão nº 1.977/2013 - Plenário:

> a) a escolha do regime de execução contratual pelo gestor deve estar fundamentada nos autos do processo licitatório, em prestígio ao definido no art. 50 da Lei nº 9.784/1999;
>
> b) a empreitada por preço global, em regra, em razão de a liquidação de despesas não envolver, necessariamente, a medição unitária dos quantitativos de cada serviço na planilha orçamentária, nos termos do art. 6º, inciso VIII, alínea "a", da Lei nº 8.666/1993, deve ser adotada quando for possível definir previamente no projeto, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual; enquanto que a empreitada por preço unitário deve ser preferida nos casos em que os objetos, por sua natureza, possuam uma imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários, como são os casos de reformas de edificação, obras com grandes movimentações de terra e interferências, obras de manutenção rodoviária, dentre outras;
>
> c) nas situações em que, mesmo diante de objeto com imprecisão intrínseca de quantitativos, tal qual asseverado na letra "b" supra, se preferir a utilização da empreitada por preço global, deve ser justificada, no bojo do processo licitatório, a vantagem dessa transferência maior de riscos para o particular - e, consequentemente, maiores preços ofertados - em termos técnicos, econômicos ou outro objetivamente motivado, bem assim como os impactos decorrentes desses riscos na composição do orçamento da obra, em especial a taxa de BDI (Bonificação e Despesas Indiretas); (Acórdão nº 1977/2013 – Plenário).

JUSTIFICATIVA: Considerando a baixa complexidade do objeto e o reduzido número de etapas, optou-se pela contratação por empreitada integral, de modo que todas as etapas do serviço ficarão sob inteira responsabilidade da contratada, devendo o objeto ser entregue: Em condições de entrada em operação; Tendo sido atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização em condições de segurança estrutural e operacional; Com as características adequadas às finalidades para que foi contratado.

4. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS

O orçamento de referência do serviço de engenharia deve trazer o detalhamento do preço global de referência que expressa a descrição, quantidades e custos unitários de todos os serviços, incluídas as respectivas composições de custos unitários, necessários à execução da obra e compatíveis com o projeto que integra o edital de licitação (art. 2º, VIII, do Decreto nº 7.983, de 2013).

Normalmente, tal orçamento é composto por duas planilhas: sintética e analítica.

A planilha sintética traz os custos unitários de referência e os quantitativos de cada serviço necessário à plena execução da obra – chegando ao custo total de referência do serviço.

Os custos totais de referência de todos os serviços são então somados, chegando ao custo global de referência da obra – sobre o qual incide o valor percentual do BDI (Benefícios e Despesas Indiretas), a fim de obter o preço global de referência da obra, que guiará a aceitação das propostas dos licitantes.

Já a planilha analítica traz as composições de custo unitário de cada serviço inserido na planilha sintética – registrando a descrição, quantidades, produtividades e custos unitários dos materiais, mão de obra e equipamentos necessários à execução de uma unidade de medida do referido serviço.

Esse detalhamento é preexistente no Sistema SINAPI, o que torna desnecessária a juntada de cada uma das planilhas analíticas, como será tratado mais à frente.

FL 58

Por outro lado, a presença das planilhas analíticas para composição dos custos unitários é indispensável quando o empreendimento envolver serviços e/ou insumos não previstos no Sistema SINAPI/SICRO ou quando os preços componentes forem decorrentes de pesquisas de preços ou de publicações especializadas, como afirma a Súmula TCU:

Súmula TCU n. 258/2010

> As composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI integram o orçamento que compõe o projeto básico da obra ou serviço de engenharia, devem constar dos anexos do edital de licitação e das propostas das licitantes e não podem ser indicados mediante uso da expressão "verba" ou de unidades genéricas.

Por fim, nos termos do art. 10 do Decreto nº 7.983/2013, a anotação de responsabilidade técnica pelas planilhas orçamentárias deverá constar do projeto que integrar o edital de licitação, inclusive de suas eventuais alterações.

JUSTIFICATIVA: Foi anexada aos autos a planilha orçamentária elaborada por profissional competente para tal, com valor base da administração, constando este no mapa comparativo de preços.

5. ADOÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA DO SINAPI

O orçamento da obra ou serviço de engenharia deve adotar custos unitários menores ou iguais aos custos unitários de referência do SINAPI, para todos os itens relacionados à construção civil (art. 3º do Decreto nº 7.983, de 2013).

Somente em condições especiais justificadas em relatório técnico elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos, os custos unitários de referência da administração poderão exceder os seus correspondentes do SINAPI, sem prejuízo da avaliação dos órgãos de controle, dispensada a compensação em qualquer outro serviço do orçamento de referência (art. 8º, parágrafo único).

Caso o item não esteja contemplado no SINAPI, o orçamento da obra ou serviço poderá adotar custos obtidos em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal, em publicações técnicas especializadas, em sistema específico instituído para o setor ou em pesquisa de mercado (art. 6º do Decreto nº 7.983, de 2013).

Ao adotar quaisquer referenciais de custos externos ao SINAPI, cabe ao setor técnico optar por aqueles que melhor se adequem ao projeto da obra ou serviço, levando em consideração especialmente a adequação dos quantitativos, dos coeficientes de produtividade e a compatibilidade dos valores dos insumos e da mão de obra com a realidade do local da execução do contrato. Inclusive a adaptação de composições já existentes no Sistema SINAPI/SICRO deve, preferencialmente, utilizar insumos ou composições também extraídas desses sistemas.

JUSTIFICATIVA: Foram utilizados outros bancos oficiais de preços, disponíveis ao público, conforme preconizado pelo TCU quando não houver previsão de serviços ou itens no SINAPI.

6. REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE MERCADO

Caso o item do orçamento não esteja contemplado no SINAPI e o órgão recorra à realização da pesquisa de mercado (art. 6º do Decreto nº 7.983, de 2013), o orçamentista deve seguir as diretrizes aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 05/08/2020, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal.

É óbvio que tal diploma não se aplica à orçamentação das obras e serviços de engenharia, como bem alerta seu art. 1º, § 1º. Porém, uma das metodologias subsidiárias do Decreto nº 7.983/2013

é justamente a realização de pesquisa de mercado para determinados custos de insumos ou serviços que não estejam contemplados no SINAPI ou, eventualmente, nos demais parâmetros do art. 6º do Decreto - e, a partir do momento em que o orçamentista opta pela realização de pesquisa de mercado para obter cotações para tais insumos ou serviços, aí sim passam a incidir as diretrizes da IN nº 73/2020.

Atente-se que o art. 3º da IN nº 73/2020 preza justamente pela necessidade de formalização dos procedimentos da pesquisa de preços:

> Art. 3º A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá, no mínimo:
>
> I - identificação do agente responsável pela cotação;
>
> II - caracterização das fontes consultadas;
>
> III - série de preços coletados;
>
> IV - método matemático aplicado para a definição do valor estimado; e
>
> V - justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inexequíveis, inconsistentes e excessivamente elevados, se aplicável.

Portanto, mesmo nas licitações para obras e serviços de engenharia, sempre que realizada pesquisa de preços para obtenção de alguma cotação de custos complementar, devem ser juntados aos autos os documentos correspondentes, para fins de adequada instrução processual.

No mais, seguem as principais diretrizes da IN nº 73/2020 para a realização da referida pesquisa:

> **Critérios**
>
> Art. 4º Na pesquisa de preços, sempre que possível, deverão ser observadas as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de entrega, instalação e montagem do bem ou execução do serviço, formas de pagamento, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso.
>
> **Parâmetros**
>
> Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:
>
> I - Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/paineldeprecos, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;
>
> II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;
>
> III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou
>
> IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

§1° Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II.

§ 2° Quando a pesquisa de preços for realizada com os fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

a) descrição do objeto, valor unitário e total;

b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

c) endereço e telefone de contato; e

d) data de emissão.

III - registro, nos autos da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput.

Metodologia

Art. 6° Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5°, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

§ 1° Poderão ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.

§ 2° Para desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.

§ 3° Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

§ 4° Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos pelo gestor responsável e aprovado pela autoridade competente.

Assim, cabe seguir tais disposições da IN 73/2020 quando adotado o procedimento de pesquisa de preços na composição de algum dos custos unitários das obras ou serviços de engenharia. Não basta simplesmente anexar propostas de preço ao processo - é necessário um ritual mais amplo de formalização, análise e conferência dos valores coletados, tudo isso devidamente documentado no processo.

Por óbvio, o orçamentista também deverá declarar expressamente quais custos do orçamento de referência foram extraídos da pesquisa de preços.

JUSTIFICATIVA: No orçamento referência para a contratação, não foram utilizados itens do orçamento não contemplados no SINAPI ou outros bancos oficiais de preços, disponíveis ao público, conforme preconizado pelo TCU.

FL 63
GCALC CMA

7. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA

Segundo o art. 7º da Lei nº 12.546/2011, até 31 de dezembro de 2021, as empresas do setor de construção civil poderão optar por recolher a chamada Contribuição Previdenciária sobre a Renda Bruta (CPRB), à alíquota de 4,5% (quatro e meio por cento), ao invés das contribuições destinadas à Seguridade Social incidentes sobre as remunerações pagas a seus empregados - é a chamada "desoneração da folha de pagamento".

Atualmente, tal regime de desoneração tributária é facultativo para as empresas de construção civil – e é por isso que o SINAPI e demais tabelas de referência de preços divulgam duas versões concomitantes: encargos sociais "desonerados" e "não desonerados".

Porém, conforme divulgado no Informativo de Licitações e Contratos nº 257 do TCU, a Corte entendeu que o tratamento tributário diferenciado previsto na Lei nº 12.546/2011 não ampara a adoção de dois orçamentos estimativos como critério de aceitabilidade de preços máximos na licitação, a depender de a licitante recolher a contribuição previdenciária sobre o valor da receita bruta ou sobre o valor da folha de pagamento (Acórdão nº 6.013/2015 - 2ª Câmara).

A impropriedade detectada foi no seguinte sentido: "ausência de amparo legal para a adoção de dois orçamentos diferentes, a serem utilizados como critério de aceitabilidade de preços máximos, a depender de a licitante recolher a contribuição previdenciária incidente sobre o valor da receita bruta ou recolher as contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de pagamento, considerando-se, ainda, que o ordenamento legal pátrio prevê o tratamento diferenciado, sem que haja afronta à isonomia, nos termos da Lei 12.546/2011".

Portanto, ao elaborar o orçamento de referência de cada licitação, cabe ao setor técnico justificar a opção por uma ou outra tabela do SINAPI, conforme o cenário que se revelar mais vantajoso para a Administração - segundo as premissas do PARECER nº 44/2019/DECOR/CGU/AGU:

> b) Na fase preparatória da licitação, ao fazer uma estimativa do valor do futuro contrato, a Administração deverá confeccionar um único orçamento de referência, no qual considerará o regime tributário que lhe for mais vantajoso, embora os licitantes possam elaborar suas planilhas de custos e formação de preços com observância do regime tributário a que se sujeitam.
>
> c) Caso o licitante adote em sua proposta os critérios constantes do orçamento de referência (se estes não lhe foram aplicáveis), não pode, em hipótese de adjudicação e ulterior contratação, pleitear reequilíbrio econômico do contrato com base nesta discrepância.
>
> d) Durante a análise das propostas, a comissão de licitação ou o pregoeiro deverão analisar a adequação do planilhamento feito pelo licitante com eventual opção ou não pela desoneração previdenciária, tendo em vista que tal diligência é essencial para a verificação da exequibilidade da planilha de formação de preços, bem como para afastar eventuais riscos de inexecução contratual.

Cabe ao setor técnico simular os preços globais da obra ou serviço com base nos dois cenários – custos "desonerados" (acrescido o percentual da CPRB no BDI) *versus* custos "não desonerados" (excluído o percentual da CPRB no BDI) – para definir qual a opção mais vantajosa para a Administração, a qual será adotada como orçamento de referência da licitação.

JUSTIFICATIVA: Na presente licitação, serão adotados os custos de referência DESONERADOS, por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração, conforme simulação juntada aos autos.

8. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI

De forma pragmática o Decreto nº 7.983/2013 discrimina os itens mínimos componentes do BDI, como segue:

> Art. 9º O preço global de referência será o resultante do custo global de referência acrescido do valor correspondente ao BDI, que deverá evidenciar em sua composição, no mínimo:
>
> I - taxa de rateio da administração central;
>
> II - percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço, excluídos aqueles de natureza direta e personalística que oneram o contratado;
>
> III - taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento; e
>
> IV - taxa de lucro.

A mesma relação é extraída do Acórdão TCU n. 2.622/2013, onde as parcelas componentes do BDI são as seguintes: taxa de rateio da administração central, riscos, seguros, garantias, despesas financeiras, remuneração da empresa contratada e tributos incidentes sobre o faturamento.

Conforme se depreende do referido acórdão, não poderão integrar o cálculo do BDI os tributos que não incidam diretamente sobre a prestação em si, como o IRPJ, CSLL e ICMS, independente do critério da fixação da base de cálculo, como ocorre com as empresas que calculam o imposto de renda com base no lucro presumido. De outro lado, PIS, COFINS e ISSQN – na medida em que incidem sobre o faturamento – são passíveis de serem incluídas no cálculo do BDI, nos termos da Súmula TCU n. 254/2010.

Atente-se, ainda, que a taxa de rateio da administração central não poderá ser fixada por meio de remuneração mensal fixa, mas através de pagamentos proporcionais à execução financeira da obra de modo que a entrega do objeto coincida com 100% (cem por cento) do seu valor previsto (TCU, Ac 2622/2013-Plenário, Item 122 do voto e Item 9.3.2.2 do acórdão - No mesmo sentido: TCU, Ac 3013/2010-Plenário, voto do relator).

"O IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica - e a CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - não se consubstanciam em despesa indireta passível de inclusão na taxa de Bonificações e Despesas Indiretas - BDI do orçamento-base da licitação, haja vista a natureza direta e personalística desses tributos, que oneram pessoalmente o contratado" - Súmula/TCU nº 254/2010.

O Tribunal de Contas da União, a partir do Acórdão n. 2.622/2013, passou a adotar novos referenciais de percentual de BDI, em substituição aos índices mencionados no Acórdão n. 2.369/2011. Passou-se, também, a utilizar a terminologia "quartil", ao invés de padrões mínimos e máximos, como constava nas tabelas substituídas do acórdão anterior. Tal mudança confirma o entendimento de que os percentuais indicados não constituem limites intransponíveis, mas referenciais de controle. Consequentemente, quanto maior a distância do percentual de BDI utilizado no Projeto Básico em relação à média indicada no acórdão, mais robusta deverá ser a justificativa para a adoção do índice escolhido. Do referido aresto, colhe-se o seguinte excerto:

> "143. Importante destacar, contudo, que não cumpre ao TCU estipular percentuais fixos para cada item que compõe a taxa de BDI, ignorando as peculiaridades da estrutura gerencial de cada empresa que contrata com a Administração Pública. O papel da Corte de Contas é impedir que sejam pagos valores abusivos ou injustificadamente elevados e por isso é importante obter valores de referência, mas pela própria logística das empresas é natural que ocorram certas flutuações de valores nas previsões das despesas indiretas e da margem de lucro a ser obtida"

Por fim, cabe lembrar que os parâmetros de percentuais de BDI do Acórdão n. 2.622/2013 não contemplam a incidência da Contribuição Previdenciária sobre a Renda Bruta (CPRB) instituída pela Lei nº 12.546/2011.

Portanto, caso o orçamentista opte por adotar os custos de referência DESONERADOS, deverá acrescer o percentual de 4,5% (quatro e meio por cento) da CPRB ao BDI da obra ou serviço – ainda que extrapole os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013.

Porém, caso sejam adotados os custos de referência NÃO DESONERADOS, não deve constar o percentual da CPRB no BDI da obra ou serviço.

JUSTIFICATIVA: Na presente licitação, o detalhamento do BDI observa as diretrizes do art. 9º do Decreto nº 7.983, de 2013 e observa os parâmetros do Acórdão nº 2.622/2013 - Plenário do TCU. Foram adotados os seguintes parâmetros de percentuais para cada item do BDI contemplado no Acórdão nº 2.622/2013 - Plenário do TCU, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas:

Administração central: ( ) 1º quartil ou (X) médio ou ( ) 3º quartil.

Seguro e garantia: ( ) 1º quartil ou (X) médio ou ( ) 3º quartil.

Risco: ( ) 1º quartil ou (X) médio ou ( ) 3º quartil.

Despesa financeira: ( ) 1º quartil ou (X) médio ou ( ) 3º quartil:.

Lucro: ( ) 1º quartil ou (X) médio ou ( ) 3º quartil.

9. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Quando o fornecimento de materiais e equipamentos para a obra ou serviço de engenharia representar parcela significativa do empreendimento e puder ser realizado separadamente do contrato principal sem comprometimento da eficiência do contrato ou da realização do seu objeto, a Administração deverá realizar licitações diferentes para a empreitada e para o fornecimento.

Caso, porém, seja comprovada a inviabilidade técnico-econômica de parcelamento do objeto da licitação, os itens de fornecimento de materiais e equipamentos de natureza específica que possam ser fornecidos por empresas com especialidades próprias e diversas e que representem percentual significativo do preço global da obra devem apresentar incidência de taxa de BDI reduzida em relação à taxa aplicável aos demais itens (art. 9º, § 1º, do Decreto nº 7.983/2013).

A mera aquisição de tais bens por parte da empresa (para empregá-los na obra ou serviço) decerto não envolve os mesmos custos que a execução do objeto de engenharia em si. Nesse caso, a utilização de um único percentual de BDI, embora facilite o julgamento, representaria uma quebra ao princípio de que a proposta deve refletir de forma fidedigna os custos efetivamente suportados pelo licitante, além de trazer evidente desvantagem para a Administração.

Novamente, a elaboração de Curva ABC poderá revelar o impacto dos preços dos materiais e equipamentos no orçamento final da obra – e embasar a decisão pela incidência do BDI reduzido.

Quando verificar tal situação, o órgão deve adaptar o modelo de composição de BDI, de forma a prever duas composições distintas: uma incidente sobre as parcelas relativas a materiais e equipamentos, outra incidente sobre as demais parcelas do serviço.

Segundo o estudo do Acórdão nº 2.622/2013 - Plenário do TCU, o BDI para itens de mero fornecimento de materiais e equipamentos deve corresponder aos percentuais de 11,10% (1º quartil) – 14,02% (médio) – 16,80% (3º quartil).

De todo modo, conforme art. 9°, § 2°, do Decreto n° 7.983/2013, no caso do fornecimento de equipamentos, sistemas e materiais em que o contratado não atue como intermediário entre o fabricante e a administração pública ou que tenham projetos, fabricações e logísticas não padronizados e não enquadrados como itens de fabricação regular e contínua, nos mercados nacional ou internacional, o BDI poderá ser calculado e justificado com base na complexidade da aquisição, excetuando-se a regra anteriormente prevista.

JUSTIFICATIVA: Na presente licitação NÃO se aplica a adoção do BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos.

10. ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

De acordo com a Súmula TCU n° 260/2010, "é dever do gestor exigir apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART referente a projeto, execução, supervisão e fiscalização de obras e serviços de engenharia, com indicação do responsável pela elaboração de plantas, orçamento-base, especificações técnicas, composições de custos unitários, cronograma físico-financeiro e outras peças técnicas".

De acordo com o art. 10 do Decreto n° 7.983, de 2013, a anotação de responsabilidade técnica pelas planilhas orçamentárias deverá constar do projeto que integrar o edital de licitação, inclusive de suas eventuais alterações.

Segundo a Resolução/CONFEA n° 1.025 de 30 de outubro de 2009:

> Art. 2° A ART é o instrumento que define, para os efeitos legais, os responsáveis técnicos pela execução de obras ou prestação de serviços relativos às profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea.
>
> Art. 3° Todo contrato escrito ou verbal para execução de obras ou prestação de serviços relativos às profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea fica sujeito ao registro da ART no Crea em cuja circunscrição for exercida a respectiva atividade.
>
> Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo também se aplica ao vínculo de profissional, tanto a pessoa jurídica de direito público quanto de direito privado, para o desempenho de cargo ou função técnica que envolva atividades para as quais sejam necessários habilitação legal e conhecimentos técnicos nas profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea.

JUSTIFICATIVA: No presente feito, as ARTs relativas aos documentos técnicos da licitação foram juntadas aos autos.

11. EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.1. CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL

Conforme a Súmula TCU n° 263/2011, a comprovação da capacidade técnico-operacional deve limitar-se às parcelas simultaneamente de maior relevância e valor significativo do objeto licitado – as quais devem ser indicadas no edital, conforme § 2° do art. 30 da Lei n° 8.666/93.

Como mencionado, um instrumento fundamental para definir quais seriam tais parcelas em cada licitação é a Curva ABC, tanto para os serviços quanto para os insumos necessários à execução do objeto. Tal documento agrupa e ordena os itens do orçamento de acordo com seu peso no valor total estimado para a contratação – e permite visualizar os itens de maior relevância econômica.

No mais, o critério de relevância econômica deve ser aliado à relevância técnica – ou seja, aquelas parcelas cuja execução apresente determinado grau de complexidade que nem toda empresa possa

cumprir de forma satisfatória, demandando assim a comprovação prévia para evitar riscos futuros à contratação.

O TCU, a propósito, já considerou irregular a exigência de qualificação técnica "em item sem grande complexidade técnica" (Acórdão nº 33/2013 – Plenário), bem como "relativa à execução de serviço de pequena complexidade técnica" (Acórdão nº 1.898/2011 – Plenário).

Tanto que, no Acórdão nº 2.474/2019 – Plenário, deixou claro: "A exigência de comprovação de experiência anterior, para fins de qualificação técnico-operacional, na prestação de serviços que não são, simultaneamente, de maior relevância técnica e valor significativo do objeto viola o art. 30, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993, o art. 14 da Lei 12.462/2011 (RDC) e a Súmula TCU 263."

No que se refere à fixação de quantidades mínimas, o TCU manifesta-se pela necessidade de razoabilidade na exigência, em patamar que não restrinja a competição: "Embora seja possível a fixação de quantidades mínimas, relativas às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, essa exigência deve ser razoável, num patamar que possa garantir que a empresa contratada tenha condições técnicas para executar o objeto licitado, mas que não restrinja a competitividade. A comparação efetuada pela unidade técnica demonstra claramente que as quantidades mínimas previstas na concorrência ora examinada são excessivas, limitando desnecessariamente o universo de possíveis interessados em participar do certame licitatório." (Voto no Acórdão 1771/2007 – Plenário).

Em outros acórdãos, o TCU menciona o patamar de 50% do quantitativo correspondente do objeto licitado como limite máximo da exigência, salvo justificativa técnica, lastreada em dados objetivos (Acórdãos nº 2.099/2009, 2.147/2009, 813/2010, 1.432/2010, 3.105/2010, 1.832/2011, 2.672/2011, 737/2012, 1.052/2012, 1.552/2012, 2.281/2012 e 397/2013, todos do Plenário).

JUSTIFICATIVA: Os atestados de capacidade técnica foram incluídos no processo de dispensa de licitação, comprovando capacidade da empresa em executar o serviço contratado;

11.2. POSSIBILIDADE DE SOMATÓRIO DOS ATESTADOS

Segundo defende a jurisprudência do TCU, cabe aceitar o somatório de atestados para atingimento dos quantitativos mínimos dos serviços demandados na capacitação técnico-operacional do licitante (Acórdãos nº 170/2007, 1.631/2007, 727/2009, 1.382/2009, 1.823/2009, 2.783/2009, 3.260/2011, 342/2012, 1.028/2012, 1.231/2012, 1.380/2012, 1.552/2012, 2.869/2012 e 1.391/2014 – Plenário).

Consequentemente, sem que haja devida justificativa técnica, é inviável a fixação de quantidade mínima ou máxima de atestados, de serviços por atestados ou que vedem o somatório de atestados, bem como as limitações de tempo, época, locais específicos ou quaisquer outras não previstas em lei, que inibam a participação da licitação (Acórdãos 1.090/2001, 1.636/2007, 170/2007, 2.640/2007, 1.163/2008, 2.150/2008, 2.783/2009, 3.119/2010 e 3.170/2011, 1079/2013-Plenário (itens 9.5.1 a 9.5.3) (todos do Plenário).

Porém, em determinadas situações de maior complexidade técnica, devidamente justificadas, a jurisprudência do TCU admite vedar o somatório de atestados - quando "o aumento de quantitativos do serviço acarretar, incontestavelmente, o aumento da complexidade técnica do objeto ou uma desproporção entre as quantidades e prazos para a sua execução, capazes de ensejar maior capacidade operativa e gerencial da licitante e de potencial comprometimento acerca da qualidade ou da finalidade almejada na contratação da obra ou serviço" (Acórdão nº 2.150/2008 – Plenário).

Tome-se como exemplo a construção de uma ponte. A expertise técnica necessária para construir uma ponte de 10 km não é a mesma de uma ponte de 100 metros. De nada adianta a empresa provar que já construiu 100 pontes de 100 metros cada: ainda que, no total, representem a mesma

FL 66
GCALC

extensão, não significa que possui a competência necessária para construir uma única ponte de 10 km.

Daí a finalidade da vedação ao somatório de atestados: a empresa deverá provar já ter executado os serviços de maior dimensão numa única contratação, e não por meio de diversas contratações separadas.

Já decidiu o TCU: "Nesse contexto, entendeu a medida razoável pois, em vista da complexidade e do ineditismo dos estudos a serem exigidos do vencedor da licitação, a soma da execução de vários pequenos serviços, de baixa complexidade e valores, não comprovaria que o licitante possui a experiência necessária para bem cumprir o objeto da licitação." (Acórdão nº 2.032/2020 – Plenário)

Porém, na situação contrária, "se o aumento de quantitativos do serviço não incrementa, incontestavelmente, a complexidade técnica da tarefa, não há motivos para estabelecer limite para o número de atestados" (Acórdão nº 2.760/2012 - Plenário).

JUSTIFICATIVA: Não se aplica por se tratar de dispensa de licitação.

11.3. CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL

A experiência do profissional de engenharia é comprovada por meio da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, que demonstre ter executado previamente determinado serviço. Para o profissional de arquitetura, o documento correspondente é o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, e para o técnico industrial, o Termo de Responsabilidade Técnica - TRT.

As ARTs, RRTs e TRSs emitidas em nome de cada profissional são compiladas na respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA, CAU ou CRT, conforme o caso.

Na licitação pública, a ART, o RRT e o TRT exigidos para comprovar a experiência dos profissionais limitar-se-ão às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos (artigo 30, §1º, inc. I, Lei 8.666, 1993).

Assim, conforme o objeto licitatório, a exigência deve referir-se à área ou áreas de engenharia/arquitetura/técnica industrial de maior relevo. Por exemplo, em alguns casos, poderia bastar o ART/RRT em relação ao engenheiro civil/arquiteto, em outras pode ser necessário em relação a este e o engenheiro mecânico, ou elétrico, geólogo, urbanista. É essencial que a equipe técnica participe da elaboração da qualificação técnica do TR/PB e que a minuta do edital reitere as previsões.

Novamente, a Curva ABC é instrumento fundamental para definir quais seriam tais parcelas em cada licitação.

A Lei de Licitações dispõe o seguinte em seu art. 30, §1º, I:

> I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

Tendo em vista a vedação legal expressa, a exigência de quantitativos mínimos para a qualificação profissional é algo excepcionalíssimo e deve estar calcada em justificativa tal que demonstre que,

FL 67
GCALC

naquele caso específico, a parte final do art. 30, §1°, I da Lei 8.666/93 não se aplica porque a própria quantidade faz parte da especificação técnica, no sentido de que a técnica utilizada para a quantidade de até "x" metros quadrados, por exemplo, é uma, e a técnica utilizada para a quantidade superior a "x" metros quadrados é outra, o mesmo valendo para os outros critérios, como de potência, número de hidrantes ou quilogramas.

Somente em hipóteses assim o órgão poderia fixar quantitativo mínimo para a qualificação técnica profissional, e justamente no mínimo a partir do qual a técnica a ser utilizada é outra. Ou seja, a quantidade, aqui, seria um elemento da especificação técnica.

Mas mesmo nesta hipótese o risco de dificuldades advindas de tal exigência seriam consideráveis, e a justificativa deveria estar muito bem estruturada em elementos técnicos, inclusive com referências a documentos nesse sentido, para deixar claro que não se trata de mera exigência quantitativa, mas sim de exigência técnica pura e simplesmente.

De todo modo, a jurisprudência do TCU admite em situações excepcionais a exigência de quantitativos mínimos também a comprovação da capacidade técnico-profissional, desde que devidamente justificada e demonstrado ser indispensável para garantir o cumprimento da obrigação a ser assumida pela vencedora do certame (por exemplo, Acórdãos n° 3.070/2013, 534/2016 e 2.032/2020 – Plenário).

JUSTIFICATIVA: Os atestados de capacidade técnica foram incluídos no processo de dispensa de licitação, comprovando capacidade da empresa em executar o serviço contratado.

11.4. EXIGÊNCIA DE INSTALAÇÕES, APARELHAMENTO E PESSOAL TÉCNICO

Segundo o art. 30, inciso II, da Lei n° 8.666, de 1993, dentre os requisitos de qualificação técnica, pode-se exigir que o licitante indique as instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

Tem sido praxe exigir nos editais uma declaração formal de que a licitante disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual, mas sem relacionar quais seriam essas instalações, aparelhamento ou pessoal.

Isso acaba revestindo a exigência de algo absolutamente formal, sem acréscimo algum à garantia do cumprimento das obrigações. Pelo contrário, representa um risco de trazer problemas para a licitação, porque pode inclusive passar desapercebida pela licitante - e eventualmente a melhor proposta vir a ser desclassificada por conta dessa formalidade.

De qualquer forma, em havendo itens específicos reputados necessários para a execução da obra ou serviço, como determinadas máquinas, equipamentos ou pessoal técnico, o órgão poderá inserir a referida exigência, cuidando para não estabelecer exigências de propriedade ou localização prévia, que são vedadas pelo que art. 30, § 6°, da Lei n° 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: Na presente licitação, NÃO SERÁ exigida a indicação de instalações, aparelhamento ou pessoal técnico com determinada qualificação.

11.5. EXIGÊNCIA DE VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

De acordo com o art. 30, III, da Lei 8.666, de 1993, o licitante deve apresentar na habilitação "comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação". Lembramos que tal documento só deve ser exigido para a habilitação do licitante caso a vistoria seja definida pelo órgão, no Projeto Básico, como

obrigatória, assim como deverá ser apresentada justificativa, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

Ressalte-se que a exigência de vistoria obrigatória representa um ônus desnecessário para os licitantes, configurando restrição à competitividade do certame. Para evitar tal quadro, o TCU recomenda que se exija não a visita, mas sim a declaração do licitante de que está ciente das condições de execução dos serviços, nos termos do art. 30, III, da Lei nº 8.666/93 (por exemplo, Acórdãos nº 2.150/2008, nº 1.599/2010, nº 2.266/2011, nº 2.776/2011 e nº 110/2012, todos do Plenário).

Esse quadro tornou-se mais crítico com o Acórdão 170/2018 – Plenário (Informativo 339), que chega a considerar a vistoria como um Direito do Licitante, e não uma obrigação imposta pela Administração.

Por isso, a redação padrão do edital da AGU permite ao licitante emitir a declaração, mesmo quando o órgão exija a vistoria.

Caso o órgão efetivamente pretenda exigir a vistoria, sem permitir essa alternativa aos licitantes, deve apresentar a justificativa técnica robusta para tal exigência.

De qualquer forma, reitera-se que a exigência de vistoria deve ser excepcional, porque restringe a participação no certame, razão pela qual a divulgação de 'fotografias, plantas, desenhos técnicos e congêneres' torna-se ainda mais importante, para a correta dimensão do custo da execução e, consequentemente, para a maior isonomia entre os licitantes.

JUSTIFICATIVA: Foi franqueado à empresa interessada vistoria no local por meio da Fiscalização Administrativa do 1º B Com GE Sl, tendo aquela realizado visita no dia 18 de abril de 2022.

12. POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO

Dispõe a Lei nº 8.666/93, em seu art. 72, que a Contratada, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes do serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração. A subcontratação, desde que prevista no instrumento convocatório, possibilita que terceiro, que não participou do certame licitatório, realize parte do objeto.

Vejamos também a doutrina de Marçal Justen Filho:

> "A hipótese torna-se cabível, por exemplo, quando o objeto licitado comporta uma execução complexa, em que algumas fases, etapas ou aspectos apresentam grande simplicidade e possam ser desempenhados por terceiros sem que isso acarrete prejuízo. A evolução dos princípios organizacionais produziu o fenômeno denominado de "terceirização", que deriva dos princípios da especialização e da concentração de atividades. Em vez de desempenhar integralmente todos os ângulos de uma atividade, as empresas tornam-se especialistas em certos setores.
>
> A escolha da Administração deve ser orientada pelos princípios que regem a atividade privada. Se, na iniciativa privada, prevalece a subcontratação na execução de certas prestações, o ato convocatório deverá albergar permissão para que idênticos procedimentos sejam adotados na execução do contrato administrativo. Assim se impõe porque, estabelecendo regras diversas das práticas entre os particulares, a Administração reduziria a competitividade do certame. É óbvio que se pressupõe, em todas as hipóteses, que a Administração comprove se as práticas usuais adotadas pela iniciativa privada são adequadas para satisfazer os interesses fundamentais." (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11ª ed., São Paulo: Dialética, 2005, p. 566)

À Administração contratante cabe, exercitando a previsão do edital, autorizar a subcontratação. Esta, mais do que possível, é desejável, na medida em que o Projeto Básico demonstrou-lhe a necessidade, de acordo com a complexidade do objeto, cuja execução carece de especialização encontrável na subcontratada. Por isto que a Administração autorizará e dimensionará a subcontratação mediante ato motivado, a comprovar que atende às recomendações do Projeto Básico e convém à consecução das finalidades do contrato. Caso admitida, cabe ao Projeto Básico estabelecer com detalhamento seus limites e condições.

No entanto, quando a licitação demanda rigorosa comprovação da qualificação técnica da empresa, torna-se um contrassenso admitir a ampla possibilidade de subcontratação, inclusive dos serviços que integram o núcleo do objeto contratado. De fato, tais exigências só se justificam frente à necessidade de assegurar a capacitação e aptidão técnica da empresa para executar satisfatoriamente os serviços licitados, dada sua presumível complexidade ou especialidade. É incoerente autorizar que, após severo processo de seleção, outra empresa os execute – conforme a jurisprudência do TCU (Acórdãos nº 3.144/2011 e 2.760/2012 do Plenário).

De todo modo, tratando-se de questão técnica, cabe ao setor técnico analisá-la sob tal ponto de vista - configuração do mercado fornecedor e práticas adotadas pelos fornecedores do ramo - e apresentar a justificativa pertinente a cada caso concreto, seja para admitir ou negar a subcontratação.

Caso o órgão/entidade eventualmente decida admitir a subcontratação no presente feito, a jurisprudência do TCU orienta que sejam definidas as parcelas passíveis de subcontratação (por exemplo, Acórdãos nº 1.041/2012 – 2ª Câmara e nº 1.626/2010 – Plenário) – mantendo-se, porém, as diretrizes anteriores, especialmente: a) que não abranjam as parcelas principais da contratação; b) que não abranjam as parcelas requeridas na comprovação de qualificação técnica do licitante.

JUSTIFICATIVA: Não será admitida a subcontratação do objeto por se tratar de contratação direta de empresa com a especialidade necessária para a execução dos serviços.

13. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E DE ACESSIBILIDADE

A contratação de obras e serviços de engenharia deverá observar a inclusão de critérios e práticas de sustentabilidade socioambiental e de acessibilidade (artigo 3º, caput, da Lei nº 8.666/93).

A inserção da sustentabilidade em obras e serviços de engenharia pode ocorrer em:

(a) **aspectos técnicos** constantes do projeto básico/termo de referência ou do projeto executivo. Nos aspectos técnicos, há orientações no Manual Projeto de Edifícios Públicos Sustentáveis: uma abordagem cultural, econômica, ambiental e arquitetônica, publicação do Senado Federal/Rede Legislativo Sustentável (2ª, edição, Senado Federal, 2019), disponível neste link: https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/562746 e

(b) **observância da legislação e normas brasileiras**. Neste aspecto, consulte o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, disponível neste link: https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/consultoria-geral-da-uniao-1/modelos-de-convenios-licitacoes-e-contratos/modelos-de-licitacoes-e-contratos/licitacoes-sustentaveis

No âmbito da AGU, o PARECER n. 00001/2021/CNS/CGU/AGU, aprovado pelo DESPACHO n. 00525/2021/GAB/CGU/AGU, trouxe a seguinte orientação:

EMENTA:

> I. Os órgãos e entidades que compõem a administração pública são obrigados a adotar critérios e práticas de sustentabilidade socioambiental e de acessibilidade nas contratações públicas, nas fases de planejamento, seleção de fornecedor, execução contratual, fiscalização e na gestão dos resíduos sólidos;
>
> II. A impossibilidade de adoção de tais critérios e práticas de sustentabilidade nas contratações públicas deverá ser justificada pelo gestor competente nos autos do processo administrativo, com a indicação das pertinentes razões de fato e/ou direito;
>
> III. Recomenda-se aos agentes da administração pública federal encarregados de realizar contratações públicas, que, no exercício de suas atribuições funcionais, consultem o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União

JUSTIFICATIVA: No presente feito, o Termo de Referência incluiu critérios/práticas de sustentabilidade socioambiental, de acessibilidade.

14. EXIGÊNCIA DE GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

Conforme o parâmetro aventado pelo TCU, a garantia deve ser exigida nas contratações de maior valor, envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis (Acórdão nº 3.126/2012 – Plenário).

Vejamos o alerta de Marçal Justen Filho:

> "A Lei remete à discricionariedade da Administração a exigência da garantia. Poderá (deverá) ser exigida apenas nas hipóteses em que se faça necessária. Quando inexistirem riscos de lesão ao interesse estatal, a Administração não precisará impor a prestação de garantia. " (*Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos,* 11ª ed., São Paulo: Dialética, 2005, p. 499)

Assim, a exigência deve ser avaliada em cada caso concreto, com base no grau de risco de prejuízo ao interesse público, frente à particularidade do objeto licitado.

De todo modo, a palavra final sempre cabe à autoridade administrativa – cabendo-lhe justificar sua decisão por exigir ou dispensar a garantia em cada certame, para a adequada instrução processual.

Nos termos do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, a garantia não excederá a 5% (cinco por cento) do valor do contrato (§ 2º), podendo ser elevada para até 10% (dez por cento) do valor do contrato para obras, serviços e fornecimentos de grande vulto envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis, demonstrados através de parecer tecnicamente aprovado pela autoridade competente (§ 3º).

JUSTIFICATIVA: Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pois o serviço é de simples execução e etapa única, não constituindo complexidade suficiente que implique riscos à não conclusão do objeto.

15. NATUREZA DA ATIVIDADE SE CONSTITUI OU NÃO ATIVIDADE DE CUSTEIO (DECRETO Nº 10.193/2019)

No âmbito do Poder Executivo Federal, o Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019 passou a estabelecer limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens, aplicáveis aos Órgãos, entidades e fundos do Poder Executivo Federal integrantes do Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, na forma do artigo 3º.

FL 719
GCALC CMA

> "Art. 3º A celebração de novos contratos administrativos e a prorrogação de contratos administrativos em vigor relativos a atividades de custeio serão autorizadas em ato do Ministro de Estado ou do titular de órgão diretamente subordinado ao Presidente da República.
> § 1º Para os contratos de qualquer valor, a competência de que trata o caput poderá ser delegada às seguintes autoridades, permitida a subdelegação na forma do § 2º:
> I - titulares de cargos de natureza especial;
> II - dirigentes máximos das unidades diretamente subordinadas aos Ministros de Estado; e
> III - dirigentes máximos das entidades vinculadas.
> § 2º Para os contratos com valor inferior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), a competência de que trata o caput poderá ser delegada ou subdelegada aos subsecretários de planejamento, orçamento e administração ou à autoridade equivalente, permitida a subdelegação nos termos do disposto no § 3º.
> § 3º Para os contratos com valor igual ou inferior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a competência de que trata o caput poderá ser delegada ou subdelegada aos coordenadores ou aos chefes das unidades administrativas dos órgãos ou das entidades, vedada a subdelegação."

Sob a égide do revogado Decreto nº 7.689, 2012, que regulava o tema, foi baixada a Portaria nº 249, de 13 de junho de 2012, do então Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão, que estabeleceu normas complementares para o seu cumprimento, prevendo em seu artigo 3º que as atividades de custeio decorrem de contratações diretamente relacionadas às atividades comuns a todos os Órgãos e entidades que apoiam o desempenho de suas atividades institucionais, tais como:

> I - fornecimento de combustíveis, energia elétrica, água, esgoto e serviços de telecomunicação;
> II - as atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações, conforme disposto no Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997;
> III - realizações de congressos e eventos, serviços de publicidade, serviços gráficos e editoriais;
> IV - aquisição, locação e reformas de imóveis; e
> V - aquisição, manutenção e locação de veículos, máquinas e equipamentos.
> Parágrafo único. O enquadramento do objeto da contratação como atividade de custeio deve considerar a natureza das atividades Contratadas, conforme disposto neste artigo, e não a classificação orçamentária da despesa.

Até que o ato normativo (Portaria nº 249/2012-MPOG) seja revisto ou revogado, conforme determinação contida no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, o órgão/entidade deve certificar-se sobre a natureza da atividade a ser contratada – se constitui ou não atividade de custeio - tendo como parâmetro a citada Portaria, adotando as providências necessárias, se for o caso, o que poderá ser feito em qualquer fase do processo de contratação até antes da assinatura do contrato ou do termo aditivo de prorrogação, podendo ser concedida por despacho no próprio processo, por memorando ou ofício, por meio eletrônico com assinatura digital ou outro meio idôneo que registre a autorização expressa da autoridade competente, consoante § 1º do artigo 4º da Portaria nº 249, de 2012.

DECLARAÇÃO: No presente feito, com base nos critérios da Portaria nº 249/2012-MPOG, a natureza da atividade a ser contratada constitui-se em Atividade de Custeio;

Considerando o disposto no art. 3º do Decreto nº 10.193/2019 e o valor estimado da contratação, a autoridade assessorada detém competência para celebrar o contrato;

FL 79
GCALC

Manaus, 25 de abril de 2022.

ISAAC SILVA **CORRÊA** – 1° TEN QEM

Chefe da Subseção de Projetos – CRO/12

OPUS

Detalhes da Solicitação

FL 79
GCALC/DMA

Dados básicos

Código:	202212000104
Descrição:	Reparação / Cobertura / Pavilhão 1ª Cia / 1º B Com GE SI
Benfeitoria:	AM120029B0225 - Pavilhão 1ª Cia
Tipo:	Reparação / Q3
Item:	Cobertura
OM Solicitante:	004929 1º Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica de Selva
Usuário Solicitante:	3° Sargento MARCOS FILIPE
OM Beneficiada:	004929 1º Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica de Selva
Município:	Manaus - AM
Justificativa:	Após intenso temporal e vendaval na cidade de Manaus-AM a Cia Com SI, SU desta OM, sofreu danos patrimôniais, consideráveis. Estes estão pondo em risco a incolumidade do seu pessoal e dos materiais acondicionados nesta dependência. Já foram tomadas médidas de isolamento das áreas atingidas. Porém, o dano está corroborando para o agravo das infiltrações na Sala Rádio, local onde fica a maior parte do material CL VII da OM.
Origem:	FM18/20
Emergência:	Sim
Status Solicitação:	Solicitada
Causas Sinistro Formatado:	Vendaval,Temporal
Consequência Sinistro:	Caracterizar situação que possa ocasionar prejuízo de pessoas, obras,
Status Vistoria:	Não avaliada

	Natureza Despesa	Valor
Último valor por ND	3.3.90.39.00. - Outros Serviços de Terceiros -	244.860,00
	Valor Total	244.860,00 E

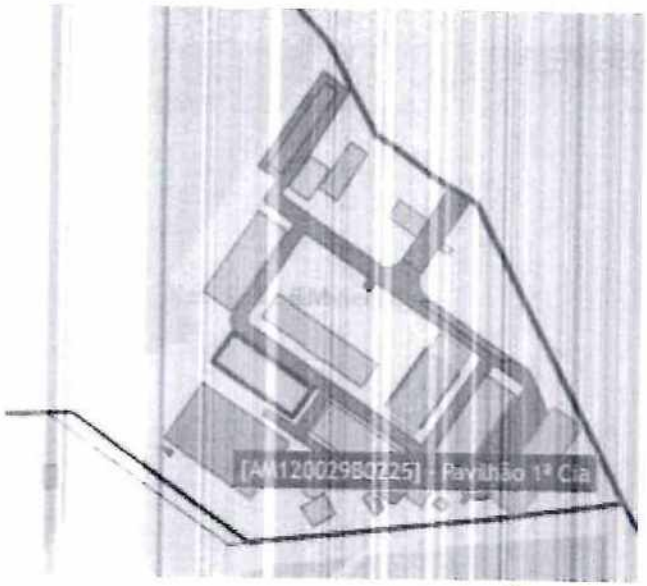
Acompanhamento financeiro

Histórico de atualização de valores			
Data	Usuário	Origem	Valor Total
18/04/2022 16:49	3º Sgt MARCOS FILIPE / 1º B Com GE SI	Estimado	244.860,00

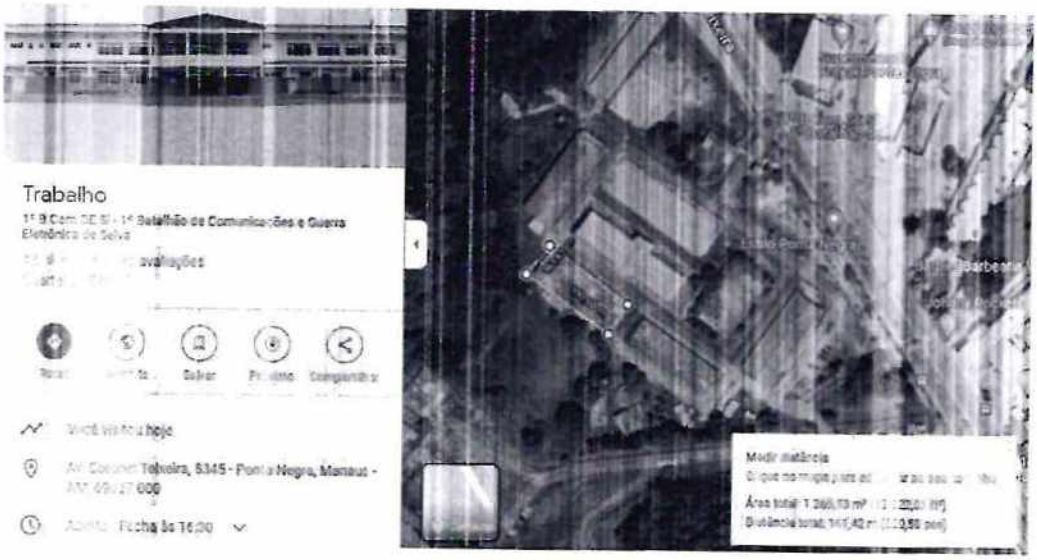
Imagens

Imagens no momento do pedido

FL 74
GOALCOM

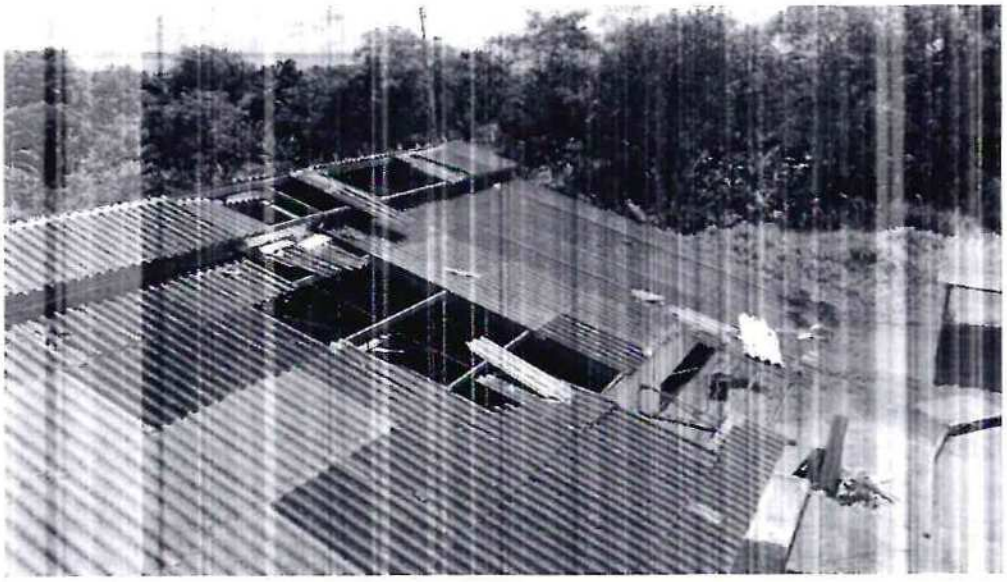


AM 120029B0225 - Cia Com Sl - 18/04/2022

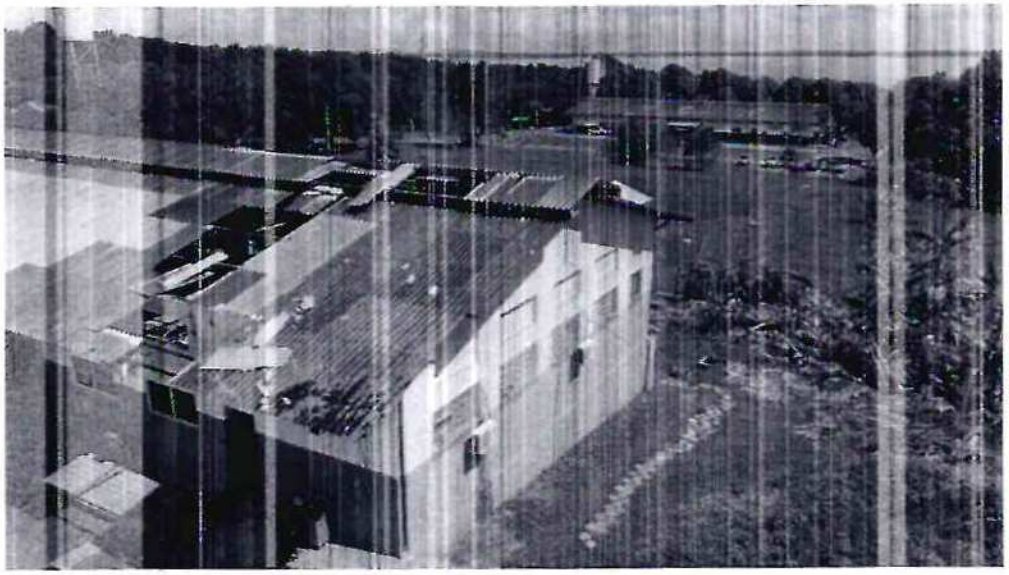


AM 120029B0225 - Cia Com Sl - Google Maps - 18/04/2022

FL 75
GCALC CMSE

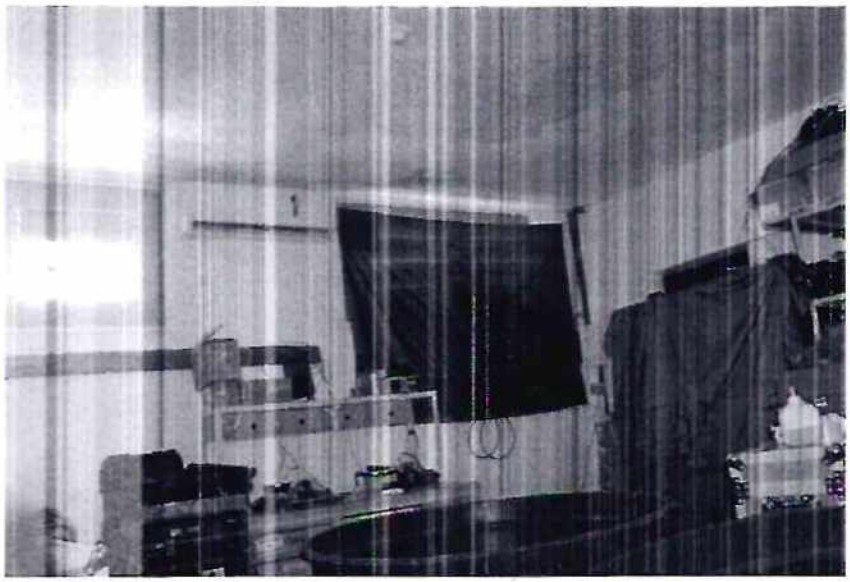


Telhado 2 da Cia Com SI - 18/04/2022

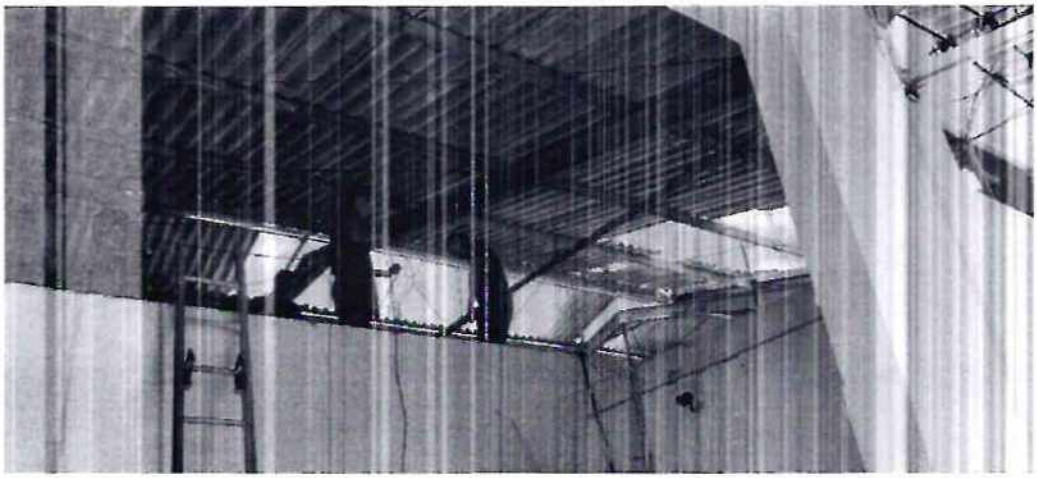


Telhado 3 da Cia Com SI - 18/04/2022

FL 76
GCALC CMA

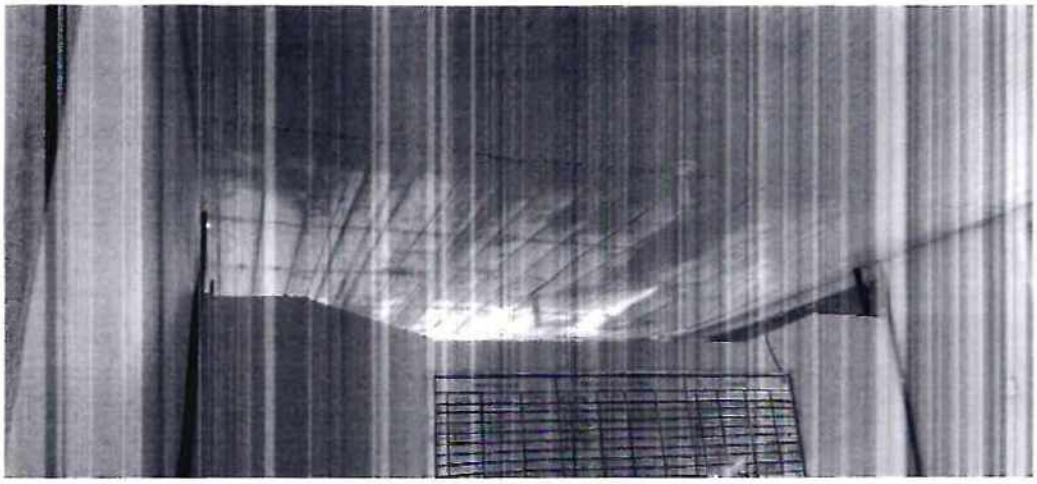


Sala Rádio da Cia Com Sl - 18/04/2022

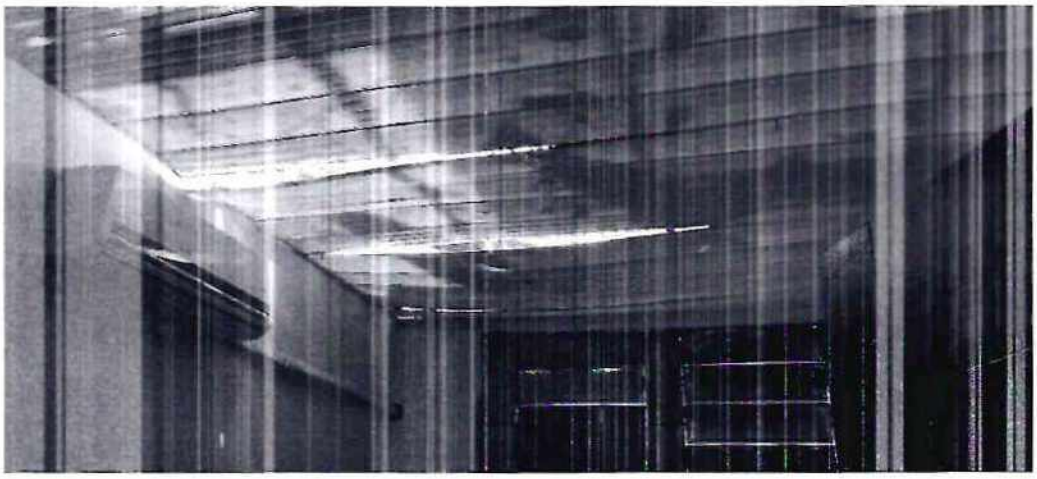


Telhado 1 da Cia Com Sl - 18/04/2022

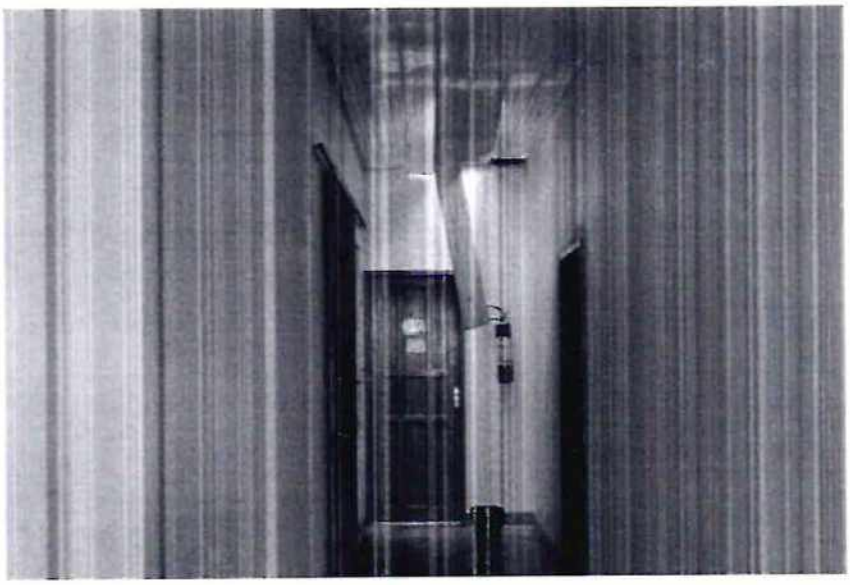
FL 77
GCALC CMA



Sagenteação da Cia Com Sl - 18/04/2022



Sala do Cmt da Cia Com Sl - 18/04/2022



FL. 78

corredor da Cia Com SI - 18/04/2022

Imagens de acompanhamento

COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª RM
CNPJ: 09.583.415/0001-00

Obra
SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE TELHADO

Bancos
SINAPI - 03/2022 - Amazonas
SBC - 04/2022 - Amazonas
SICRO3 - 10/2021 - Amazonas

B.D.I.
28,35%

Encargos Sociais
Desonerado: 84,39%

Orçamento Sintético

Item	Código Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
							310.748,41	**100,00 %**
1		**SERVIÇOS AUXILIARES E ADMINISTRATIVOS**						
1.2	210825 SBC	DESMOBILIZACAO C/ DESMONTAGEM DE TELHADO ANTIGO	m²	1113	34,75	44,60	49.639,80	15,97 %
1.2	93568 SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA SENIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	1	21.879,47	28.082,29	28.082,29	9,04 %
1.3	94210 SINAPI	TELHAMENTO COM TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO E = 6 MM, COM RECOBRIMENTO LATERAL DE 1 1/4 DE ONDA PARA TELHADO COM INCLINAÇÃO MÁXIMA DE 10°, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF 07/2019	m²	1160	85,89	110,23	127.866,80	41,15 %
1.4	95135 SINAPI	LOCACAO DE ANDAIME METALICO TUBULAR TIPO TORRE	M/MES	120	23,73	30,45	3.654,00	1,18 %
1.5	12842 ORSE	Manta aluminizada 1 face para subcobertura. e = "1" mm	m2	1160	14,12	18,12	21.019,20	6,76 %
1.6	030301 SBC	SOLDA FILETE EM PERFIL CHAPA DOBRADA DUPLA 4'"x2""x3/16""	UN	120	171,94	220,68	26.481,60	8,52 %
1.7	002950 SBC	FUNDO ANTICORROSIVO ZARCAO 200 ALARANJADO RENNER (3,6 LITROS) - L	L	12	169,90	218,06	2.616,72	0,84 %
1.8	210023 SBC	LIMPEZA FINAL DE OBRAS	m²	1160	34,52	44,30	51.388,00	16,54 %

Total sem BDI	**242.130,22**
Total do BDI	**68.618,19**
Total Geral	**310.748,41**

Samuel Levi dos Santos Chaves
Samuel Levi dos Santos Chaves - 1º Ten
Eng. Fortificação e Construção CREA 2020573091 AM
Adjunto à Seção Técnica da CRO/12

FL. 10

FL 80
GOIAS CRB

VERIFICAÇÃO DA OPÇÃO PELO REGIME DE TRIBUTAÇÃO DO CPRB — FOLHA: 1/3

OBRA: Reforma do telhado
LOCAL: MANAUS/AM

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR	OBSERVAÇÃO
[1]	Valor de material com desoneração	156.971,76	orçamento realizado no banco desonerado
[2]	Valor de mão de obra com desoneração	85.158,46	orçamento realizado no banco desonerado
[3]	Valor total da Obra sem BDI com desoneração	R$ 242.130,22	[3] = [1] + [2]
[4]	% material com desoneração	65%	[4] = [1] / [3]
[5]	% mao de obra com desoneração	35%	[4] = [2] / [3]
[6]	ISS da cidade	5%	conforme art. 7º lei municipal nº 2.251/2017
[7]	% ISS sobre a obra com desoneração	1,76%	[7]= [6]*[5]
[8]	% BDI com desoneração	28,35%	Folha 2/3
[9]	Valor total da Obra com BDI com desoneração	**R$ 310.774,13**	[9] = [3]*(1+[8])
[10]	Encargos Sociais com desoneração	84,39%	http://www.caixa.gov.br/site/paginas/downloads.aspx?categoria_518
[11]	Encargos Sociais sem desoneração	113,85%	http://www.caixa.gov.br/site/paginas/downloads.aspx?categoria_518
[12]	Valor total do salário	R$ 46.183,88	[12]= [2]/(1+[10])
[13]	Valor de mão de obra sem desoneração	R$ 98.764,23	[13] = [12]*(1+[11])
[14]	Valor de material sem desoneração	156.971,76	[1]
[15]	Valor total da Obra sem BDI sem desoneração	R$ 255.735,99	[15] = [14] + [13]
[16]	% material sem desoneração	61%	[16] = [14] / [15]
[17]	% mao de obra sem desoneração	39%	[17] = [13] / [15]
[18]	% ISS sobre a obra sem desoneração	1,93%	[18]= [17]*[6]
[19]	% BDI sem desoneração	22,23%	Folha 3/3
[20]	Valor total da Obra com BDI sem desoneração	**R$ 312.586,10**	[20] = [15]*(1+[19])
[21]	Valor total da Obra mais VANTAJOSO com BDI	R$ 310.774,13	comparação entre [20] e [9]
			ADOTAR O REGIME DESONERADO

CÁLCULO DE BONIFICAÇÕES DE DESPESA INDIRETA COM CPRB — FOLHA: 2/3

OBRA: Reforma do telhado
LOCAL: MANAUS/AM

	GRUPO A	5,27%	
1	Administração Central - AC	4,00%	1
2	Risco - R	1,27%	2
	GRUPO B	**9,43%**	
3	Seguro de Risco de Engenharia e Garantia - SG	0,80%	3
4	Lucro Bruto - L	7,40%	4
5	Despesas Financeiras - DF	1,23%	5
	GRUPO C - I	**10,15%**	
6	ISS	5,00%	6
7	PIS	0,65%	7
8	COFINS	3,00%	8
9	AJUSTE DECORRENTE DA LEI 12.715/2012	4,50%	9
BDI	BDI = ((1 + (AC + S + R + G)*(1 + DF) * (1 + L))/(1 - I)) - 1	28,35%	BDI
	Metodologia para cálculo do BDI adotado pelo TCU (Acordão 2622/2013)		

LCULO DE BONIFICAÇÕES DE DESPESA INDIRETA SEM CPRB — FOLHA: 3/3

OBRA: Reforma do telhado
LOCAL: MANAUS/AM

	GRUPO A	5,27%	
1	Administração Central - AC	4,00%	1
2	Risco - R	1,27%	2
	GRUPO B	**9,43%**	
3	Seguro de Risco de Engenharia e Garantia - SG	0,80%	3
4	Lucro Bruto - L	7,40%	4
5	Despesas Financeiras - DF	1,23%	5
	GRUPO C - I	**5,65%**	
6	ISS	2,00%	6
7	PIS	0,65%	7
8	COFINS	3,00%	8
9	AJUSTE DECORRENTE DA LEI 12.715/2012	0,00%	9
BDI	BDI = ((1 + (AC + S + R + G)*(1 + DF) * (1 + L))/(1 - I)) - 1	22,23%	BDI
	Metodologia para cálculo do BDI adotado pelo TCU (Acordão 2622/2013)		

Samuel Levi dos Santos Chaves
Eng. Fortificação e Construção - CREA 2020573091 AM
Adj Sec Tec CRO/12

FL. 81

ANEXO IV - CÁLCULO DE BENEFÍCIOS DE DESPESA INDIRETA

LOCAL: **AMAZONAS**

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	%
	GRUPO A	**6,27%**
1	Administração Central - AC	4,00%
2	Risco - R	1,27%
	GRUPO B	**9,43%**
3	Seguro de Risco de Engenharia e Garantia - SG	0,80%
4	Lucro Bruto - L	7,40%
5	Despesas Financeiras - DF	1,23%
	GRUPO C	**10,15%**
6	ISS	2,00%
7	PIS	0,65%
8	COFINS	3,00%
9	AJUSTE DECORRENTE DA LEI 12.715/2012	4,50%
BDI	**((1+(AC+SG+R))*(1+DF)*(1+L)) / (1-C)**	**28,35%**

Fórmula para o cálculo do BDI:

BDI= ((1+(AC+SG+R))*(1+DF)*(1+L)) / (1-C)

Todos os licitantes deverão apresentar, como parte integrante de suas propostas, composição analítica do BDI (bonificação e despesas indiretas) seguindo a mesma formulação adotada pela CRO/12.

As empresas licitantes optantes pelo Simples Nacional devem apresentar percentuais de ISS, PIS e COFINS discriminados na composição do BDI que sejam compatíveis com as alíquotas a que a empresa está obrigada a recolher.

Samuel Levi dos Santos Chaves

Samuel Levi dos Santos Chaves - 1° Ten
Eng. Fortificação e Construção CREA 2020573091 AM
Adjunto à Seção Técnica da CRO/12

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS /12

MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS APRESENTADOS

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	UNIDADE	CRO/12 (Orçamento de referência - SINAPI 03/2022)	AFS DE MORAIS COMERCIO
			CNPJ: 09.583.415/0001-00	CNPJ: 42.545.548/0001-67
1	Reparos e Manutenção do telhado 1° B Com GE SI		R$ 310.748,41	R$ 244.862,72

Manaus-AM, 25 de abril de 2022

Samuel Levi dos Santos Chaves - 1º Ten
Eng. Fortificação e Construção CREA 2020573091 AM
Adjunto à Seção Técnica da CRO/12

FL 88



Razão Social: A F S DE MORAIS COMERCIO CNPJ:42.545.548/0001-67
Nome de fantasia: **COMERCIAL BRASIL**
Telefone: 92-99278-8880 E-mail: vendas@combraz.com
Banco: 077 – INTER - Agencia: 0001 - Conta: 5579614 1

ITEM 01								
item		**Descrição**	**Unid.**	**Qtd**	**Preço Unitário (R$)**		**Preço Total (R$)**	
1		Mobilização e Desmobilização	Sv	1113	R$	28,60	R$	31.831,80
2		Administração local	Sv	30	R$	381,00	R$	11.430,00
3		Telha fibrocimento 6mm 2,40x1,10m	Und	455	R$	165,00	R$	75.075,00
4		Capote fibrocimento	Und	100	R$	86,00	R$	8.600,00
5		Gancho parafuso para telha de fibrocimento	Und	1820	R$	9,80	R$	17.836,00
6		Aluguel de Andaimes	Sv	120	R$	26,00	R$	3.120,00
7		Veda telha manta	Und	30	R$	57,70	R$	1.731,00
8		Serviço de solda - reparo no telhado	Sv	120	R$	182,00	R$	21.840,00
9		Tinta Zarcão 3,6L	Gl	12	R$	95,00	R$	1.140,00
10		Retirada de entulho (limpeza final da obra)	Sv	20	R$	895,00	R$	17.900,00
11		Taxas e impostos	und	1113	R$	48,84	R$	54.358,92
VALOR TOTAL DO SERVIÇO					**R$**			**244.862,72**

LDI – Lucro e Despesas Indiretas:	
Itens de composição do BDI	Percentagem (%) Adotado
AC=ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	2,00
S+G=SEGUROS E GARANTIAS	0,80
R=RISCOS	0,97
DF=DESPESAS FINANCEIRAS	0,59
L=LUCRO	7,18
I=TRIBUTAÇÃO (ISS+PIS+CONFINS+*CPRB)	11,15
BDI= 25,92	

A F S DE MORAIS COMERCIO

ANTONIO FEL PE SENA DE MORAIS:0368786295 Assinado de forma digital por ANTONIO FEL PE SENA DE MORAIS:0368786295

FL 83
GCAL

Rua Dra. Heloiza, 88, Zumbi dos Palmares - Manaus / AM CEP: 69084-320
Fone (92) 99278-8880 - e-mail: vendas@combraz.com

FL 84

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-AM

ART OBRA OU SERVIÇO

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas

INICIAL

FL 85
GCALC/CM1A

1. Responsável Técnico

SAMUEL LEVI DOS SANTOS CHAVES

Título profissional: **ENGENHEIRO DE FORTIFICAÇÃO E CONSTRUÇÃO**

RNP: **2020573091**
Registro: **2020573091AM**

2. Dados do Contrato

Contratante: **COMISSAO REGIONAL DE OBRAS DA DECIMA SEGUNDA REGIAO MILITAR** CPF/CNPJ: **09.583.415/0001-00**
AVENIDA CORONEL TEIXEIRA Nº: **2061**
Complemento: Bairro: **PONTA NEGRA**
Cidade: **MANAUS** UF: **AM** CEP: **69037000**

Contrato: **Não especificado** Celebrado em:
Valor: **R$ 310.748,41** Tipo de contratante: **Pessoa Juridica de Direito Público**
Ação Institucional: **Outros**

3. Dados da Obra/Serviço

AVENIDA CORONEL TEIXEIRA Nº: **5345**
Complemento: Bairro: **PONTA NEGRA**
Cidade: **MANAUS** UF: **AM** CEP: **69037000**
Data de Início: **26/04/2022** Previsão de término: **26/07/2022** Coordenadas Geográficas: **-3.078860, -60.077966**
Finalidade: **Serviço Público** Código: **Não Especificado**
Proprietário: **COMISSAO REGIONAL DE OBRAS DA DECIMA SEGUNDA REGIAO MILITAR** CPF/CNPJ: **09.583.415/0001-00**

4. Atividade Técnica

	Quantidade	Unidade
8 - FISCALIZAÇÃO		
38 - ORÇAMENTO > OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > #1104 - REFORMA	1.160,00	m²

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Orçamento para Reparação do telhado da 1ª Cia do 1º B Com GE Sº no valor de R$ 310.748,41

6. Declarações

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

- Cláusula Compromissória: Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei no. 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio do Centro de Mediação e Arbitragem - CMA vinculado ao Crea-AM, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar.

7. Entidade de Classe

NENHUMA - NAO OPTANTE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

SAMUEL LEVI DOS SANTOS CHAVES - CPF: 019.342.153-41

_____, _____ de _____ de _____
Local data

COMISSAO REGIONAL DE OBRAS DA DECIMA SEGUNDA REGIAO MILITAR - CNPJ: 09.583.415/0001-00

9. Informações

O profissional declara serem verdadeiras as informações aqui prestadas, sobre as quais assume todas as responsabilidades, sob pena de incorrer nas sanções previstas no art. 299 do Código Penal Brasileiro e no art. 10º do Código de Ética Profissional instituído pela Resolução 1002/02 das Condutas Vedadas.

10. Valor

Pagamento não identificado.

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: http://publico.crea-am.org.br/, com a chave: a14a2
Impresso em: 25/04/2022 às 16:19:11 por: , ip: 128.201.139.195

ASCUNHO
DOCUMENTO SEM VALIDADE

FL 86
GCALC/CMA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1º BATALHÃO DE COMUNICAÇÕES E GUERRA ELETRÔNICA DE SELVA

DIEx Nº 156-Aux S4/S4/EM
EB: 65306.001982/2022-81

URGENTÍSSIMO

Manaus, 26 de abril de 2022.

Do Comandante do 1° Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica de Selva
Ao Sr Chefe da Comissão de Obras / 2º Gpt E
Assunto: necessidade de priorização de obra emergencial do 1º B Com GE Sl na FM-20
Anexo:
Solicitação_de_obra_cadastrada_no_OPUS

1. Informo a essa Chefia que no dia 15 ABR 22 esta OM foi atingida por forte vendaval que ocasionou o destelhamento da Companhia de Comunicações de Selva. De imediato este Comandante entrou em contato com o Chefe da Comissão de Obras da 12ª Região Militar (CRO/12) e este nos orientou a fazer orçamento para iniciar o processo de solicitação de obra de emergência. Imediatamente contactamos empresas locais que fazem este tipo de serviço e no dia 16 ABR 22 a Empresa AFS de Morais Comércio enviou representante para confeccionar o orçamento, que foi lançado no sistema OPUS.

2. Na visita, foi verificado que após intenso temporal e vendaval a referida subunidade sofreu danos patrimoniais consideráveis. Estes estão pondo em risco o seu pessoal e o material acondicionado naquelas dependências. Reitero que foram tomadas todas as medidas de isolamento da área atingida. Porém, o dano colabora para o agravo das infiltrações na Sala Rádio, local onde fica a maior parte do material CL VII da OM.

3. Considerando a urgência para resolver o assunto, a CRO/12 cadastrou no OPUS solicitação de obra nº 202212000104, no valor de R$ 244.862,72 na ND 3.3.90.39, conforme documento anexo, e está fazendo gestões junto a Diretoria de Obras Militares (DOM) para que nota de crédito seja descentralizada para esta OM de modo que o procedimento de dispensa possa ser elaborado.

4. Neste sentido, solicito que essa Chefia verifique a possibilidade de priorizar tal solicitação na FM-20 do 1º B Com GE Sl para que a solução dos transtornos citados sejam atendidos com a supracitada descentralização de crédito.

5. Por fim, com o intuito de dirimir eventuais dúvidas acerca do assunto, disponibilizo os meus números de contato, (92) 99116-5655 ou (21) 9247-1224.

FL 87
GCALC/CMA

WALACE PAYSAN GOMES - Cel
Comandante do 1° Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica de Selva

"1822-2022 – BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL
SOBERANIA E LIBERDADE"

FL 88
GCALC CMA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
1º BATALHÃO DE COMUNICAÇÕES E GUERRA ELETRÔNICA DE SELVA

TERMO DE CONTRATO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA Nº _____/2022, QUE FAZEM ENTRE SI O 1º BATALHÃO DE COMUNICAÇÕES E GUERRA ELETRÔNICA DE SELVA E A EMPRESA A F S DE MORAES COMERCIO.

O**1º BATALHÃO DE COMUNICAÇÕES E GUERRA ELETRÔNICA DE SELVA**, com sede na Avenida Coronel Teixeira, 5345, Bairro Ponta Negra, na cidade de Manaus/AM, inscrita no CNPJ sob o nº 09.583.415/0001-00, neste ato representada pelo seu Ordenador de Despesas, **Coronel Veterano R/1 SANDRO ROGÉRIO FERREIRA GOMES**, nomeado Boletim Interno do CMA nº 231 de 10/12/2021, portador da CPF nº [redacted] doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa **A F S DE MORAES COMERCIO**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **42.545.548/0001-67**, sediada na Rua Doutora Heloisa, nº 88, Bairro: Zumbi dos Palmares, CEP: 69.084-320, em Manaus/AM, doravante designada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. **ANTONIO FELIPE SENA DE ,ORAIS**, Sócio Administrador, CPF sob nº [redacted] tendo em vista o que consta no **Processo nº 65306.0019684/2022-71** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente e do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 27/2022**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação do serviço de engenharia de reparação do telhado(1ª CIA) do 1º Batalhãode Comunicações e Guerra Eletrônica de Selva(1º B Com GE Sl), em Manaus/AM, que será prestado nas condições estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos técnicos que se encontram anexos a ele.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Termo de Referênciae seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de assinatura do Termo de Contrato e encerramento em 120 (cento e vinte) dias a contar desta.

2.1.1. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU n° 39, de 13/12/2011.

2.2. A execução dos serviços será iniciada na data de assinatura deste Contrato, cujas etapas observarão o disposto no Termo de Referência.

2.3. O prazo de execução deste contrato é de 30 (trinta) dias, contados a partir do marco supra referido.

2.4. A prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato será precedida da correspondente justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de R$244.862,72 (duzentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e dois reais e setenta e dois centavos)

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20...., na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: XXXX

Fonte: XXXX

Programa de Trabalho: XXXX

Elemento de Despesa: XXXX

PI: XXXX

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO.

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referênciaao qual este Contrato está vinculado.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA –MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA – SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência;

12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

13.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

FL 93
GCALC CMA

13.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DAS ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN SEGES/MP nº 05, de 2017.

14.2. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

14.3. Na hipótese de celebração de aditivos contratuais para a inclusão de novos serviços, o preço desses serviços será calculado considerando o custo de referência e a taxa de BDI de referência especificada no orçamento-base da licitação, subtraindo desse preço de referência a diferença percentual entre o valor do orçamento-base e o valor global do contrato obtido na licitação, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e aos Art. 14 e 15 do Decreto nº 7.983/2013.

14.4. Para o objeto ou para a parte do objeto contratual sujeita ao regime de empreitada por preço global ou empreitada integral, a assinatura do presente Contrato implica a concordância da Contratada com a adequação de todos os projetos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este ajuste, e a aquiescência de que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II, do Decreto nº 7.983/2013.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

FL 97
GCALC/CMA

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária do Estado do Amazonas – Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contratantes.

Manaus/AM,_____ de abril de 2022.

Pela CONTRATANTE:

_____
Ordenador de Despesas

Pela CONTRATADA:

_____
Sócio Proprietário

ROL DE TESTEMUNHAS:

FL 93
GCALC CMA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
(Comando de Elementos de Fronteiras – 1948)

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 27/2022-Cmdo CMA
Processo Administrativo nº 65306.001984/2022-71

OBJETO: **DESPESA REFERENTE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE REPARO DE TELHADO**
VALOR ESTIMADO: **R$ R$ 244.862,72 (duzentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e dois reais e setenta e dois centavos)**

Declaro, para fins previstos nos arts. 15 e 16 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que há disponibilidade financeira e orçamentária de recursos frente a despesa objeto do presente processo. A despesa prevista na contratação tem adequação orçamentária e financeira, é compatível com as leis orçamentárias vigentes (LOA, LDO e PPA) com estimativa de impacto suportável pela dotação orçamentária prevista para a Unidade Administrativa.

Manaus-AM, 26 de abril de 2022

SANDRO ROGÉRIO FERREIRA GOMES – Cel Veterano (R/1)
Ordenador de Despesas do Comando do CMA

3) Cargo - Recebimento

Recebeu, em 9 DEZ 21, o cargo de Comandante da Base Administrativa do Cmdo CMA.

Cel **SERGIO** RODRIGO DOS SANTOS

Em consequência, os interessados tomem conhecimento e as providências decorrentes.
(Nota nº 5719, de 9 de dezembro de 2021, do Aj G-1)

Recebeu, em 10 DEZ 21, o cargo de Chefe da Ajudância Geral e Comandante do QG do Cmdo CMA.

Cel JORGE LUÍS DA SILVA **PIMENTEL**

Em consequência, os interessados tomem conhecimento e as providências decorrentes.
(Nota nº 5754, de 10 de dezembro de 2021, do Aj G-1)

4) Nomeação de comissão para o recebimento de Quantitativo de Rancho (QR) - Designação

Designo para ser Chefe da Comissão para o recebimento dos artigos de Quantitativo de Rancho (QR), conforme Portaria nº 47 - COLOG, de 12 de maio de 2020, no período de 12 DEZ 21 a 11 JAN 22.

2º Ten MARCUS **VINICIUS** GONÇALVES DA SILVA

Em consequência: os interessados tomem conheciento e as providências decorrentes.
(Nota nº 5745, de 10 de dezembro de 2021, do Aj G - 6)

5) Prestador de Tarefa por Tempo Certo - Nomeação

Informo que o Comandante Militar da Amazônia, no uso da competência que lhe foi conferida pela Port. nº 218/Cmt Ex, de 20 MAR 17, resolve, por intermédio da Port. nº 157-E1-CMA/2021, de 24 NOV 21, nomear o Oficial abaixo discriminado, como Prestador de Tarefa por Tempo Certo, com a finalidade de exercer a tarefa de Ordenador de Despesas do Comando Militar da Amazônia, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a partir de 1º DEZ 21.

Cel R/1 **SANDRO** ROGÉRIO FERREIRA GOMES

Em consequência:
- o Chefe da 1ª Sec Cmdo CMA, a Aj G Cmdo CMA, o Ch SIP/12 e demais interessados tomem conhecimento e as providências decorrentes.
(Transcrito do DOU Nº 232, de 10 de dezembro de 2021)
(Nota nº 5760, de 10 de dezembro de 2021, do Aj G - 5)

(Nota nº 5760, de 10 de dezembro de 2021, da(o) Aj G)

c. ALTERAÇÕES DE SUBTENENTES E SARGENTOS

Nomeação de comissão para o recebimento de Quantitativo de Rancho (QR) - Designação

Designei os militares abaixo relacionados, pertencentes à Cia C/CMA, para comporem a comissão de recebimento dos artigos de Quantitativo de Rancho (QR), conforme Portaria nº 47 - COLOG, de 10 FEV 21, no período de 12 DEZ 21 a 11 JAN 22.

FL 95
GCALC/CMA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
(Comando de Elementos de Fronteira – 1948)

DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE DE CUSTEIO

Declaro para os devidos fins que a contratação de serviço para realizar a reparação do telhado da companhia do 1º Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica de Selva, não se constitui atividade de custeio, conforme disposto no art. 3° da Portaria nº 249, de 13 de junho de 2012 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019.

Manaus-AM, 26 de abril de 2021.

SANDRO ROGÉRIO FERREIRA GOMES - Cel Veterano (R1)
Ordenador de Despesas do Comando Militar da Amazônia

FL 96
GCAL C CMA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo nº: 65306.001984/2022-71

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para executar reparação do telhado (Pavilhão de uma Cia) do 1º Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica de Selva (1º B Com GE Sl), em Manaus/AM.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRAÇÃO

2.1 Fundamento Legal: Para o presente processo de contratação adotou-se a contratação direta, por meio de dispensa de licitação, com fundamento no caput e inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, em virtude do exato enquadramento das necessidades nos requisitos fundamentais para utilização dessa hipótese, a saber:

a. *trata-se de uma "emergência"*. A necessidade de contratação é decorrente de situação concreta, efetiva, imprevista, surgida subitamente e para a qual se exige indispensável e imediata intervenção, a fim de que seja debelada;

b. *está "caracterizada a urgência de atendimento de situação que pode ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de (...) serviços e equipamentos"*. Além de sofrer danos patrimoniais, consideráveis, que estão pondo em risco a integridade física do pessoal e dos materiais acondicionados nesta dependência;

c. ***destina-se "somente aos bens necessários ao atendimento da situação emergencial"***. A requisição visa atender serviço comum de engenharia para reparação do telhado, não abrangendo qualquer melhoria ou acréscimo a bens móveis ou imóveis.

- outras eventuais necessidades, principais ou acessórias, não relacionadas diretamente à situação emergencial que deu origem à presente contratação, não foram consideradas;

FL 97

- o projeto básico, além de definir exatamente as necessidades a serem atendidas, contém as especificações e os quantitativos que foram tecnicamente apurados com o fim de afastar, de modo adequado, efetivo e eficiente, exclusivamente o risco iminente detectado;

- a contratação está restrita apenas aos limites mínimos do objeto necessário ao atendimento da situação emergencial, ou seja, ao item ou às parcelas estritamente necessárias ao afastamento da situação emergencial.

d. *destina-se "somente às parcelas de (...) serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 dias".* O prazo para execução do serviço a ser requisitado será de 120 (cento e vinte) dias. Portanto, o prazo do cronograma de execução do serviço a ser requisitado enquadra-se no limite legal previsto.

e. vedada a prorrogação dos respectivos contratos. Consideradas a natureza, a extensão e a forma de prestação do serviço a ser requisitado, não há nenhuma razão para previsão de prorrogação da requisição.

> *"Art. 24. É dispensável a licitação:*
>
> .....
>
> *IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;"* [grifo nosso]

A situação emergencial adversa não se originou, total ou parcialmente, de omissão, da falta de planejamento, da desídia administrativa ou da má gestão dos recursos disponíveis. Ou seja, a situação emergencial adversa não pode, em alguma medida, ser atribuída à culpa ou dolo do agente público que tinha o dever de agir para prevenir a ocorrência de tal situação.

O processo foi instruído, no que lhe coube, conforme o estabelecido no Parágrafo único do art. 26 da Lei nº 8.666/1993.

2.2 Justificativa da Dispensa de Licitação: Os quantitativos e valores do objeto encontram-se dentro dos limites legais (Inciso IV, Art 24). Foram levantados considerando a provisão de necessidade para o corrente exercício financeiro. Além disso não existe pregão vigente nesse momento, que atenda a

necessidade dessa natureza na Guarnição de Manaus-AM. A situação emergencial demanda aquisição em prazo que inviabiliza a realização de processo licitatório diferente do emergencial.
2.3 Justificativa da necessidade de material/serviço: são os seguintes apontamentos que classificam a reparação do telhado:

I – Considerando que a após intenso temporal e vendaval na cidade de Manaus/AM a Cia Com Sl, SU desta OM, sofreu danos patrimoniais, consideráveis, que estão pondo em risco a integridade física do seu pessoal e dos materiais acondicionados nesta dependência;

II – Considerando ainda que a Cia Com Sl detém o material rádio empregado no Comando e Controle das operações de todo o Comando Militar da Amazônia e que o teto da sala rádio está com infiltrações por causa do problema no telhado, reveste-se de importância que tal contratação seja pela modalidade de dispensa de licitação. Tudo com o objetivo de dar celeridade à solução definitiva do problema;

III - Assim sendo, o Comando Militar da Amazônia irá contratar empresa com objetivo de reparar o telhado do pavilhão Cia Com Sl, considerando a urgência referente aos fatos já mencionados e ao agravo das infiltrações na Sala Rádio, local onde fica a maior parte do material CL VII da OM.

Não obstante a contratação seja alicerçada sem a disputa (*lato sensu*), não se pode olvidar, entretanto, que está requisição se apoie firmemente em princípios explícitos e implícitos que regem o atuar administrativo, tais como os da legalidade, eficiência, economicidade, razoabilidade, proporcionalidade, publicidade, moralidade e, notadamente, o da "isonomia", na medida que a contratação do serviço de reparação do telhado (Pavilhão de uma Cia) do 1º Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica de Selva (1º B Com GE Sl), a ser executada pela empresa A F S DE MORAIS COMERCIO (CNPJ 42.545.548/0001-67) obedeceu a critérios de disputa (*stricto sensu*) de buscar a proposta mais vantajosa à administração.

2.4 Justificativa da escolha do fornecedor: A empresa a ser contratada possui capacidade técnica compatível com a complexidade e o porte do objeto pretendido e atende aos requisitos relacionados à habilitação jurídica e à qualificação econômico-financeira necessárias, a proposta apresentada pela empresa a ser contratada atende satisfatoriamente às especificações técnicas estabelecidas para o atendimento às reais necessidades da Administração, conforme descritas no projeto básico.

A empresa foi escolhida por apresentar o menor preço para a prestação do serviço de reparação do telhado e estando o objeto atendendo as necessidades da Administração (proposta mais vantajosa).

Contratada (CNPJ / RAZÃO SOCIAL): 42.545.548/0001-67– A F S DE MORAIS COMERCIO.

FL 99
GCALC/CMA

Valor da Contratação: R$ 244.862,72

3. QUANTO À SUSTENTABILIDADE

3.1 A contratação de obras e serviços de engenharia deverá observar a inclusão de critérios e práticas de sustentabilidade socioambiental e de acessibilidade (artigo 3º, caput, da Lei n° 8.666/93).

A inserção da sustentabilidade em obras e serviços de engenharia pode ocorrer em:

aspectos técnicos constantes do projeto básico/termo de referência ou do projeto executivo. Nos aspectos técnicos, há orientações no Manual Projeto de Edifícios Públicos Sustentáveis: uma abordagem cultural, econômica, ambiental e arquitetônica, publicação do Senado Federal/Rede Legislativo Sustentável (2ª, edição, Senado Federal, 2019), disponível neste link:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/562746 e

observância da legislação e normas brasileiras. Neste aspecto, consulte o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, disponível neste link:

https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/consultoria-geral-da-uniao-1/modelos-de-convenios-licitacoes-e-contratos/modelos-de-licitacoes-e-contratos/licitacoes-sustentaveis

No âmbito da AGU, o PARECER n. 00001/2021/CNS/CGU/AGU, aprovado pelo DESPACHO n. 00525/2021/GAB/CGU/AGU, trouxe a seguinte orientação:

EMENTA:

I. Os órgãos e entidades que compõem a administração pública são obrigados a adotar critérios e práticas de sustentabilidade socioambiental e de acessibilidade nas contratações públicas, nas fases de planejamento, seleção de fornecedor, execução contratual, fiscalização e na gestão dos resíduos sólidos;

II. A impossibilidade de adoção de tais critérios e práticas de sustentabilidade nas contratações públicas deverá ser justificada pelo gestor competente nos autos do processo administrativo, com a indicação das pertinentes razões de fato e/ou direito;

III. Recomenda-se aos agentes da administração pública federal encarregados de realizar contratações públicas, que, no exercício de suas atribuições funcionais, consultem o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União

JUSTIFICATIVA: No presente feito, o Termo de Referência incluiu critérios/práticas de sustentabilidade socioambiental, de acessibilidade.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1 Os regimes de execução são elencados no art. 6º, inciso VIII, da Lei nº 8.666, de 1993:

a) empreitada por preço global - quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total;

b) empreitada por preço unitário - quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas;

d) tarefa - quando se ajusta mão-de-obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais;

e) empreitada integral - quando se contrata um empreendimento em sua integralidade, compreendendo todas as etapas das obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade da contratada até a sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização em condições de segurança estrutural e operacional e com as características adequadas às finalidades para que foi contratada;

Nas obras e serviços de engenharia, os regimes mais utilizados são as empreitadas por preço global ou por preço unitário.

A empreitada por preço global é aquela em que se contrata a execução da obra ou serviço por preço certo e total. Em tese, cada parte assume o risco de eventuais distorções nos quantitativos a serem executados, que podem ser superiores ou inferiores àqueles originalmente previstos na planilha orçamentária da contratação. Se, ao final da obra, a contratada tiver fornecido ou executado quantitativos superiores aos estimados, arcará com o prejuízo financeiro (não poderá cobrar a Administração pelos custos adicionais, até certo limite). Na situação oposta, a lógica é a mesma: a Administração não poderá realizar descontos proporcionais aos quantitativos não fornecidos ou executados, se ao final forem inferiores aos estimados (até certo limite).

É por isso que a adoção de tal regime pressupõe um projeto básico de boa qualidade, que estime com adequado nível de precisão as especificações e quantitativos da obra ou serviço, fornecendo aos licitantes todos os elementos e informações necessários para o total e completo conhecimento do objeto e a elaboração de proposta fidedigna (art. 47 da Lei n° 8.666/93), justamente para evitar distorções relevantes no decorrer da execução contratual, em prejuízo seja da Administração, seja da contratada.

Já a empreitada por preço unitário é aquela em que o preço é fixado por unidade determinada. Os pagamentos correspondem à medição dos serviços efetivamente executados, de modo que os

contratantes não assumem riscos em relação às diferenças de estimativas de quantitativos. Tal regime é mais apropriado para os casos em que não se conhecem de antemão, com adequado nível de precisão, os quantitativos totais da obra: a execução das "unidades" se dará de acordo com a necessidade observada, com a realização de medições periódicas a fim de quantificar os serviços efetivamente executados e a correspondente remuneração devida.

Não se exige o mesmo nível de precisão da empreitada por preço global, em razão da imprecisão inerente à própria natureza do objeto contratado que está sujeito a variações, especialmente nos quantitativos, por fatores supervenientes ou que não são totalmente conhecidos na fase de planejamento. São exemplos: execução de fundações; serviços de terraplanagem; desmontes de rochas; implantação, pavimentação ou restauração de rodovias; construção de canais, barragens, adutoras, perímetros de irrigação, obras de saneamento, infraestrutura urbana; obras portuárias, dragagem e derrocamento; reforma de edificações; e construção de poço artesiano. Assim, pode-se afirmar que a conveniência de se adotar o regime de empreitada por preço global diminui à medida que se eleva o nível de incerteza sobre o objeto a ser contratado (TCU, Acórdão nº 1.977/2013 - Plenário).

Considerando que a escolha entre os regimes de empreitada terá impacto significativo no curso do contrato, no que diz respeito aos critérios de aceitabilidade dos preços unitário e global, às medições e ao regime de pagamento, às modificações contratuais qualitativas/quantitativas, incluindo a margem de tolerância para as alegadas falhas estruturais e de dimensionamento do projeto básico, dentre outros aspectos, é dever do gestor escolher o regime que melhor atende ao interesse público diante das possíveis eventualidades que venham a incidir no contrato, de modo que se pode afirmar que a discricionariedade na adoção de um ou outro regime é consideravelmente mitigada, porquanto a autoridade estará vinculada às opções decorrentes dos estudos e levantamentos preliminares que definirão os modos possíveis de contratação do empreendimento, tendo em vista, principalmente, os parâmetros da eficiência e economicidade.

Prossegue o TCU no mesmo Acórdão nº 1.977/2013 - Plenário:

a) a escolha do regime de execução contratual pelo gestor deve estar fundamentada nos autos do processo licitatório, em prestígio ao definido no art. 50 da Lei nº 9.784/1999;

b) a empreitada por preço global, em regra, em razão de a liquidação de despesas não envolver, necessariamente, a medição unitária dos quantitativos de cada serviço na planilha orçamentária, nos termos do art. 6º, inciso VIII, alínea "a", da Lei nº 8.666/1993, deve ser adotada quando for possível definir previamente no projeto, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem

FL 108
GCALC/CMA

posteriormente executados na fase contratual; enquanto que a empreitada por preço unitário deve ser preferida nos casos em que os objetos, por sua natureza, possuam uma imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários, como são os casos de reformas de edificação, obras com grandes movimentações de terra e interferências, obras de manutenção rodoviária, dentre outras;

c) nas situações em que, mesmo diante de objeto com imprecisão intrínseca de quantitativos, tal qual asseverado na letra "b" supra, se preferir a utilização da empreitada por preço global, deve ser justificada, no bojo do processo licitatório, a vantagem dessa transferência maior de riscos para o particular - e, consequentemente, maiores preços ofertados - em termos técnicos, econômicos ou outro objetivamente motivado, bem assim como os impactos decorrentes desses riscos na composição do orçamento da obra, em especial a taxa de BDI (Bonificação e Despesas Indiretas); (Acórdão nº 1977/2013 – Plenário).

JUSTIFICATIVA: Considerando a baixa complexidade do objeto e o reduzido número de etapas, optou-se pela contratação por empreitada integral, de modo que todas as etapas do serviço ficarão sob inteira responsabilidade da contratada, devendo o objeto ser entregue: Em condições de entrada em operação; Tendo sido atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização em condições de segurança estrutural e operacional; Com as características adequadas às finalidades para que foi contratado.

Quanto à dotação orçamentária: As despesas decorrentes da presente requisição estão em compatibilidade com a Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), de 4 de maio de 2000, e correrão à conta de recurso específico na Previsão de Recurso Orçamentário nº 1896/2021 consignado no Departamento de Engenharia de Construção, já tendo efetivamente disponibilizado a esta Unidade Gestora, na previsão de recurso orçamentário da Ação 219D – 219D – GND 4.

Unidade Gestora	Natureza da Despesa	Valor
160016	33.90.39	R$ 244.862,72

Assim, está suficientemente indicado o recurso orçamentário que assegura o pagamento das obrigações decorrentes do serviço a ser executado, no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma, como exige o inciso III do § 2º do art. 7º e o art. 14 da Lei nº 8.666/1993.

Art. 7º § 2º As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:

.....

FL 1037
GCALC CMA

III - houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;

Art. 14. Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.

Quanto à responsabilidade fiscal: Em conformidade com o inciso II do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, (Lei de Responsabilidade Fiscal), as despesas decorrentes da presente dispensa licitação são adequadas com a Lei Orçamentária Anual; compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias; e correrão à conta de recursos específicos da dotação orçamentária consignada no Orçamento Geral da União do exercício em que se efetivarem.

Lei Complementar nº 101/2000:

"Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

.....

*II - declaração do **ordenador da despesa** de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.*

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

*I - **adequada** com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;*

*II - **compatível** com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições."* [grifo nosso]

5. Quanto aos quantitativos a serem contratados: Para definição das quantidades a serem contratadas, foram utilizados critérios objetivos e levado em consideração o binômio necessidades x possibilidades, conjugando-se as necessidades reais e a atual situação orçamentário-financeira, expressada pela dotação orçamentária disponibilizada a este Órgão.

6. Quanto ao parcelamento: Na definição da composição dos itens que constituem o objeto, foi observada a regra do parcelamento prevista no § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/1993. Como resultado, as atividades elementares/básicas que compõem o serviço foram reduzidas àquelas intimamente

relacionadas, interdependentes e indissociáveis, não cabendo mais subdividi-las para que possam ser contratadas distinta e separadamente, pois não se mostra técnica e economicamente viável.

> *Art. 23. § 1º As obras, **serviços** e compras efetuadas pela Administração **serão divididas em tantas parcelas** quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.* [grifo nosso]

Quanto à terceirização: Os serviços a serem requisitados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n° 2.271/1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

> *"Art. 1º § 1º As atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, **equipamentos** e instalações serão, de preferência, objeto de execução indireta.* [grifo nosso]

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta, ficando, assim, afastada a possibilidade de terceirização irregular.

Em se tratando de dispensa ou inexigibilidade de licitação, normalmente incide uma das exceções para aplicação do tratamento diferenciado, conforme previsto no Decreto nº 8.538/2015:

Quanto à margem de preferência: Foram pesquisados os decretos que dispõem sobre a margem de preferência (normal e adicional) prevista no § 5º do art. 3º da Lei nº 8.666/1993, na redação dada pela Lei nº 12.349/2010.

> *§ 5º Nos processos de licitação previstos no caput, poderá ser estabelecido margem de preferência para produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.*

No entanto, em se tratando de dispensa de licitação, assim como ocorre na sua inexigibilidade, o instituto da margem de preferência não se aplica, dado que a margem de preferência pressupõe a competição entre prestadores do serviço, o que não ocorre aqui, razão pela qual foram descartados

FL 105
GCALC CM

os normativos definidos do Poder Executivo Federal que estabelecem os objetos e respectivos percentuais a serem aplicados.

Quanto ao instrumento de contrato: Consideradas a natureza e a forma de prestação do serviço, na contratação decorrente do presente processo, o instrumento será o termo de contrato acompanhado pela nota de empenho de despesa, conforme facultado pelo caput do art. 62 da Lei nº 8.666/1993.

> *"Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação,* ***e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como*** *carta-contrato,* ***nota de empenho de despesa,*** *autorização de compra ou ordem de execução de serviço."* [grifo nosso]

Assim, a relação entre as partes Contratantes será regida pela legislação em vigor, e pelo que consta no Projeto Básico da Contratante e na Proposta Comercial da Contratada.

Quanto à necessidade da manifestação jurídica: Os processos de licitação e equivalentes (dispensa e inexigibilidade) devem ser previamente examinados e aprovados pela assessoria jurídica da Administração, nesse caso, a Consultoria Jurídica da União. Tal exame prévio visa a evitar defeitos capazes de macular o processo de contratação, ensejando sua nulidade e também a dos atos dele decorrentes. Trata-se de dever imposto ao gestor público, cujo descumprimento ou cumprimento inadequado acarreta consequências no campo das responsabilidades funcionais. Tal obrigação decorre do previsto no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/1993:

> *"Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração."*

No entanto, sabe-se que há casos em que aplica-se a desnecessidade de envio do mesmo ao Órgão Consultivo (CJU/AGU) para manifestação jurídica, com fundamento na Orientação Normativa AGU nº 46, de 26 de fevereiro de 2014:

> *"Somente é obrigatória a manifestação jurídica nas contratações de pequeno valor com fundamento no* ***art. 24, I ou II, da Lei nº 8.666,*** *de 21 de junho de 1993,* ***quando houver minuta de contrato*** *não padronizada ou haja, o administrador, suscitado dúvida jurídica sobre tal contratação.* ***aplica-se o mesmo entendimento às***

contratações fundadas no art. 25 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que seus valores subsumam-se aos limites previstos nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993." [grifo nosso]

No caso concreto do presente processo de dispensa de licitação, embora haja minuta de contrato a ser analisado e aprovado, o valor total da contratação é superior a R$ 8.000,00 (oito mil reais) e não é fundamentado no art. 24, incisos I ou II, da Lei nº 8.666/1993, razão pela qual não se aplica a referida exceção, estando obrigado a ser submetido a manifestação jurídica do Órgão Consultivo (CJU/AGU).

Quanto à ratificação da autoridade superior: Conforme previsto no art. 26 da Lei nº 8.666/1993, as dispensas de licitação fundamentadas nos incisos diferentes do I e II do seu art. 24 exigem a comunicação oportuna à autoridade superior, para que essa ratifique a decisão deste Ordenador de Despesas em optar pela modalidade de contratação escolhida:

*"Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e **no inciso III e seguintes do art. 24**, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei **deverão ser comunicados**, dentro de 3 (três) dias, **à autoridade superior, para ratificação** e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos."* [grifo nosso]

No caso concreto do presente processo de dispensa de licitação se aplica a referida obrigatoriedade, posto que encontra-se fundamentado no inciso IV no art. 24 da Lei nº 8.666/1993, razão pela qual será enviado à autoridade superior para manifestação, no prazo legalmente previsto, após sanadas as eventuais recomendações jurídicas e acostado aos autos o competente Parecer atestando o exame e a aprovação jurídicos.

Autorização do Ordenador de Despesas: Autorizo a Dispensa de licitação acima caracterizada, requisição para serviço, junto à empresa: 42.545.548/0001-67– A F S DE MORAIS COMERCIO, de acordo com o Processo de Dispensa de Licitação n° 27/2022.

Manaus-AM, 29 de abril de 2022.

SANDRO ROGÉRIO FERREIRA GOMES – Cel Veterano (R/1)
Ordenador de Despesas do Comando do Comando Militar da Amazônia

FL 307
SCAL-C CMA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº ___/2022-CMA

Processo Administrativo nº 65306.001984/2022-71

1. Reconheço a Dispensa de Licitação, fundamentada no art. 4º, da Lei 13.979/20, atualizada, e no constante da Justificativa e do Parecer Jurídico nº _____, de ___ de _____ de 2022, para a empresa A F S DE MORAIS COMERCIO (CNPJ 42.545.548/0001-67), no valor total de R$ 244.862,72 (duzentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e dois reais e setenta e dois centavos), para contratação de empresa especializada na reparação do telhado do Pavilhão da Cia Com SL do 1º Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica de Selva.

Manaus/AM, ____ de _____ de 2022.

SANDRO ROGÉRIO FERREIRA GOMES – Cel Veterano (R/1)
Ordenador de Despesas do Cmdo CMA

2. Ratifico a decisão do Ordenador de Despesas da UG 160016 – COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA, referente à Dispensa de licitação acima caracterizada nos termos do art. 4º, da Lei nº 13.979/20.

Manaus/AM, ____ de _____ de 2022.

Gen Ex ACHILLES FURLAN NETO
Comandante Militar da Amazônia

FL 308
GCALC CMA

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	42.545.548/0001-67
Razão Social:	A F S DE MORAIS COMERCIO
Nome Fantasia:	COMERCIAL BRASIL
Situação do Fornecedor:	Credenciado — Data de Vencimento do Cadastro: 28/07/2022
Natureza Jurídica:	EMPRESÁRIO (INDIVIDUAL)
MEI:	Não
Porte da Empresa:	Micro Empresa

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	Nada Consta
Impedimento de Licitar:	Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas:	Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público":	Nada Consta

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	04/09/2022
FGTS	Validade:	04/05/2022
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	11/10/2022

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	30/04/2022
Receita Municipal	Validade:	22/05/2022

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2022

CPF: [redacted] Nome: AUREO LUIZ DE OLIVEIRA JUNIOR
Ass: _____

FL 309
GCALC CMA

SIAFI Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

TESOURONACIONAL

Data e hora da consulta: 26/04/2022 19:16:42
Usuário: 93091400204

Cadastro Informativo de Créditos Não-Quitados - CADIN

CPF/CNPJ:	Título:	Situação	Total de Registros	0
42545548	A F S DE MORAIS COMERCIO	Adimplente	Há até 30 dias:	
			Há mais de 30 dias:	

Código	Credor	Data/Hora de Inclusão

** Registros incluídos há até 30 dias.*

FL 130
GCALC CMA

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 27/04/2022 09:39:01

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **A F S DE MORAIS COMERCIO**
CNPJ: **42.545.548/0001-67**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO ESPECIALIZADA VIRTUAL DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA
NÚCLEO JURÍDICO

PARECER n. 00569/2022/NJUR/E-CJU/ENGENHARIA/CGU/AGU

NUP: 65306.001984/2022-71
INTERESSADOS: COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA - CMA
ASSUNTOS: DEMAIS HIPÓTESES DE DISPENSA

EMENTA: **DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. DISPENSA EMERGENCIAL DE LICITAÇÃO. ART. 24, INCISO IV DA LEI Nº 8.666/93.**

I - Contratação em caráter emergencial de serviços de **Engenharia - DIAGNÓSTICO. ELABORAÇÃO LAUDO TÉCNICO, PROJETO BÁSICO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS. CETAS-RJ.**

II. ON nº 11 AGU. Apuração se a situação emergencial foi gerada por falta de planejamento, desídia ou má gestão, hipótese que, quem lhe deu causa deverá ser responsabilizado.

III. Caracterização da emergência em razão da necessidade iminente dos serviços, sem possibilidade de aguardo de procedimento licitatório.

IV. Aprovação condicionada ao acatamento das recomendações.

I - RELATÓRIO

1. O **COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA - CMA** submete, a esta Procuradoria Federal specializada junto ao IBAMA no Estado do Rio de Janeiro, consulta acerca de procedimento de dispensa de licitação, vido à situação emergencial, fundamentada no artigo 24, IV da Lei de Licitações, a qual tem por objeto a contratação contratação do serviço de engenharia de reparação do telhado(1" CIA) do 1o Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica de Selva(1" B Com GE Sl),em Manaus/AM

2. Os presentes autos, encaminhados para análise por meio do SEI, foram distribuídos ao advogado signatário em caráter de urgência , encontrando-se instruído, dentre outros, com os seguintes documentos:

- Estudo Técnico Preliminar - ETP (fls. 17/20);
- Necessidade da Contratação (item 2 do ETP, fl. 17);
- Termo de Referência (fls. 33/52);
- Termo de Justificativas Técnicas Relevantes (fls. 53/72);
- Minuta do Termo de Contrato (fls. 88/92); e
- Dispensa de Licitação (fls. 96/106).

3. É o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

FINALIDADE E ABRANGÊNCIA DO PARECER JURÍDICO.

4. A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados. Ela envolve, também, o exame prévio e conclusivo dos textos de contratos ou instrumentos congêneres a serem celebrados e publicados.

5. Nossa função é justamente apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências, para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.

6. Importante salientar, que o exame dos autos processuais restringe-se aos seus aspectos jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica. Em relação a estes, partiremos da premissa de que a autoridade competente municiou-se dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.

7. De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.

8. De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências. Em face disso, o ideal, para a melhor e completa instrução processual, é que sejam juntadas as publicações dos atos de nomeação/designação, ou as citações destes, da autoridade e demais agentes administrativos, bem como dos atos normativos que estabelecem as respectivas competências, a fim de que, em caso de futura auditoria, possa ser facilmente comprovado que quem praticou determinado ato tinha competência para tanto. Todavia, a ausência de tais documentos, por si, não representa, a nosso ver, óbice ao prosseguimento do feito.

9. É nosso dever salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O prosseguimento do feito sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

REGULARIDADE DA FORMAÇÃO DO PROCESSO.

10. De acordo com o art. 22 da Lei nº 9.784, de 1999, os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada, salvo expressa disposição legal.

11. Com efeito, no que pertine especificamente à licitação, bem como contratos/convênios e outros ajustes, o processo administrativo deverá observar as normas que lhes são pertinentes, iniciando-se com a devida autuação, com a correspondente protocolização e numeração, juntando-se, em sequência cronológica, os documentos pertinentes, cujas folhas devem ser numeradas e rubricadas, sendo que cada volume deverá conter os respectivos termos de abertura e encerramento, contendo, na medida do possível, no máximo, 200 folhas.

12. Os autos do processo submetidos à análise se encontram regularmente formalizados, em conformidade com o ordenamento jurídico pertinente.

LIMITES DE CONTRATAÇÃO PREVISTOS NO DECRETO Nº 7.689, de 2012

13. No âmbito do Poder Executivo Federal, o Decreto nº 7.689, de 2012 estabeleceu limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens, aplicáveis aos órgãos, entidades e fundos do Poder Executivo Federal integrantes do Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, donde se destaca a previsão contida em seu artigo 2º.

Art. 2º A celebração de novos contratos administrativos ou a prorrogação dos contratos em vigor relativos a atividades de custeio devem ser autorizadas expressamente pelo respectivo ministro de Estado.

§ 1º Para os contratos com valor igual ou superior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) é vedada a delegação de competência.

§ 2º Para os contratos com valores inferiores a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), a competência de que trata o caput poderá ser delegada ou subdelegada, exclusivamente:

I - ao secretário-executivo, ou autoridade equivalente, aos dirigentes máximos das unidades diretamente subordinados aos respectivos ministros de Estado e aos dirigentes máximos das entidades vinculadas, ficando vedada a subdelegação para os contratos com valor igual ou superior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

II - aos subsecretários de planejamento, orçamento e administração ou autoridade equivalente, vedada a subdelegação, para os contratos com valores inferiores a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), e iguais ou superiores a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); e

III - aos coordenadores ou chefes das unidades administrativas dos respectivos órgãos ou entidades para os contratos com valores inferiores a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

§ 3º O Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão poderá alterar ou atualizar, a qualquer tempo, os valores estabelecidos nos §§ 1º e 2º.

14. A Portaria nº 249, de 13 de junho de 2012 estabeleceu normas complementares para o cumprimento do mencionado Decreto, prevendo em seu artigo 3º que as atividades de custeio decorrem de contratações diretamente relacionadas às atividades comuns a todos os órgãos e entidades que apoiam o desempenho de suas atividades institucionais, tais como:

I - fornecimento de combustíveis, energia elétrica, água, esgoto e serviços de telecomunicação;

II - as atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações, conforme disposto no Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997;

III - realizações de congressos e eventos, serviços de publicidade, serviços gráficos e editoriais;

IV - aquisição, locação e reformas de imóveis; e

V - aquisição, manutenção e locação de veículos, máquinas e equipamentos.

Parágrafo único. O enquadramento do objeto da contratação como atividade de custeio deve considerar a natureza das atividades contratadas, conforme disposto neste artigo, e não a classificação orçamentária da despesa.

15. A autoridade assistida deve certificar-se sobre a natureza da atividade a ser contratada – se constitui ou não atividade de custeio -, adotando as providências necessárias, se for o caso, o que poderá ser feito em qualquer fase do processo de contratação até antes da assinatura do contrato ou do termo aditivo de prorrogação, podendo ser concedida por despacho no próprio processo, por memorando ou ofício, por meio eletrônico com assinatura digital ou outro meio idôneo que registre a autorização expressa da autoridade competente, consoante § 1º do artigo 4º da citada Portaria.

16. Outrossim, deve o órgão ter atenção para a eventual necessidade de observância dos limites estabelecidos pelo Decreto nº 8.412/2015, que dispõe sobre a execução financeira dos órgãos, dos fundos e das entidades do Poder Executivo Federal até o estabelecimento do cronograma de que trata o caput do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências; Decreto nº 8.434, de 22/04/2015, que dispõe sobre o empenho de despesas pelos órgãos, fundos e entidades do Poder Executivo federal até o estabelecimento do cronograma de que trata o caput do art. 8º da Lei Complementar nº101, de 4 de maio de 2000, altera os Anexos I e II ao Decreto nº 8.412, de 26 de fevereiro de 2015, e dá outras providências; Decreto nº 8.540, de 09 de outubro de 2015 que estabelece, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, medidas de racionalização do gasto público nas contratações para aquisição de bens e prestação de serviços e na utilização de telefones celulares corporativos e outros dispositivos; Decreto nº 8.640, de 2016, que dispõe sobre o empenho de despesas pelos órgão, pelos fundos e pelas entidades do Poder Executivo até o estabelecimento do cronograma de que trata o caput do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 200 e dá outras providências; bem como, das Leis nº 13.414/2017 (Lei Orçamentária) e 13.408/2016 (LDO).

ANÁLISE

17. Inicialmente, relembro que a Advocacia Geral da União elaborou e passou a disponibilizar minutas-padrão de editais, contratos, termos de referência e ata de registro de preços, uniformizando os modelos em âmbito nacional, segundo já informado ao órgão consulente; razão pela qual se recomenda que sejam utilizados nas licitações ou dispensas/inexigibilidades os modelos de editais, contratos, termos de referência e atas de registro de preços elaborados pela Consultoria-Geral da União, com as adaptações necessárias às especificidades de cada contratação.

18. Cumpre-nos informar também que a análise dos aspectos técnicos, econômico-financeiros da presente contratação não se mostra tarefa afeta a este órgão de consultoria jurídica.

19. Presume-se, então, que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao completo detalhamento do objeto da contratação, suas características, quantidades, requisitos, especificações, etc., bem como quanto à pesquisa de preços, tenham sido regularmente apuradas pela área técnica do órgão assessorado e conferidas pela autoridade responsável pela contratação.

20. Não nos cabe, portanto, analisar se o preço está realmente conforme o mercado; se as quantidades estimadas e a característica dos bens, equipamentos, materiais e serviços efetivamente correspondem às estritas necessidades do órgão assessorado (de maneira a evitar a locação de produtos ou contratação de serviços desnecessários, ou que não atendam as suas necessidades, ou cujas características ultrapassem as necessidades da Administração – pertinência entre a necessidade e o que o material/equipamento e serviço proporciona); se o objeto foi caracterizado devidamente e as exigências correspondem ao preconizado pela legislação de regência (artigo 3º, II da Lei nº 10.520/02; artigos 14 e 15 da Lei nº 8.666/93; artigo 15 da Instrução Normativa nº 2/2008; Instrução Normativa nº 01/2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e artigo 9º, I e § 2º do Decreto nº 5.450/05). A análise destes assuntos não está inserida em nossa competência, cabendo-nos alertar para a verificação e confirmação do que é exigido e previsto em tal legislação acima citada, a ser aplicada no que couber ao presente caso.

21. Sobre tais dados, partiremos da premissa de que a autoridade competente se municiou dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a adequação do objeto da licitação às necessidades da Administração, assim como aos requisitos legalmente impostos.

22. Busca-se concretizar uma contratação emergencial, nos termos das justificativas apresentadas (fls 96 e item 2 do termo de referência), e de acordo com o disposto no artigo 24, IV da Lei de Licitações (fundamento legal).

23. Primeiro, importante delimitar o fato de que a contratação emergencial independe do fato causador da emergência (se evento imprevisível ou mesmo falta de planejamento por parte da Administração), importando a efetiva existência da situação de emergência, que não admita a finalização de um procedimento licitatório, sob pena de prejuízos ao interesse público. Circunstância a ser demonstrada pelo Poder Público.

24. É o que se extrai da Orientação Normativa nº 11 da Advocacia-Geral da União, a ser observada:

> **"A CONTRATAÇÃO DIRETA COM FUNDAMENTO NO INC. IV DO ART. 24 DA LEI Nº 8.666, DE 1993, EXIGE QUE, CONCOMITANTEMENTE, SEJA APURADO SE A SITUAÇÃO EMERGENCIAL FOI GERADA POR FALTA DE PLANEJAMENTO, DESÍDIA OU MÁ GESTÃO, HIPÓTESE QUE, QUEM LHE DEU CAUSA SERÁ RESPONSABILIZADO NA FORMA DA LEI."**

25. Através do fundamento da referida ON, pode-se perceber que foi reconhecida a possibilidade de se promover a contratação direta de bens, serviços e obras emergenciais, mesmo que decorrente de má gestão ou desídia, devendo, contudo, ser apurada a responsabilidade de quem deu causa.

26. Por outro lado, a contratação direta somente pode abarcar os bens necessários ao atendimento da situação emergência. A Administração somente está autorizada a contratar, por dispensa, os bens, serviços e obras estritamente necessários ao afastamento da situação emergencial.

27. Além disso, a caracterização de situação emergencial, que autoriza o procedimento de dispensa de licitação, deve estar demonstrada no respectivo processo administrativo, evidenciando que a contratação imediata é a via adequada e efetiva para eliminar iminente risco de dano ou de comprometimento da segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares. Não se presta a esse fim a presença de pronunciamento técnico apontando a existência de graves problemas estruturais, se a interdição do local, por si só, suspenderia eventual risco à segurança dos frequentadores, e descaracterizaria a situação de urgência, possibilitando a realização do devido procedimento licitatório:

> "Recursos de Reconsideração interpostos por pareceristas jurídicos da Prefeitura de Natal/RN requereram a reforma do Acórdão 513/2013-Plenário, por meio do qual os responsáveis foram sancionados com multa, em virtude da emissão de parecer jurídico favorável à contratação emergencial por dispensa de licitação, sem que restasse caracterizada a urgente necessidade da realização das obras de reforma do Estádio Machadão, naquela localidade. Os recorrentes alegaram, fundamentalmente, que emitiram os pareceres com base em laudos técnicos que teriam atestado as más condições estruturais do estádio. O relator, ao examinar as razões aduzidas pelos recorrentes, reiterou o Voto condutor da deliberação recorrida, relembrando que "embora tenham sido invocados a manifestação e o laudo elaborados, respectivamente, pelo Setor de Engenharia da Secretaria de Esporte e Lazer e pelo Corpo de Bombeiros para justificar a contratação emergencial, em razão das más condições estruturais do estádio, a interdição do local bastaria para mitigar eventual riscos". Acrescentou que, "para que se caracterize a situação emergencial deve restar evidente no respectivo procedimento de dispensa que a contratação imediata é a via adequada e efetiva para eliminar iminente risco de dano ou de comprometimento da segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares". Ao se reportar ao caso concreto, o relator observou, em consonância com análise da unidade técnica, que "a urgência, como pressuposto para a contratação direta da obra, deveria se traduzir, por exemplo, em risco de desabamento, com a explicitação nos laudos técnicos quanto à necessidade imediata de realização de obras de reparo em face do risco maior de perda de instalações". Em que pese os laudos técnicos indicarem a existência de graves problemas estruturais, ressaltou o relator que "eles apenas apontavam como solução para o problema a interdição do local, de modo que tal providência ... 'suspenderia, por si só, eventual risco à segurança dos frequentadores, e descaracterizaria a situação de urgência, possibilitando o regular procedimento licitatório'". Considerando a improcedência dos argumentos dos recorrentes, o Tribunal, alinhado ao voto do relator, decidiu conhecer dos recursos e, no mérito, negar-lhes provimento, mantendo inalterada a deliberação recorrida" (Acórdão 1162/2014 Plenário, TC 004.063/2008-4, relator Ministro José Jorge, 7.5.2014). (grifo nosso)

DA DISPENSA

28. Há controvérsia acerca da contratação direta por dispensa de licitação prevista no inc. IV do art. 24 do Diploma Federal de Licitações e Contratos em razão de situação emergencial, ainda que decorrente de falta de planejamento, desídia ou má gestão.

29. Nesse sentido, a doutrina reconhece que a emergência provocada não tem o condão de afastar a aplicação da regra do inc. IV do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993.

30. O juízo de razoabilidade do instituto da contratação direta por emergência explicita uma congruência lógica entre a situação fática e a providência administrativa para saná-la.

31. A situação de emergência é apurável no mundo fenomênico. A emergência possui diversas causas: caso fortuito, força maior, desídia, falta de planejamento, má gestão, dolo ou culpa de agente público, etc., porém, o efeito é apenas um: o risco de dano a bens jurídicos tutelados pelo Estado, como a vida e a integridade de pessoas e bens. Assim, não há diferença entre emergência oriunda de força maior, ou caso fortuito, e aquela provocada pela desídia ou falta de planejamento, considerados os resultados danosos que o Poder Público tem o dever de evitar. A contratação direta com base no inc. IV do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, visa efetivamente a afastar os efeitos das emergências e não suas causas.

32. Em relação à proporcionalidade, também não se sustenta o entendimento de descaracterização da circunstância de emergência quando derivada da desídia ou falta de planejamento.

33. Não se pode supor que o Poder Público coloque em risco a vida, a saúde, a integridade de pessoas, o patrimônio público, entre outros interesses tutelados pelo Estado, em favor do princípio licitatório. O administrado não pode ser sacrificado em prol de um procedimento, que só existe para buscar a isonomia e a economicidade na satisfação das demandas administrativas.

34. O objeto contratado emergencialmente deve ser adequado para afastar o dano ou risco iminente às pessoas ou bens, ainda que se verifique um sacrifício ao princípio licitatório, porquanto se opera um resultado útil de preservação de outros bens juridicamente tutelados pelo Poder Público.

35. Aliás, tal ponderação de interesses o próprio Legislador já a efetuou, tendo em vista que o dispositivo do inc. IV do art. 24 do Diploma de Licitações não excepciona a circunstância da emergência decorrente de desídia ou de falta de planejamento.

36. Em suma, caracterizada a circunstância emergencial, independentemente de suas causas, verificada a adequação entre a contratação que se pretende levar a efeito, como medida saneadora da emergência, aplica-se o disposto o inc. IV do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, sem prejuízo da apuração da responsabilidade do agente público que lhe u causa, total ou parcialmente. De recomendar-se, também, na ocorrência da hipótese, a instauração imediata de certame licitatório. Essa posição é reverenciada no Acórdão 1.876/2007-Plenário"

37. O Tribunal de Contas da União (ver Informativos de Jurisprudência sobre Licitações e Contratos nºs 61 e 65) assim já se manifestou:

> **Para o fim de enquadramento na hipótese de dispensa de licitação prevista no inc. IV do art. 24 da Lei 8.666/1993 não há que se fazer distinção entre a emergência resultante de fato imprevisível e a decorrente da incúria ou desídia administrativa, desde que devidamente caracterizada a urgência de atendimento à situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares**
>
> "*A situação prevista no art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93 não distingue a emergência real, resultante do imprevisível, daquela resultante da incúria ou inércia administrativa, sendo cabível, em ambas as hipóteses, a contratação direta, desde que devidamente caracterizada a urgência de atendimento a situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares*". Com esse entendimento, o Tribunal julgou improcedente representação contra a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – (Chesf), acerca de irregularidades na contratação de empresa, para a prestação de serviços na área de propaganda e publicidade, por meio de processo de dispensa de licitação fundamentada no art. 24, inciso IV, da Lei n.º 8.666/1993 (situação emergencial). Para a unidade técnica, na espécie, o uso da dispensa de licitação teria se revelado indevido, pois "*a caracterização da suposta situação emergencial não restou fundamentada em fatos novos e imprevisíveis, mas em situação decorrente de omissão do agente público, que não providenciou a licitação em tempo hábil*". Na instrução do processo, informou-se que serviços não relacionados a essas campanhas também teriam sido contratados por meio de dispensa de licitação, amparada na emergência. Propôs-se, então, que os responsáveis pela contratação emergencial, supostamente irregular, fossem apenados com multa. O relator, todavia, dissentiu do encaminhamento. Segundo ele, "*há que se separar a ausência de planejamento da contratação emergencial propriamente dita, tratando-as como questões distintas*". Nesse quadro, a contratação emergencial ocorreria "*em função da essencialidade do serviço ou bem que se pretende adquirir, pouco importando os motivos que tornam imperativa a imediata contratação*". Assim, "*na análise de contratações emergenciais não se deve buscar a causa da emergência, mas os efeitos advindos de sua não realização*". A partir da verificação desses efeitos, caberia à Administração sopesar a imperatividade da contratação emergencial e avaliar a pertinência da aplicação da excepcionalidade permitida pelo art. 24, IV, da Lei de Licitações. No caso concreto, o relator entendeu que "*a contratação emergencial se caracterizou, sobretudo, pela necessidade de não interrupção dos serviços de publicidade de utilidade pública*", os quais, para, ele, dizem respeito a uma área que "*está*

relacionada com a divulgação de serviços que tenham como objetivo informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar segmento ou toda a população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, visando à melhoria em sua qualidade de vida". Aditou que a principal atividade prevista na área de serviços de publicidade de utilidade pública era a campanha de prevenção de queimadas, destacando que "*incêndios em canaviais existentes sob linhas de transmissão da Chesf têm provocado, no período da colheita, interrupção no fornecimento de energia elétrica, principalmente em Pernambuco e Alagoas. A campanha que a Chesf vem fazendo nas últimas décadas, através de emissoras de rádio e televisão, contribui decisivamente para a redução dos desligamentos*". Consignou o relator, ainda, que à época da queima dos canaviais no nordeste do país, os desligamentos de linhas de transmissão, em decorrência de tais queimadas, apresentaria acentuado crescimento, caracterizando situação que poderia ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, fato que autorizaria a utilização da contratação direta prevista no art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93. Em face do exposto, o Plenário manifestou sua anuência, acompanhando o relator no entendimento de que a representação não mereceria ser provida. ***Acórdão n.º 1138/2011-Plenário, TC-006.399/2008-2, rel. Min. Ubiratan Aguiar, 04.05.2011***

Na utilização do inciso IV do art. 24 da Lei 8.666/1993 como fundamento da contratação direta, as obras e/ou serviços contratados devem estar adstritos ao necessário para que se evitem maiores danos ao erário

Denúncia, com pedido de medida cautelar, foi formulada ao Tribunal por conta de supostas irregularidades perpetradas no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - (IFPI), atinentes à conclusão da obra do Campus Paulistana, na cidade de Paulistana/PI, dentre as quais, de acordo com o relator, estaria a utilização do inc. IV do art. 24 da Lei 8.666/1993 (dispensa de licitação amparada na emergência) para a contratação de todo restante da obra. Para ele, "*não se pode olvidar que 'licitação' é regra, ao passo que 'contratação' direta é exceção, a ser devidamente motivada*". Poder-se-ia até admitir em situações dessa natureza, emergenciais, sempre mediante justificativa, a contratação de partes da obra ou de alguns serviços mais específicos, cuja não finalização em caráter de urgência pudesse causar sérios danos à estrutura já edificada, acarretando, por exemplo, a deterioração dos bens já empregados na obra. Assim, vislumbrou o relator, em juízo de cognição sumária, além de outras, irregularidade na decisão do IFPI em contratar todo o restante da obra, com fundamento no inc. IV do art. 24 da Lei 8.666/1993. Por conseguinte, concluiu pela necessidade de adoção de medida cautelar para que se determinasse ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí que se abstivesse de celebrar o contrato emergencial para conclusão da obra do Campus Paulistana/PI, decorrente do procedimento previsto no "edital de consulta", até que o Tribunal delibere sobre o mérito da matéria. Precedente citado: Decisão nº 347/1994, do Plenário. ***Decisão monocrática no TC-014.245/2011-6, rel. Min. José Jorge, 1º.06.2011.***

38. Seguem outros julgados do Tribunal de Contas da União pertinentes à matéria, retirados de seu Caderno de Licitações e Contratos (Licitações e contratos: orientações e jurisprudência do TCU /Tribunal de Contas da União. – 4. ed. rev., atual. e ampl. – Brasília : TCU, Secretaria-Geral da Presidência : Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2010), disponibilizado em seu endereço eletrônico na *internet* (www.tcu.gov.br), os quais abordam aspectos importantes a serem considerado pelo gestor:

"A contratação direta, por dispensa de licitação, fundamentada no permissivo contido no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993, sem que haja demonstração da alegada circunstância emergencial, justifica, em regra, a apenação dos agentes por ela responsáveis com a multa do art. 58 da Lei nº 8.443/1992."**Acórdão 1379/2007 Plenário (Sumário)**

"Admite-se, em caráter excepcional, e com fundamento no interesse publico, contratação emergencial da prestação de serviços que não possam sofrer solução de continuidade, desde que justificada adequadamente no respectivo processo e apontados os problemas que poderão advir da paralisação de tais serviços, comprovando-se a ocorrência de prejuízo ao interesse publico. A contratação será apenas durante o prazo necessário para a realização do novo processo licitatório, observando-se o disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/1993."**Acórdão 727/2009 Plenário**

"Observem as condições estabelecidas no inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, e dispensem a licitação, nas hipóteses de emergência ou de calamidade publica, apenas quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os

bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, sendo vedada qualquer prorrogação dos respectivos contratos." **Acórdão 2254/2008 Plenário**

Indique a efetiva urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens quando de contratações emergenciais, nos termos do art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993. **Acórdão 1573/2008 Plenário**

"Zele para que os processos de dispensa de licitação, motivados por situação emergencial (art. 24, IV, da Lei nº 8.666/1993), sejam necessariamente justificados, e comunicados dentro de três dias a autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de cinco dias, como condição para eficácia dos atos, instruindo-os com os seguintes elementos:

• caracterização da situação emergencial ou calamitosa que tenha justificado a dispensa, quando for o caso;

• razão da escolha do fornecedor ou executante; e

• justificativa do preço, conforme disposto nos arts. 37, caput, da Constituição Federal e 26, caput, parágrafo único, incisos I, II e III, da Lei no 8.666/1993. **Acórdão 2387/2007 Plenário**

"Efetue planejamento adequado das contratações, de modo a realizar tempestivamente os respectivos procedimentos licitatórios e evitar que a prestação dos serviços ou o fornecimento de bens ocorram sem amparo contratual, contrariando o art. 60, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993, ou que seja firmado ajuste emergencial, em desacordo com as hipóteses contempladas no art. 24, inciso IV, da citada lei.**Acórdão 890/2007 Plenário**

"Devem ser observados, quando da contratação emergencial, os seguintes preceitos: podem ser contratados somente os serviços imprescindíveis • a execução das atividades essenciais ao funcionamento do órgão, devendo a contratação emergencial subdividir-se nas mesmas modalidades de serviço que serão objeto da licitação para a contratação definitiva;

• imprescindibilidade dos serviços e a essencialidade das atividades devem estar expressamente demonstradas e justificadas no respectivo processo;

• a contratação somente poderá vigorar pelo tempo necessário para se concluir as novas licitações dos serviços de informática a serem promovidas, não podendo ultrapassar o prazo previsto no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993;

• a medida em que forem firmados os novos contratos, devera ser encerrada a respectiva prestação de serviços exercida no âmbito do contrato emergencial;

• deverão ser observadas as disposições relativas as contratações emergenciais, em especial aquelas contidas no art. 26 da Lei nº 8.666/1993 e na Decisão 347/1994 Plenário.**Acórdão 667/2005 Plenário**

39. Sobre o tema, no que diz respeito aos requisitos autorizadores da dispensa da licitação, nos termos do art. 24, IV, da LLCA, podemos trazer a lume também as valiosas lições de Marçal Justen Filho:

"Para dispensa de licitação, incumbe à Administração avaliar a presença de dois requisitos:

a) Demonstração concreta e efetiva da potencialidade de dano: a urgência deve ser concreta e efetiva. Não se trata de urgência simplesmente teórica. Deve ser evidenciada a situação concreta existente, indicando-se os dados que evidenciam a urgência. Suponha-se, por exemplo, uma aquisição de medicamentos a ser efetivada pela Administração Pública. Colocada a questão em termos gerais, nunca caberia licitação. Sempre seria possível argumentar que a demora na aquisição de medicamentos traria prejuízos à saúde pública. Como decorrência, a aquisição de medicamentos nunca se sujeitaria à prévia licitação.A solução é claramente equivocada, eis que o fundamental reside na relação entre a necessidade a ser atendida e a solução concreta adequada. (...) A demonstração da necessidade concreta significa que a Administração deve indicar as quantidades necessárias de medicamentos para atender aos doentes e as quantidades de que se dispõe em estoque.(...)

b) Demonstração de que a contratação é via adequada e efetiva para eliminar o risco: a contratação imediata apenas será admissível se evidenciado que será instrumento adequado e eficiente de eliminar o risco. Se o risco de dano não for suprimido através da contratação, inexiste cabimento da dispensa da licitação. Trata-se, portanto, de expor a relação de causalidade entre a

ausência de contratação e a ocorrência de dano – ou, mais precisamente, a relação de causalidade entre a contratação e a supressão do risco de dano. (...). A contratação deverá inserir-se em uma linha de atuação mais ampla da Administração Pública. Em um país de enorme carências como o Brasil, há emergências e urgências permanentes. Não basta alegar a existência da emergência, mas é necessário demonstrar que a contratação se afigura como instrumento efetivo de atendimento tais carências."

40. Lucas Rocha Furtando, em sua obra Curso de Licitações e Contratos Administrativos, 2ª Edição revista e ampliada, Editora Fórum, defende a linha de que "admitir que a inércia do administrador possa criar situação emergencial que venha legitimar a contratação direta significa, na prática, abrir as portas para todo o tipo de desmando em matéria de licitação. Esse tipo de raciocínio transformaria todas as regras e princípios constitucionais e legais acerca do tema em letra morta. Admitir que o contrato decorrente da contratação direta justificada por situações emergenciais criadas pela desídia do administrador seja válido, e buscar apenas a punição desse administrador negligente, é entendimento que legitima o conluio entre o administrador e empresa ou profissional contratado".

41. Contudo, esse não é o ensinamento de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (Contratação direta sem licitação, p. 178/179), que entende que "efetivamente se ficar caracterizada a emergência, e todos os outros requisitos estabelecidos nesse dispositivo, pouco importa que a mesma decorra da inércia do agente da Administração ou não! Caracterizada a tipificação legal, não pode a sociedade ser duplamente penalizada pela incompetência dos servidores públicos ou agentes políticos: dispensa-se a licitação em qualquer caso."

42. O Órgão assessorado deve demonstrar, portanto, além da necessidade imperiosa na contratação emergencial, a efetividade em impedir os riscos que a não contratação emergencial acarretaria, indicando as medidas concretas para evitar o dano. Dano este que deve estar devidamente justificado e demonstrado.

43. Para evitar abusos na utilização da contratação direta ao argumento da emergência, o TCU (Acórdão nº 300/2004, Plenário, relator Ministro Ubiratan Aguiar) já se manifestou no seguinte sentido:

"Não se admite o pressuposto fático teórico como argumento para contratação urgente por dispensa, pois a emergência tem que ser concreta e imediata, a exemplo do desabamento de parte do muro de um presídio, possibilitando a fuga de presos. Nessa hipótese estaria autorizada a contratação por dispensa, apenas para as obras e serviços necessários à contenção da situação emergencial, sem prejuízo de realizar processo licitatório para reformar todo o muro do presídio à posteriori."

44. A contratação emergencial depende, portanto, da efetiva presença da situação emergencial, caracterizadora da imprescindível dispensa, por não ser possível esperar a realização de licitação, sob pena de ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, serviços, equipamentos e outros bens públicos, sendo que o objeto (incluído o quantitativo) da contratação deve se restringir ao estritamente necessário para o atendimento da situação emergencial, ou seja, apenas o indispensável até que se finde o prazo de uma licitação, cujo processo deve ser deflagrado também imediata e concomitantemente, para que a contratação emergencial não perdure além desse tempo e da efetiva necessidade.

45. Não é porque eventualmente exista uma situação específica realmente emergencial, que se pode aproveitar e contratar para o ano inteiro ou que no seu objeto sejam incluídos serviços para todos os bens similares, sem que todo o objeto (bens e/ou serviços) justifique a contratação emergencial, quando se pode esperar uma nova licitação, o que deve ser considerado por esse órgão consulente.

46. Cabe, então, ao órgão público, especificamente ao gestor, a comprovação e a justificativa da situação emergencial, que é quem conhece a realidade vivenciada, e somente deve agir conforme a estrita necessidade da contratação emergencial, a ser atestada devidamente, nos termos do artigo 24, IV da Lei nº 8.666/93, agindo, nos casos de dispensa e inexigibilidade, com extrema cautela, atuando com rigor na verificação e comprovação dos requisitos estatuídos na legislação, de forma a restar sobejamente demonstrada a ocorrência de real hipótese de dispensa de licitação, segundo os requisitos estabelecidos na lei. Não basta ao órgão contratante indicar o dispositivo aplicável. É necessário que seja demonstrado, fundamentadamente, a presença dos requisitos legais na situação sob exame. A obrigação de justificar está no artigo 26 da Lei de Licitações, e o atendimento desse dever legal é a base da dispensa de

licitação ou declaração de uma inexigibilidade, uma vez que o gestor é responsável pela demonstração da legalidade e regularidade da despesa (artigo 113 da Lei nº 8.666/93).

47. Como se vê, a contratação direta por dispensa de licitação fundamentada na situação emergencial é medida a ser adotada com cautela pelo Administrador Público. O cuidado diz respeito não apenas à decisão de dispensar a licitação, mas também quanto à observância dos requisitos dessa contratação, conforme discorrido nos parágrafos acima. Em resumo, segue uma lista dos principais cuidados a serem adotados pelo Gestor:

> a) dispensar a licitação apenas em casos de emergência ou de calamidade pública;
>
> b) verificar se a necessidade de urgência no atendimento dessa situação está relacionada ao risco de ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens públicos ou particulares;
>
> c) certificar-se de que o risco, além de concreto e efetivamente provável, se mostre iminente e especialmente gravoso;
>
> d) ter em mente que - em Direito - a emergência está relacionada ao instituto da necessidade (Estado de Necessidade);
>
> e) assegurar-se de que a contratação direta e imediata é a via adequada e eficaz para eliminar o risco advindo da emergência ou da calamidade;
>
> f) cuidar para que a contratação direta de determinadas obras, serviços ou compras siga especificações e quantitativos tecnicamente apurados com o fim exclusivo de afastar, de modo adequado, efetivo e eficiente, o risco iminente detectado;
>
> g) restringir a contratação direta apenas ao objeto necessário ao atendimento da situação emergencial – a Administração somente está autorizada a contratar, por dispensa, os bens, serviços e obras estritamente necessários ao afastamento da situação emergencial; e
>
> h) apurar, concomitantemente à contratação, se a situação emergencial foi gerada por falta de planejamento, desídia ou má gestão, promovendo (se for o caso) a responsabilização de quem lhe deu causa, na forma da Lei.

48. No presente caso, a situação emergencial é justificada no documento SEI 11485391 e item 2 do Termo de Referência (SEI 11659568), de onde se depreende ser imprescindível e indispensável, e a possibilidade de dano à Administração, conforme afirmações apresentadas, *verbis:*

> (SEI 11659568)
>
> "JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO
>
> - Considerando que a após intenso temporal e vendaval na cidade de Manaus/AM a Cia Com Sl, SU desta OM, sofreu danos patrimoniais, consideráveis, que estão pondo em risco a integridade física doseu pessoal e dos materiais acondicionados nesta dependência;
>
> ll - Considerando ainda que a Cia Com Sl detém o material rádio empregado no Comando e Controledas operações de todo o Comando Militar da Amazônia e que o teto da sala rádio está com infiltraçõespor causa do problema no telhado, reveste-se de importância que tal contratação seja pelamodalidade de dispensa de licitação. Íudo com o objetivo de dar celeridade à solução definitiva doproblema;
>
> lll - Assim sendo, o Comando Militar da Amazônia irá contratar empresa com objetivo de reparar o telhado do pavilhão Cia Com Sl, considerando a urgência referente aos fatos já mencionados e ao agravo das infiltrações na Sala Rádio, local onde fica a maior parte do material CL Vll da OM.Não obstante a contratação seja alicerçada sem a disputa (loto sensu), não se pode olvidar, entretanto,que está requisição se apoie firmemente em princípios explícitos e implícitos que regem o atuaradministrativo, tais como os da legalidade, eficiência, economicidade, razoabilidade,proporciona lidade, publicidade, moralidade e, notadamente, o da "isonomia", na medida que a contratação do serviço de reparação do telhado (Pavilhão de uma Cia) do 1e Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica de Selva (1e B Com GE Sl), a ser executada pela empresa A F S DEMORAIS COMERCIO (CNPJ 42.545.548/0001-67) obedeceu a critérios de disputa (stricto sensu) de buscar a proposta mais vantajosa à administração.2.4 Justificativa da escolha do fornecedor: A empresa a ser contratada

possui capacidade técnica compatível com a complexidade e o porte do objeto pretendido e atende aos requisitos relacionados à habilitação .jurídica e à qualificação econômico-financeira necessárias, a proposta apresentada pela empresa a ser contratada atende satisfatoria mente às especificações técnicas estabelecidas para o atendimento às reais necessidades da Administração, conforme descritas no projeto básico.A empresa foi escolhida por apresentar o menor preço para a prestação do serviço de reparação do telhado e estando o objeto atendendo as necessidades da Administração (proposta mais vantajosa).contratada (cNpJ / RAzÃo soCtAL): 42.545.548/0001-67

49. Sugere-se, porém, que seja explicada pormenorizadamente a situação emergencial, ou seja, quais prejuízos e danos adviriam com a não contratação imediata do serviço, a relação do serviço com as atividades institucionais do órgão público, dizendo o que seria inviabilizado e prejudicado se se aguardasse um certame licitatório, e não fosse realizada a contratação emergencial, para que reste suficientemente justificada a situação emergencial, e sejam atendidas as prescrições legais e doutrinárias acima relatadas, acerca da justificativa e da demonstração da inafastabilidade concreta do contrato emergencial.

50. Ainda assim, resta ao órgão consignar expressamente se :

a) a contratação do serviço contém especificações e quantitativos tecnicamente apurados com o fim exclusivo de afastar, de modo adequado, efetivo e eficiente, o risco iminente detectado;

g) a contratação direta está restrita apenas ao objeto necessário ao atendimento da situação emergencial, ou seja, estritamente necessários ao afastamento da situação emergencial.

51. Apenas se atestados esses requisitos é que a contratação poderá ser realizada.

52. Neste sentido, vale orientar o Administrador para que avalie quais parcelas são as estritamente necessárias ao afastamento da situação emergencial, excluindo-se do objeto itens ou parcelas que não sejam destinadas ao afastamento da emergência.

53. Assim, mesmo que justificada suficientemente a presença da situação emergencial, segundo sobredito, a sua abrangência deve corresponder ao necessário e, no máximo, ao que já estava antes contratado, nada poderá ser acrescido.

TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO

56. O Termo de Referência, devidamente aprovado pela autoridade competente, constitui documento inaugural da contratação, na medida em que se presta à orientação do futuro contratado, com relação àquilo que deverá fornecer, assim como da própria Administração, que com ele define exatamente as necessidades a serem atendidas mediante a celebração do ajuste.

57. No presente caso, o Termo de Referência foi juntado (fls.96), entretanto não encontra-se aprovado pela autoridade competente, o que deve ser providenciado.

58. Muito embora o caso seja de dispensa de licitação, cumpre lembrar que a **definição precisa e clara** do objeto é essencial para a lisura do processo, valendo trazer à baila, sobre o tema, a **Súmula nº 177 do Tribunal de Contas da União**, assim redigida:

"A definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui regra indispensável da competição, até mesmo como pressuposto da igualdade entre os licitantes, do qual é subsidiário o princípio da publicidade, que envolve o conhecimento, pelos concorrentes potenciais das condições básicas da licitação, constituindo, na hipótese particular da

licitação para compra, a quantidade demandada uma das especificações mínimas e essenciais à definição do objeto do pregão."

59. Recomenda-se, assim, que o órgão assessorado analise as disposições do Termo de Referência, de forma a deixar absolutamente claro, o escopo do objeto licitado, explicitando como será a sistemática de pagamento e justificando a sistemática adotada, com a demonstração de sua pertinência/vantajosidade para a Administração.

60. E sem embargo das observações já referenciadas, há que se ter presente que, em razão de seu teor naturalmente técnico, o exame dos termos de referência, em geral, escapa da competência deste Órgão Consultivo, segundo já salientado.

61. Cabe então ao órgão consulente confirmar se todas as exigências e especificações necessárias à correta especificação e execução do serviço e do modelo de termo de referência disponibilizado pela AGU, em seu endereço eletrônico, para o tipo de contratação que é objeto desta licitação, se estão devidamente prescritas, porque esta subscritora não possui condições de examinar a pertinência e suficiência do termo de referência, considerando a sua característica técnica. De qualquer sorte, nada impede, porém, que sejam propostas alterações ou complementações, para que o termo de referência siga, no que couber, as disposições legais, e ainda para que se eliminem eventuais incongruências em sua redação.

62. Ainda em relação ao detalhamento dos custos, que deriva da especificação do objeto, cabe ao órgão interessado, conforme sobredito, verificar a pertinência da caracterização completa do objeto, de forma a espelhar a real necessidade da Administração, pois assunto técnico.

63. Nessa questão, lembro que as especificações hão que conter as características técnicas e objetivas usualmente adotadas, de forma a permitir uma efetiva competição entre as licitantes (isonomia), e possibilitando assim uma correta identificação, sem indefinições capazes de frustrar o caráter competitivo, a fim de evitar cotações de produtos diversos, que não tenham as mesmas características e qualidades, e nem caracterizar o objeto de forma que direcione à aquisição de produtos de marca específica, e muito menos exigir, indicar que o produto seja de determinada marca (artigos 14 e 15, § 7º, I da Lei de Licitações; artigo 3º, II da Lei nº 10.520/02; e artigo 9º, I do Decreto nº 5.450/05), fato a ser observado pelo órgão consulente.

RAZÃO DA ESCOLHA FORNECEDOR OU EXECUTANTE.

64. É imperioso que Administração aponte a escolhida e os critérios desta escolha, nos termos do art. 26, parágrafo único, inciso II. Tal exigência tem por objetivo assegurar a observância do princípio da impessoalidade.

66. A pesquisa de preços, sua consolidação e verificação da justeza dos preços apresentados (pertinência econômica com o que é realmente praticado no mercado) cabem ao órgão consulente, pois questão administrativa.

REGULARIDADE FISCAL.

67. No que tange à regularidade fiscal, tanto a doutrina como a jurisprudência do TCU são uníssonos no sentido de que, mesmo nos casos de contratação direta, devem ser exigidas a comprovação de regularidade junto à Fazenda Federal, o INSS e o FGTS. Além disso, com o advento da Lei nº 12.440, de 2011, sobreveio também a necessidade de comprovação de regularidade trabalhista, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT. Cabe ao administrador, pois, zelar pela efetiva validade dessas certidões na ocasião da contratação.

68. As certidões de regularidade junto a Fazenda Estadual ou Municipal são exigidas de acordo com o objeto licitatório.

69. Ressalte-se que é essencial, também, a declaração relativa ao cumprimento do disposto no artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal, nos termos do artigo 27, V, da Lei. 8.666, de 1993.

70. Em vista da exigência imposta no art. 6º, III, da Lei nº 10.522/2002, deve ser observado o teor da Orientação Normativa Interna n. 02, da CJU/SP, consultando-se previamente o CADIN e o CEIS e consulta ao cadastro nacional de condenações cíveis por atos de improbidade administrativa mantido pelo Conselho Nacional de Justiça.

71. Ademais, quanto a habilitação jurídica, cabe a empresa contratada apresentar os documentos pertinentes, quais sejam:

i) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

ii) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

iii) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

iv) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;

v) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

72. In casu, verifica-se quefora m juntada as certidões da empresa a ser contratada. Regular, neste aspecto, o processo.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

73. Verificamos que foi juntada a certificação de disponibilidade orçamentária nos presentes autos.

74. Segundo o art. 30 do Decreto 5.430/2005, é necessário que o processo licitatório seja instruído com a previsão de recursos orçamentários e a indicação das respectivas rubricas, de modo que cabe ao gestor atentar para a necessidade de somente efetuar despesas previamente autorizadas, sob pena de responsabilidade funcional, tudo em homenagem ao disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000, que determina presumirem-se "não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam ao disposto nos arts. 16 e 17".

75. Além disso, o pagamento de despesas mediante a utilização de recursos de programas de trabalho não mpatíveis com sua finalidade própria, mesmo em caso de insuficiência de crédito no programa específico, caracteriza remanejamento ilícito de despesas, em desacordo com o disposto no art. 167, inciso VI, da Constituição Federal e o art. 17 do Decreto nº 93.872, de 23/12/1985, que vedam a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos, de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa. Compete ao ordenador de despesas do Órgão verificar e declarar a adequação da origem do recurso para os pagamentos de despesas por ele autorizados, sob pena de eventual responsabilização pessoal pelo remanejamento ilícito.

76. Não compete ao Procurador Federal signatário apreciar a exatidão da declaração orçamentária do Ordenador de Despesas, dotada de fé-pública (presunções de legalidade, veracidade e legitimidade dos atos públicos), em razão da falta de conhecimento técnico adequado para tal, considerando-se ainda que, nos termos do art. 71, II da CF/88, compete privativamente ao TCU julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da Administração direta e indireta.

TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO

77. A minuta do Termo de Contrato foi anexada. Deverão ser observadas, outrossim, as disposições inseridas no termo de referência, a fim de que haja compatibilidade entre os documentos que disciplinam a contratação.

78. A minuta em análise deverá fixar o prazo de vigência em **até** 180 (cento e oitenta) dias e deverá justificar o prazo de vigência assinalado e manter a previsão de eventual interrupção [rescisão] do contrato, caso a

licitação [pregão] se encerre antes do prazo de vigência expirar.

FL 124
GCALC CMA

79. Por fim, todas as exigências devem estar previstas no termo de referência.

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA

80. Importante salientar que a Administração deverá se ater às exigências expressas no *caput* do art. 26, da Lei 8.666/1993, o qual reclama a ratificação do ato de dispensa e inexigibilidade pela autoridade superior e **sua publicação na imprensa oficial**, *verbis*:

> *"Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de* ***inexigibilidade*** *referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial,* ***no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.*** (Grifamos).

81. Assim, registramos que em última instância a presente dispensa deve estar devidamente autorizada pela autoridade máxima do órgão, em obediência ao disposto no art. 26, caput da Lei nº 8.666/93.

82. Por fim, apenas enfatizamos que o consulente deve medir todos os esforços possíveis para que a licitação seja efetivada no menor tempo possível, e que a contratação por via direta, fundamentada no art. 24, IV, da Lei de Licitações e Contratos, seja a última solução a ser adotada, e pelo menor tempo possível.

III - CONCLUSÃO

83. Em face do exposto, **opinamos**, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, **pela possibilidade jurídica do prosseguimento do presente processo desde que sanadas todas as recomendações lançadas neste parecer.**

RODRIGO CÉSAR AGUIAR VIVAS
ADVOGADO DA UNIÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em http://sapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 65306001984202271 e da chave de acesso 1c6f0a5b

GCALC GU MANAUS Fl. 15

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
(Comando de Elementos de Fronteira – 1948)

Nota de correção

Assunto: Registro de providências decorrentes do PARECER nº 00569/2022/NJUR/E-CJU/ENGENHARIA//CGU/AGU.
Referência: Dispensa de Licitação nº 27 /2022(Processo Administrativo n.º 65306.001984/2022-71)

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de manifestação, considerações e registro das providências adotadas pela GCALC-CMA, em consideração às recomendações da CJU_AM, contidos no PARECER em epígrafe relativos à análise da Dispensa de Licitação nº 27 /2022 – **Serviço de reparo de telhado, conforme condições, exigências e estimativas estabelecidas no Termo de Referência, no valor total estimado de R$ 244.862,72(duzentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e dois reais e setenta e dois centavos)**.

2. Inicialmente, assim se manifestou o órgao consultivo acerca do processo:*"Em fase do exposto, **opinamos**, nos limites ds análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, **pela possibilidade jurídica do prosseguimento do presente processo desde que sanadas todas as recomendações lançadas neste parecer**".*

3. *Após obverção do parecer da CJU_AM (fls.111/124), foram detectadas as pendências a serem sanadas, e na ocasião a Comissão de Obras da 12ª Região Militar, elaborou relatório técnico (fls.126/128) observando todas as exigências necessárias, sinalizando parecer técnico positivo para o prosseguimento da execução da reparação do telhado, desde que a administração do 1º Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica de selva, atenta-se para algumas recomendações. Mediante tal solicitação o 1º B Com GE SI elaborou relatório (fls.152/153) atentando as recomendações para execução do serviço da reparação do telhado.*

CONCLUSÃO

4. Em conformidade coma previsão do art. 50, VII, da Lei 9784/99, foram tomadas as devidas providências ao longo desta nota de correção.

5. Em relação às recomendações exaradas pelo PARECER, esta nota apresenta subsídios a esta Chefia e sugere que, caso atendidas e/ou respondidas as recomendações, dê-se prosseguimento ao certame licitatório.

Manaus-AM, 31 de maio de 2022.

SANDRO ROGÉRIO FERREIRA GOMES – Cel Veterano (R/1)
Ordenador de Despesas do Cmdo CMA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 12ª REGIÃO MILITAR
(COMISSÃO DE OBRAS CORONEL PAULO NUNES LEAL)

Relatório nº 43-Sec Tec/CRO/12

Manaus, AM, 13 de maio de 2022.

1. ORIGEM

Resposta ao PARECER n. 00569/2022/NJUR/E-CJU/ENGENHARIA/CGU/AGU referente à Dispensa de Licitação para contratação de empresa para executar reparação do telhado (Pavilhão de uma Cia) do 1º Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica de Selva (1º B Com GE Sl), em Manaus/AM.

2. REFERÊNCIAS

- PARECER n. 00569/2022/NJUR/E-CJU/ENGENHARIA/CGU/AGU

3. AVALIAÇÃO

ITEM 25

A administração do 1º B Com GE Sl deverá atentar-se a esta recomendação.

ITEM 26

A presente contratação trata-se apenas dos serviços estritamente necessários para o afastamento da situação emergencial descrita no item 2 do Termo de Referência.

ITEM 42

FL 126
GCALC CMA

O item 2 do Termo de Referência foi atualizado a fim de demonstrar com mais clareza a necessidade da contratação emergencial, bem como a efetividade em impedir os riscos associados à não realização da dispensa de licitação.

ITEM 49

O item 2 do Termo de Referência foi melhor redigido a fim de demonstrar de maneira pormenorizada a situação emergencial e os danos decorrentes da não contratação em caráter emergencial.

ITEM 50

Foi adicionado de maneira expresa ao Termo de Referência.

ITEM 52

Tal recomendação foi observada conforme texto inserido no item 3 do Termo de Referência e justificativa do item 26 deste relatório.

ITEM 57

A administração do 1° B Com GE Sl deverá atentar-se a esta recomendação.

ITEM 59

A forma de pagamento é conforme itens 1.4 e 16 do Termo de Referência.

ITEM 72

A administração do 1° B Com GE Sl deverá atentar-se a esta recomendação.

4. CONCLUSÃO

Do exposto na parte anterior deste relatório e conforme item 82 do PARECER em análise, sou de parecer que o processo está adequado no quesito técnico para o prosseguimento, desde que a administração do 1° B Com Sl atente-se às recomendações dos itens 25, 57 e 72.

FL 177
GCA/C CMA

ISAAC SILVA CORREA - 1º Ten
CHEFE DA SUBSEÇÃO DE PROJETOS

"1822-2022 - BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: SOBERANIA E LIBERDADE!"

FL 173
OCA/LC CMA

FL 129
SCALC CMA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
1ºBATALHÃO DE COMUNICAÇÕES E GUERRA ELETRÔNICA DE SELVA

TERMO DE REFERÊNCIA Nº ____/2022
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2022
(Processo Administrativo nº 65306.001984/2022-71)

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa para executar reparação do telhado (Pavilhão de uma Cia) do 1º Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica de Selva (1º B Com GE Sl), em Manaus/AM.

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados no anexo doTermo de Referência.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada Integral.

1.5. O contrato terá vigência pelo período de 120 (cento e vinte) dias, não sendo prorrogável na forma do art. 57, II, da Lei de Licitações.

1.6. O prazo de execução do objeto é de 30 (trinta) dias corridos.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. No dia 15 de abril de 2022 o Comandante do 1º Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica de Selva, fez contato telefônico com o Chefe da Comissão Regional de Obras da 12ª Região Militar para narrar situação que acabara de acontecer. Após intenso temporal e vendaval na cidade de Manaus/AM a Cia Com Sl, SU desta OM, sofreu danos patrimoniais, consideráveis, que estão pondo em risco a integridade física do seu pessoal e dos materiais acondicionados nesta dependência.

2.2. Com o propósito de levantar dados para tomada de decisão, o Comandante do 1º B Com GE Sl fez contato com uma empresa para comparecer ao local e levantar a gravidade da situação, bem como confeccionar o orçamento dos serviços necessários para a reparação. Avaliada a real necessidade de contratação e a urgência dos reparos, a Comissão Regional de Obras prestou apoio para a elaboração dos documentos técnicos necessários para a contratação de urgência. Fotos da situação do local segue como anexo específico a este Termo de Referência.

2.3. Levando em consideração que o pavilhão acometido com o vendaval teve sua construção finalizada no primeiro bimestre de 1970 e que o seu telhado já apresentava o desgaste natural pelo tempo de utilização, identifica-se que a tempestade apenas incrementou prioridade na obra a ser realizada. Dessa forma, o que seria serviço de engenharia a ser contratado por meio de licitação, passou a ter fator adicional. Além disso, há previsão de que na semana seguinte, de 02 a 06 de maio, se inicie o Curso de Formação de Cabos (CFC). Este curso irá possuir militares de todas as Organizações Militares da guarnição de Manaus e a revitalização do telhado é de

fundamental importância para que suas atividades possam ser desenvolvidas com o menor transtorno possível. Destaco que o planejamento do CFC está aprovado pelas Diretrizes de Instrução Militar do Comando Militar da Amazônia.

2.4. Levando em consideração que a Cia Com Sl detém o material rádio empregado no Comando e Controle das operações de todo o Comando Militar da Amazônia e que o teto da sala rádio está com infiltrações por causa do problema no telhado, reveste-se de importância que tal contratação seja pela modalidade de dispensa de licitação. Tudo com o objetivo de dar celeridade à solução definitiva do problema.

2.5. Assim sendo, o Comando Militar da Amazônia irá contratar empresa com objetivo de reparar o telhado do pavilhão Cia Com Sl, considerando a urgência referente aos fatos já mencionados eao agravo das infiltrações na Sala Rádio, local onde fica a maior parte do material CL VII da OM.

2.6. A saúde e integridade de pessoas, bem como de equipamentos removíveis, são preservadas pela simples desocupação do local. Entretanto, a não contratação emergencial, devido ao prazo necessário para efetivação, agravaria o risco ao patrimônio visto que a ausência do telhado causa danos estruturais decorrentes das chuvas com possível comprometimento da edificação, o que poderia elevar os custos para recuperação posterior.

2.7. O referido Pavilhão possui equipamentos instalados de alto valor agregado (investimento do Projeto SISFRON), além de conter os alojamentos e toda a estrutura necessária para o atendimento do exposto no item 2.3 deste Termo de Referência.

2.8. A interdição do local, além dos riscos supracitados, afeta a operacionalidade da tropa, dificultando o manejo das pessoas e equipamentos antes atendidos pelo pavilhão em discussão.

2.9. Por tratar-se de região chuvosa, os riscos são aumentados e é iminente o agravo da situação conforme já redigido nos itens anteriores.Restando a dispensa de licitação em caráter emergência a solução efetiva para eliminar iminente risco de comprometimento e de dano ao patrimônio e equipamentos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A descrição da solução como um todo é a reparação do telhado da Cia afetada, conforme lista de serviços apresentados, anexa a este documento.

3.2. A contratação em tela contém especificações e quantitativos tecnicamente apurados com o fim exclusivo de afastar, de modo adequado, efetivo e eficiente, o risco iminente detectado.

3.3. A contratação direta, de que trata este Termo de Referência, está restrita apenas ao objeto estritamente necessário ao afastamento da situação emergencial.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, a ser contratado diretamente mediante dispensa de licitação, com fulcro no inciso IV do Art. 24 da Lei nº 8.666/1993, dada a urgência de atendimento da situação anteriormente exposta.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n° 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A execução do contrato não gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

FL 131
GCALC CMA

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Serão atendidas todas as normativas técnicas da ABNT pertinentes à execução do objeto.

5.1.2. O objeto deste serviço será tratado como contrato de escopo no qual a contratada se compromete a entregar o objeto proposto por este termo de referência nos moldes estabelecidos pela administração, o que é denominado de contrato de escopo. Sendo assim, serão discernidos os prazos de vigência e de execução do ajuste, de modo que será flexibilizado seu prazo final, exclusivamente em prestígio ao interesse público relacionado à entrega do objeto, sem descuidar das prerrogativas administrativas de fiscalização e de aplicação de eventuais sanções à contratada.

5.1.3. Nos termos do art. 12 da Lei nº 8.666, de 1993, as especificações e demais exigências do projeto básico ou executivo, para contratação de serviços de engenharia, devem ser elaborados visando à economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, tais como:

5.1.3.1. Utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção;

5.1.3.2. Comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução da obra ou serviço.

5.1.3.3. Deve ser priorizado o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação das obras públicas.

5.1.3.4. Devem ser observadas as normas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO e as normas ISO nº 14.000 da Organização Internacional para a Padronização (InternationalOrganization for Standardization), relativas a sistemas de gestão ambiental.

5.1.3.5. Deve ser exigido o uso obrigatório de agregados reciclados nas obras contratadas, sempre que existir a oferta de agregados reciclados, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais.

5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para o cumprimento do contrato.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Não incidem critérios de sustentabilidade na presente licitação, conforme justificativa abaixo:

6.1.1. O serviço consiste de simples reparação de telhas, não gerando impactos significativos ao meio ambiente. No entanto, a contratada deverá dispor de meios adequados para descarte dos materiais a serem descartados.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1. A execução dos serviços será iniciada a partir da assinatura do contrato, ou documento equivalente.

7.1.2. O prazo máximo para a execução do objeto será de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data de assinatura do contrato; e

7.1.3. Prazo de vigência do Contrato será de 120 (cento e vinte) dias corridos, a contar da assinatura do contrato.

8. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

8.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários ao fiel cumprimento dos serviços definidos no Anexo III.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;

9.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;

9.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

9.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto;
9.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
9.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
9.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

9.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

9.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

9.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

9.10. Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

9.10.1. certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

9.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

9.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Executar o contrato conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

10.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços/obras efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida neste Termo de Referência, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.3.1. A responsabilidade de que trata o subitem anterior inclui a reparação por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo, em qualquer caso, a contratada ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade;

10.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7° do Decreto n° 7.203, de 2010;

10.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual/Distrital **OU** Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

10.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

10.7.1. A Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou

índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

10.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.9. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

10.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.11. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

10.13. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

10.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.15. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

10.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

10.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

10.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

10.22. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

10.23. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a"e "b", do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

10.23.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

10.23.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

10.24. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;

10.25. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;

10.26. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

10.27. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

10.28. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

10.29. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;

10.30. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

10.31. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

10.32. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;

10.33. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

10.33.1. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);

10.34. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

10.35. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro

de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

10.36. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referênciae seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

10.37. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto n° 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

10.38. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4°, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP n° 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

10.38.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

10.38.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei n° 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA n° 5, de 15/03/2014, e legislação correlata;

10.38.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria n° 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA n° 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

10.38.3.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

10.39. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4°, §§ 2° e 3°, da Instrução Normativa SLTI/MP n° 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

10.39.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

10.39.2. Nos termos dos artigos 3° e 10° da Resolução CONAMA n° 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

10.39.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

10.39.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

10.39.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

10.39.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

10.39.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d´água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

10.39.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

10.40. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

10.40.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n° 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

10.40.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n° 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

10.40.3. Nos termos do artigo 4°, § 3°, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

10.41. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

10.42. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de

FL 133
CA LC CMA

qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referênciae demais documentos anexos;

10.43. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.);

10.44. No caso de execução de obras:

10.44.1. Apresentar a comprovação, conforme solicitado pela contratada, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato;

10.44.1.1. Em caso de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, haverá retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada e não havendo quitação das obrigações por parte da contratada no prazo de quinze dias, aceitar que contratante efetue o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato;

10.44.2. Subcontratar somente empresas que aceitem expressamente as obrigações estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018.

10.44.3. Inscrever a Obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1845, de 22 de novembro de 2018.

10.45. Em se tratando do regime empreitada por preço global ou empreitada integral a participação na licitação ou a assinatura do contrato implica a concordância do licitante ou contratado com a adequação de todos osserviçosestimados em planilha da administração, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

13.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente

realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

13.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referênciae na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

13.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

13.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

13.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

13.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

13.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

13.13. No caso de obras, cumpre, ainda, à fiscalização:

13.13.1. solicitar, mensalmente, por amostragem, que a contratada apresente os documentos comprobatórios das obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados alocados na execução da obra, em especial, quanto:

13.13.1.1. ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

13.13.1.2. à concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional;

13.13.1.3. à concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

13.13.1.4. aos depósitos do FGTS; e

13.13.1.5. ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

13.13.2. solicitar, por amostragem, aos empregados da contratada, que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão ou não sendo recolhidas em seus nomes, por meio da apresentação de extratos, de forma que todos os empregados tenham tido seus extratos avaliados ao final de um ano da contratação, o que não impedirá que a análise de extratos possa ser realizada mais de uma vez em relação a um mesmo empregado;

13.13.3. oficiar os órgãos responsáveis pela fiscalização em caso de indício de irregularidade no cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS;

13.13.4. somente autorizar a subcontratação se as obrigações estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018 forem expressamente aceitas pela subcontratada.

13.14. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

13.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

14.1. A avaliação da execução do objeto utilizará a planilha de medição dos serviços executados, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.1.1. A utilização daplanilha de medição não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

14.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

14.2.1. Após finalizada a execução dos serviços como um todo, por se tratar de empreitada integral, o fiscal de contrato será acionado para verificar, in loco, a execução do objeto em conformidade com os serviços previstos em anexo específico.

14.2.2. Após aprovados ou glosados os serviços eventualmente não executados, o fiscal de contrato irá autorizar emissão de nota fiscal no prazo máximo de 5 dias úteis a contar da data da visita ao local dos serviços.

14.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

14.3.1. não produziu os resultados acordados;

14.3.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

14.3.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15. DO RECEBIMENTO DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura em relação a cada etapa de execução prevista no cronograma físico-financeiro deve ser precedida do recebimento provisório e definitivo da respectiva etapa, nos termos abaixo:

15.1.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

15.1.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

15.1.3. A Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

15.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal de contratoapós a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

15.2.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

15.2.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

15.2.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

15.2.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

15.2.1.4. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

15.2.2. No prazo de até 15 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

15.2.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.2.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.2.2.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

15.3. No prazo de até 10 (dez) dias corridosa partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

15.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

15.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

15.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização,com base na planilha de medição atestada pelo fiscal de contrato.

15.4. Nos contratos de escopo O recebimento da última etapa de execução equivale ao recebimento do objeto como um todo, e será realizado da seguinte forma:

15.4.1. provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

15.4.2. definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93;

15.4.3. O prazo para recebimento definitivo será de 90 (noventa) dias.

15.4.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento.

15.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei n° 10.406, de 2002).

15.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

16. DO PAGAMENTO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

16.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

16.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

16.3.1. Ospagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

16.5.1. o prazo de validade;

16.5.2. a data da emissão;

16.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

16.5.4. o período de prestação dos serviços;

16.5.5. o valor a pagar; e

16.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

16.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas neste Termo de Referência.

16.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

16.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

16.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

16.16. No caso de obras, caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações de que trata a IN SEGES/MP nº 6, de 2018, a contratante comunicará o fato à contratada e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

16.16.1. Na hipótese prevista no subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da contratada no prazo de quinze dias, a contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

16.16.2. O contrato poderá ser rescindido por ato unilateral e escrito da contratante e a aplicação das penalidades cabíveis para os casos do não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato.

16.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data da liquidação da nota fiscal até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

17. REAJUSTE

17.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento a que a proposta se referir.

17.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice INCC

exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, seguindo a seguinte fórmula:

R = V (I – I°) / I°, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I° = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

17.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

17.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

18. GARANTIA DA EXECUÇÃO

18.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixojustificadas:

18.1.1. O serviço é de simples execução e etapa única, não constituindo complexidade suficiente que implique riscos à não conclusão do objeto.

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993,a CONTRATADA que:

19.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

19.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

19.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

19.1.5. cometer fraude fiscal.

19.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

i. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii. **Multa de**:

(1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

(2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

(3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

iii. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iv. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

19.3. As sanções previstas nos subitens "i", "iii", e "iv" poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

19.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com a tabelas 2:

Tabela 1

INFRAÇÃO		
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**GRAU**
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais,	05

	por ocorrência;	
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens deste Termo de Referênciae seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos neste Termo de Referência;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

19.5. Também fica sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

19.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

19.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

19.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

19.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

19.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

19.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO E HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR (CONTRATAÇÃO DIRETA).

20.1. A Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

20.1.1. Para a consulta de pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/)

20.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa proponente e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

20.1.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

20.1.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

20.1.5. O proponente será convocado para manifestação previamente à uma eventual negativa de contratação.

20.2. No decorrer da execução contratual, deverá a contratada comprovar o preenchimento dos seguintes requisitos de habilitação:

20.2.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

20.2.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

20.2.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

20.2.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

20.2.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do contratado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

20.2.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do contratado, relativa à atividade em cujo exercício contrata;

20.2.7. caso o contratado seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

20.3. Poderá a autoridade competente, na forma do art. 4º-F da Lei nº 13.979/20, dispensar a apresentação de documentação de regularidade fiscal ou trabalhista (salvo a comprobatória de regularidade com a Seguridade Social), de forma excepcional e justificada, no caso de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviços

20.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

20.4.1. Valor Global: R$310.748,41 (trezentos e dez mil, setecentos e quarenta e oito reais e quarenta e um centavos).

20.4.2. Valores unitários: não se aplica, por se tratar de contratação por empreitada integral e, portanto, sem que haja medições unitárias ou termos aditivos.

20.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

21. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

21.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo.

22. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

22.1. O recurso orçamentário destinado a este Termo de Referênciaserá disponibilizado conforme previsto na PRO nº _____/2022.

Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes **Anexos**:

- Anexo I – Termo de justificativas técnicas relevantes;
- Anexo II – Solicitação de obra cadastrada no OPUS;
- Anexo III – Planilha estimativa de custos e formação de preços;
- Anexo IV – Planilha estimativa de composição de BDI;
- Anexo V – Mapa comparativo de preços;
- Anexo VI - Documentos referentes à responsabilidade técnica (ART/RRT referentes à totalidade das peças técnicas produzidas por profissional habilitado, consoante previsão do art. 10 do Decreto n. 7983/2013);
- Anexo VII – Minuta do termo de contrato; e
- Anexo VIII – DIEx 156-Aux S4/S4/EM, de 26 de abril de 2022.

Município deManaus/AM, 26 de abril de 2022.

LUÍS RICARDO DE CASTRO FERREIRA – 3º Sargento
Integrante Técnico da Equipe de Planejamento da Contratação (EPC)

FL 51
GCALC CMA

MARCO AURÉLIO KLEM CERQUEIRA - Maj
Integrante Requisitante da Equipe de Planejamento da Contratação (EPC)

Aprovo:

SANDRO ROGÉRIO FERREIRA GOMES - Cel Veterano (R1)
OD Cmdo CMA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1º BATALHÃO DE COMUNICAÇÕES E GUERRA ELETRÔNICA DE SELVA

Relatório nº 001 - Sec Projetos / 1º B Com GE Sl

1. ORIGEM

Resposta ao RELATÓRIO nº43-Sec Tec/CRO/12 referente à dispensa de licitação para contratação de empresa para executar reparação do telhado (Pavilhão de uma Cia) do 1º Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica de Selva(1º B Com GE Sl), em Manaus/AM.

2. REFERÊNCIAS

RELATÓRIO nº43-Sec Tec/CRO/12

3. AVALIAÇÃO

ITEM 25

As substituições dos telhados dos pavilhões do Batalhão construídas na década de 1970 estão inseridas no projeto de transformação do 1º Batalhão de Comunicações de Selva em 1º Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica de Selva, estando em posse do 2º Grupamento de Engenharia para levantamento de orçamentos, atendendo ao estudo de viabilidade técnica, economicidade e ambiente. Dessa forma, o planejamento de substituição dos telhados faz parte do conjunto de serviços administrados pelo Comando Militar da Amazônia.

FL 15
GCALC

ITEM 57

Trata-se do documento de Ratificação reconhecendo à dispensa de licitação, que na ocasião serão coletadas as assinaturas pelas autoridades competentes e posteriormente juntadas no processo licitatório.

ITEM 72

Será inclusa no processo de dispensa de licitação, comprovação de capacidade técnica da empresa para execução do serviço de reparação do telhado.

4. CONCLUSÃO

Por fim, conclui-se que com o incremento das informações pela equipe do 1° B Com GE Sl, atento as orientações dos relatórios da CJU-AM e da CRO/12, prosseguiremos com o processo de dispensa de licitação para o reparo do telhado do 1° Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica de Selva.

Manaus – AM, 16 de maio de 2022.

MARCO AURÉLIO **KLEM** CERQUEIRA - **Maj**
Chefe da Seção de Projetos do 1° Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica de Selva

FL 153
GCALC CMA

FL 154
GCALC CMA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 27/2022-CMA

Processo Administrativo nº 65306.001984/2022-71

1. Reconheço a Dispensa de Licitação, fundamentada no art. 4º, da Lei 13.979/20, atualizada, e no constante da Justificativa e do Parecer Jurídico nº 00569/2022/NJUR/6-CJU, de 31 de Maio de 2022, para a empresa A F S DE MORAIS COMERCIO (CNPJ 42.545.548/0001-67), no valor total de R$ 244.862,72 (duzentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e dois reais e setenta e dois centavos), para contratação de empresa especializada na reparação do telhado do Pavilhão da Cia Com SL do 1º Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica de Selva.

Manaus/AM, 31 de maio de 2022.

SANDRO ROGÉRIO FERREIRA GOMES – Cel Veterano (R/1)
Ordenador de Despesas do Cmdo CMA

2. Ratifico a decisão do Ordenador de Despesas da UG 160016 – COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA, referente à Dispensa de licitação acima caracterizada nos termos do art. 4º, da Lei nº 13.979/20.

Manaus/AM, 31 de maio de 2022.

Gen Ex ACHILLES FURLAN NETO
Comandante Militar da Amazônia

FL 155
GCALC CMA

EVOLUTION CONSTRUÇÕES

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Empresa J F **A DE MORAIS ENGENHARIA**, sob o n° CNPJ n° 36.269.156/0001-10 e Inscrição Municipal nº 45643101, sediada na Rua Rio de Janeiro n° 145 – Parque das Laranjeiras, CEP: 69.058- 421 município de Manaus, estado do Amazonas, por intermédio seu representante legal Sr. JOSE FRANCISCO ALVES DE MORAIS, portador do CPF n° [redacted] e RG n° [redacted] atesta para os devidos fins que a empresa A F S DE MORAIS COMERCIO, CNPJ 42545548000167, é nossa fornecedora dos itens abaixo descritos, sem que haja nada que desabone sua conduta para conosco:

Item	Descrição	Qtd	Und.
1	Construção de baldame em concreto usinado	16	M3
2	Construção de estrutura metálica para galpão	122	M2
3	Construção de telhado com telha galvalume	130	M3
4	Embuço parede linear	162	M2
5	Pintura parede linear	162	M2

Atenciosamente,

JOSÉ FRANCISCO ALVES DE MORAIS
REPRESENTANTE LEGAL

Manaus, 2 de agosto de 2021

J F A DE MORAIS ENGENHARIA
CNPJ: 36.269.156/0001-10 TELEFONE: (47) 98851-2277
E-mail: construcoesevolution@gmail.com

FL 156
GCALC CMA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO
DIRETORIA DE OBRAS MILITARES

"DOM (SOFE/1946)"

Previsão de Recurso Orçamentário 841/2022

Unidade Gestora: COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA

1. O Departamento de Engenharia de Construção conta com a previsão de recurso orçamentário da Ação 219D - 219D - GND 3

2. Deverão ser alocados créditos no corrente exercício financeiro, conforme o quadro abaixo:

U Gestora / Executora	CODUG	Finalidade	ND	Valor (R$)
CMDO C M A	160016	Solicitação : 202212000104 - Reparação / Cobertura / Pavilhão 1ª Cia / 1º B Com GE Sl	3.3.90.39.00	310.748,41
Total				310.748,41

3. Em consequência, essa Unidade Gestora deverá dar **início aos processos licitatórios** de acordo com a legislação em vigor.

4. Ao final do processo licitatório, o resultado deverá ser informado por intermédio do OPUS - Sistema Unificado do Processo de Obras, vinculando a obra à licitação para que o respectivo crédito seja liberado.

5. A UG terá o prazo de até 120 dias para informar, no OPUS, o resultado do processo de licitação. Findo este prazo, sem manifestação da UG, a previsão de recurso orçamentário deverá ser anulada.

6. A fase externa do processo licitatório somente deverá ser iniciada após a aprovação da Lei de Orçamento Anual (LOA).

OPUS
Assinado digitalmente por:
GIUSEPPE HENRIQUES GOUVEIA DANTAS
CPF [redacted]
Em Fri Apr 29 08:23:20 BRT 2022
Sua assinatura pode ser confirmada no endereço:
https://verificador.iti.gov.br/

Previsão de Recurso Orçamentário aprovada em 29/04/2022

Emitido pelo Sistema Unificado do Processo de Obras em 29/04/2022 08:23

C · C FM A
157
Fl.

GRUPAMENTO DE APOIO DE BRASÍLIA

RESULTADO DE JULGAMENTO
CONCORRÊNCIA Nº 1/2022

A Comissão de Licitação torna público o resultado da Licitação supracitada, processo nº 67284004914202114. THS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, CNPJ 24.906.430/0001-35 para Item 1 valor R$1.754.251,6800.

WILLIAM AFFONSO MARTINS
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

(SIDEC - 31/05/2022) 120006-00001-2022NE800060

GRUPAMENTO DE APOIO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2022 - UASG 120039 - GAP RJ

Número do Contrato: 6/2019.
Nº Processo: 67246.010149/2018-22.
Pregão. Nº 83/2018. Contratante: GRUPAMENTO DE APOIO DO RIO DE JANEIRO. Contratado: 09.635.631/0001-51 - TEMPO SOLUCOES EM PROCESSOS DA INFORMACAO EIRELI. Objeto: Contratação de empresa especializada em atividades voltadas para a preservação da informação por meio de execução de higienização/preparo, conversão de informações analógicas em suporte micrográfico, conversão de informações analógicas suporte papel para suporte digital, conversão de informações micrográficas em suporte digital, duplicação de microformas e transcrição de dados, em atendimento as necessidades do Serviço Geral de Correspondência e Arquivo da Aeronáutica. Vigência: 02/06/2022 a 01/06/2023. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 4.717.848,00. Data de Assinatura: 31/05/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 31/05/2022).

NAV BRASIL SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA S.A.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 6/2022 - UASG 978680

Processo nº SEDE-ADM-2021/00212. Termo Aditivo nº 1006-ML/2022/0012. Contratante: NAV BRASIL SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA S.A. Contratada: TK ELEVADORES BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 90.347.840/0034-86. Objeto: alteração do Termo de Contrato nº 0351-ML/2019/0012 para prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses. Fundamentação legal: art. 71, caput, da Lei nº 13.303/2016, c/c art. 56, § 3º, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da NAV Brasil. Vigência: 01/06/2022 a 01/06/2023. Data da Assinatura: 30/05/2022.

COMANDO DO EXÉRCITO

COMANDO LOGÍSTICO

BASE DE APOIO LOGÍSTICO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2021 - UASG 160238

Nº Processo: 65761015754202171. Objeto: Eventual aquisição de material necessário para instalação de sistema de monitoramento e vigilância eletrônica para atender as necessidades da Base de Apoio Logístico do Exército, . Total de Itens Licitados: 22. Edital: 01/06/2022 das 10h00 às 11h30 e das 13h00 às 16h30. Endereço: Avenida Brasil,nr 25540, Deodoro - Rio de Janeiro, - Rio de Janeiro/RJ ou https://www.gov.br/compras/edital/160238-5-00021-2021. Entrega das Propostas: a partir de 01/06/2022 às 10h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 14/06/2022 às 10h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: .

JORGE FELIPE CARVALHO DE SOUZA
Ordenador de Despesa

(SIASGnet - 31/05/2022) 160238-00001-2022NE000001

CENTRO DE OBTENÇÕES DO EXÉRCITO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 11/2019 - UASG 160069 - COEX

Número do Contrato: 169/2019.
Nº Processo: 64447.046397/2019-38.
Pregão. Nº 4/2019. Contratante: CENTRO DE OBTENCOES DO EXERCITO. Contratado: 02.582.267/0001-60 - NAYR CONFECCOES LTDA. Objeto: Reequilíbrio econômico financeiro. Vigência: 16/01/2020 a 01/12/2022. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 25.478.609,58. Data de Assinatura: 31/05/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 31/05/2022).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2022 - UASG 160069 - COEX

Número do Contrato: 172/2020.
Nº Processo: 64447.021274/2020-28.
Pregão. Nº 18/2020. Contratante: CENTRO DE OBTENCOES DO EXERCITO. Contratado: 09.211.871/0001-29 - RAFAEL INDUSTRIA E CONFECCOES LTDA. Objeto: Reequilíbrio econômico financeiro. Vigência: 30/12/2020 a 27/06/2022. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 27.784.943,55. Data de Assinatura: 31/05/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 31/05/2022).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2022 - UASG 160069 - COEX

Número do Contrato: 100/2021.
Nº Processo: 64447.019792/2021-62.
Pregão. Nº 24/2020. Contratante: CENTRO DE OBTENCOES DO EXERCITO. Contratado: 16.701.716/0001-56 - FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA.. Objeto: Prorrogação do prazo de entrega. Vigência: 09/12/2021 a 04/12/2022. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 153.000,00. Data de Assinatura: 31/05/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 31/05/2022).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2021 - UASG 160069 - COEX

Número do Contrato: 3/2021.
Nº Processo: 64447.001094/2021-19.
Pregão. Nº 6/2020. Contratante: CENTRO DE OBTENCOES DO EXERCITO. Contratado: 06.988.429/0001-15 - J. R. MEIAS EIRELI. Objeto: Reequilíbrio econômico financeiro. Vigência: 26/02/2021 a 19/09/2022. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 1.313.550,00. Data de Assinatura: 31/05/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 31/05/2022).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 6/2022 - UASG 160069 - COEX

Número do Contrato: 175/2020.
Nº Processo: 64447.021333/2020-68.
Pregão. Nº 21/2019. Contratante: CENTRO DE OBTENCOES DO EXERCITO. Contratado: 88.031.539/0001-59 - AEL SISTEMAS S.A. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência. Vigência: 29/12/2020 a 29/07/2022. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 292.035,10. Data de Assinatura: 30/05/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 30/05/2022).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2022 - UASG 160069 - COEX

Número do Contrato: 113/2021.
Nº Processo: 64447.020684/2021-32.
Pregão. Nº 24/2020. Contratante: CENTRO DE OBTENCOES DO EXERCITO. Contratado: 16.701.716/0001-56 - FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA.. Objeto: Prorrogação do prazo de entrega. Vigência: 09/12/2021 a 04/12/2022. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 101.889,33. Data de Assinatura: 31/05/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 31/05/2022).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 5/2019 - UASG 160069 - COEX

Número do Contrato: 108/2019.
Nº Processo: 64447.027261/2019-92.
Pregão. Nº 4/2019. Contratante: CENTRO DE OBTENCOES DO EXERCITO. Contratado: 02.582.267/0001-60 - NAYR CONFECCOES LTDA. Objeto: Reequilíbrio econômico financeiro. Vigência: 09/12/2019 a 25/08/2022. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 77.076.780,00. Data de Assinatura: 31/05/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 31/05/2022).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 7/2020 - UASG 160069 - COEX

Número do Contrato: 152/2020.
Nº Processo: 64447.018902/2020-19.
Pregão. Nº 21/2019. Contratante: CENTRO DE OBTENCOES DO EXERCITO. Contratado: 88.031.539/0001-59 - AEL SISTEMAS S.A. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência. Vigência: 16/11/2020 a 29/07/2022. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 2.410.728,00. Data de Assinatura: 30/05/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 30/05/2022).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 5/2022 - UASG 160069 - COEX

Número do Contrato: 175/2020.
Nº Processo: 64447.021333/2020-68.
Pregão. Nº 21/2019. Contratante: CENTRO DE OBTENCOES DO EXERCITO. Contratado: 88.031.539/0001-59 - AEL SISTEMAS S.A. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência. Vigência: 29/12/2020 a 30/05/2022. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 292.035,10. Data de Assinatura: 25/02/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 25/02/2022).

COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 27/2022 - UASG 160016

Nº Processo: 67104001843202271 . Objeto: Contratação de empresa para executar a reposição da telhado (Pavilhão de uma Cia) do 1º Batalhão de Comunicações e Guerra eletrônica de Selva. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso IV da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Para substituir o telhado da Cia do 1 B COM GE SL, que foi comprometido por um vendaval, ocasionando risco a unidade. Declaração de Dispensa em 31/05/2022. SANDRO ROGERIO FERREIRA GOMES. Ordenador de Despesas. Ratificação em 31/05/2022. ACHILLES FURLAN NETO. Comandante Militar da Amazônia. Valor Global: R$ 244.862,72. CNPJ CONTRATADA : 42.545.548/0001-67 A F S DEMORAIS COMERCIO.

(SIDEC - 31/05/2022) 160016-00001-2022NE000001

RETIFICAÇÃO

NO EXTRATO DE CONTRATO Nº 00001/2022 publicado no D.O de 2022-03-04, Seção 3. Onde se lê: Valor Total: R$ 46.889,70. Leia se: Valor Total: R$ 15.629,90.

(COMPRASNET 4.0 - 30/05/2022).

CENTRO DE INSTRUÇÃO DE GUERRA NA SELVA

AVISO DE ADIAMENTO
PREGÃO Nº 4/2022

Comunicamos o adiamento da licitação supracitada , publicada no D.O.U de 20/05/2022, .Entrega das Propostas: a partir de 20/05/2022, às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 06/06/2022, as 10h00 no site www.comprasnet.gov.br. Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para aquisição de medicamentos de uso veterinário para atender ao Zoológico do Centro de Instrução de Guerra na Selva.

FABIO PINHEIRO LUSTOSA
Ordenador de Despesas

(SIDEC - 31/05/2022) 160012-00001-2022NE000001

2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA

3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2021 - UASG 160137

Nº Processo: 65960069002021171. Objeto: Escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de peças, suprimentos ou acessórios genuínos para viaturas.. Total de Itens Licitados: 11. Edital: 01/06/2022 das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 16h30. Endereço: Av. Frei Matias de Sao Boaventura, - Barcelos/AM ou https://www.gov.br/compras/edital/160137-5-00032-2021. Entrega das Propostas: a partir de 01/06/2022 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 13/06/2022 às 09h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: .

MARCIO WEBER DE MENEZES
Ordenador de Despesas

(SIASGnet - 31/05/2022) 160137-00001-2022NE800001

__ SIAFI2022-CONTABIL-DEMONSTRA-DIARIO (CONSULTA DIARIO CONTABIL)_____

06/06/22 15:05 USUARIO: ALEXANDRE

DATA EMISSAO : 03Jun22 VALORIZACAO : 03Jun22 NUMERO : 2022NC402816

UG EMITENTE : 160502 - DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUCAO-GESTO

GESTAO EMITENTE : 00001 - TESOURO NACIONAL

UG/GESTAO FAVORECIDA : 160016 / 00001 - CMDO C M A

OBSERVACAO

B4AOM12FM20#202212000104 - REP COBERTURA PAVILHAO 1A CIA 10 B COM GE SL- NC 968 - EMPH CFM MSG SIAFI NR 20220110167-DEC, 19JAN22. - PRAZO PARA EMPENHO: 10 062022

NUM. TRANSFERENCIA :

EV.	ESF	PTRES	FONTE	ND	SB	UGR	PI	VALOR
300063	1	171459	0100000000	339039		160502	B4OMOBMAQUA	244.862,72

LANCADO POR : 77468490325 - HIDELFRANCIO UG : 160502 03Jun22 13:16

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=ESPELHO PF12=RETORNA

S/1 LC - C FL 158

SIAFI Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal



Data e hora da consulta: 30/09/2022 11:15
Usuário: ***.850.872-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
160016	COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZONIA	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
10.207.029/0001-00	AV. CORONEL TEIXEIRA NR 4715 PONTA NEGRA - MANAUS - AM	69037-000

Município	UF	Telefone
MANAUS	AM	(092) 3659-1186/1187/1183

Ano	Tipo	Número
2022	NE	723

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	171459	0100000000	339039	160502	B4OMOBMAQU

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
06/06/2022	Global	65306001984202271	0,0000	244.862,72

Favorecido

Código	Nome
42.545.548/0001-67	A F S DE MORAIS COMERCIO

Endereço	CEP
DOUTORA HELOISA 88 SALA 2 ZUMBI DOS PALMARES	69084-320

Município	UF	Telefone
MANAUS	AM	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
13	DISPENSA DE LICITACAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
LEI 8.666 / 1993	24	-	IV	-

Descrição
B4AOM12FM20 1º B COM GE SL - MNT CONS BENS IMOV - 2022NC402816/DEC DE 03JUN22 CMA(160016) - DISPENSA Nº27/2022 - REQ Nº156 DE 26ABR22.

Local da Entrega
1° BATALHÃO DE COMUNICAÇÕES E GUERRA ELETRÔNICA DE SELVA

Informação Complementar
160016060002720 22 - UASG Minuta: 160016

Sistema de Origem
COMPRASNET-ME

Versão	Data/Hora	Operação
002	07/06/2022 14:28:58	Alteração



Data e hora da consulta: 30/09/2022 11:15
Usuário: ***.850.872-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	244.862,72

Subelemento 16 - MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	Item compra: 00001 - Construção / manutenção / reforma - telhado	244.862,72

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
06/06/2022	Inclusão	1.160,0002	8 211,0885	244.862,72

Assinaturas

Ordenador de Despesa
SANDRO ROGERIO FERREIRA GOMES
***.683.048-**
07/06/2022 14:28:58

Responsável pela Nota de Empenho
LUIZ CLAUDIO BARCELOS DA CUNHA
***.038.317-**
06/06/2022 17:15:44

Versão	Data/Hora	Operação
002	07/06/2022 14:28:58	Alteração

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXERCITO BRASILEIRO
COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
(Comando de Elementos de Fronteira – 1948)

S/LC · C M A
161

TERMO DE ENCERRAMENTO DE PROCESSO

Procedemos ao encerramento do processo Requisição nº 156 NUP 65306.001984/2022-71 contendo 161 páginas.

Manaus, AM, 7 de Junho de 2022

MARCIO BASTOS NUNES – 3º SGT
Auxiliar Almoxarifado do 1º B COM GE SL